

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS



**A REALIDADE SOCIOCULTURAL NOS MANUAIS DE
PORTUGUÊS LÍNGUA ESTRANGEIRA:
O CASO DA REPRESENTAÇÃO DA FAMÍLIA**

Daniel Filipe da Silva de Jesus

Tese orientada pelo Professor Doutor Carlos A. M. Gouveia
especialmente elaborada para a obtenção do grau de mestre em
Língua e Cultura Portuguesa (Língua Estrangeira / Língua Segunda)

2017

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS



**A REALIDADE SOCIOCULTURAL NOS MANUAIS DE
PORTUGUÊS LÍNGUA ESTRANGEIRA:
O CASO DA REPRESENTAÇÃO DA FAMÍLIA**

Daniel Filipe da Silva de Jesus

2017

Agradecimentos

Ao professor Carlos A. M. Gouveia pela preciosa orientação na elaboração desta dissertação de mestrado, contribuindo muito com a sua experiência, sabedoria e sentido prático. Agradeço também os seminários que ministrou – o prazer pelo conhecimento, a humildade e o espírito crítico que sempre revelou, foram um exemplo inspirador.

À *mãe* e à *mana*. As minhas mais antigas referências, com as quais aprendi, entre muitas outras coisas, a resiliência e a bondade. Agradeço o contributo que mais determinadamente definiu a minha rota de desenvolvimento individual. Agradeço o investimento pessoal e material que, não sem dificuldades, me foi depositado.

À Catarina, por toda a ajuda, pela motivação e disponibilidade durante a realização do meu mestrado. Agradeço-lhe pelo tempo que partilhámos a discutir os conteúdos dos seminários e da presente dissertação. Agradeço-lhe também a compreensão pelo tempo que, pelos mesmos motivos, não partilhámos e que já jamais lhe poderei devolver.

“Somos cinco numa cama. Para a cabeceira, eu, a rapariga, o bebé de dias; para os pés, o miúdo e a miúda mais pequena. Toco com o pé numa rosca de carne meiga e macia: é a pernita da Lina, que dorme à minha frente. Apago a luz, cansado de ler parvoíces que só em português é possível ler, e viro-me para o lado esquerdo: é um hálito levemente soprado, pedindo beijos no escuro que me embala até adormecer. Voltamo-nos, remexemos, tomados pelo medo de estarmos vivos, pela alegria dos sonhos, quem sabe!, e encontramos, chocamos carne, carne que não é nossa, que é um exagero, um a-mais do nosso corpo, mas aqui, tão perto e tão quente, é como se fosse nossa carne também: agarrada (palpitante, latejando) pelos nossos dedos; calada (dormindo, confiante) encostada ao nosso suor. (...)

A cama é larga, de madeira, alta, gingona, parece uma jangada. Eu comparo-a a uma jangada, onde vamos nós cinco, cercados de noite, de ventos, de ondas caprichosas, perigos desconhecidos. É uma imagem literária, esta, da cama-jangada; a literatura, a quem muito, sofregamente lê, dá isto: comparações para tudo, referências imprevistas, casos, tipos, situações paralelas que já houve ou foram inventadas, uma outra vida ou realidade como a nossa de todos os dias e que se infiltra no sangue, ferve na memória sem que a gente dê por isso. Não ajuda a viver, é certo, porque nada ajuda a viver; antes a figurar-se. Permite, talvez, uma certa coerência (interior). Não é importante, afinal - mas que será importante, afinal?”

Luiz Pacheco – A Comunidade

Resumo

Atualmente, assiste-se a uma crescente abundância de materiais didáticos produzidos e usados em diferentes contextos de ensino e aprendizagem, nomeadamente na área das línguas estrangeiras. Não obstante isso, o manual, um dos materiais mais antigos na história da pedagogia, mantém a sua preponderância, continuando a ser procurado e a responder às necessidades de alunos e professores, motivando uma permanente demanda pela sua atualização e aperfeiçoamento. Vários são os autores que preconizam o papel do manual enquanto fonte de poder de transformação social, sobretudo em realidades onde existe como a única fonte material de conhecimento reconhecido.

Considerando o potencial transformador do manual, sobretudo do manual de língua estrangeira, no qual a componente sociocultural é eminente, entende-se que a construção dos conteúdos deve ter em conta a realidade, ser livre de ideias estereotipadas e, sobretudo, motivada para uma orientação socialmente comprometida. Neste trabalho, procura-se verificar de que forma a família, um dos aspetos mais básicos da identidade individual e uma das formas de organização mais proeminentes na sociedade, sofrendo, desde o século passado profundas transformações, surge representada num conjunto de seis manuais de português língua estrangeira.

Os principais objetivos deste trabalho passaram pela resposta às seguintes perguntas: qual é a preponderância da temática familiar nos manuais de português língua estrangeira? Que tipos de famílias são representadas nestes manuais? Considerando a realidade social portuguesa, existe, ou não, uma perspetiva e comprometimento social quanto à temática da família nos manuais de português língua estrangeira? As respostas a estas perguntas dão-nos conta da necessidade de se repensar a elaboração dos manuais de português língua estrangeira para lá de uma perspetiva exclusivamente linguística, privilegiando-se uma abordagem interdisciplinar.

Palavras-chave: material didático; manual de português língua estrangeira; representação da família; estereótipo; representação sociocultural

Abstract

Nowadays, there is an increasing abundance of didactic materials produced and used in different learning contexts, namely in the field of foreign languages. Nonetheless, the textbook, being one of the oldest materials in the history of pedagogy, maintains its preponderance, and continues to be searched and to answer the needs of both students and teachers, thus fuelling a permanent demand for its updating and enhancement. Several authors defend the role of the textbook as a source of transformational power, mainly in realities where it exists as the only material source of attested knowledge.

Considering the transformative potential of the textbook, especially in the case of the foreign language textbook in which the socio-cultural component is eminent, we understand that the development of contents must take reality into account, be freed of stereotypical ideas and, above all, be motivated towards a socially engaged orientation. In this essay, we strive to understand how family, which is one of the most basic aspects of individual identity and one of the most prominent forms of organisation in society, having undergone profound changes since the past century, is represented in a group of six textbooks of Portuguese as a Foreign Language.

The main aims of this work are to provide answers for the following questions: What is the preponderance of the theme of family in the textbooks of Portuguese as a foreign language? Which types of families are represented in these textbooks? Considering the Portuguese social reality, is there a social perspective and commitment regarding the topic of family in the textbooks of Portuguese as a foreign language? The answers to these questions lead us to the need of rethinking the production of these textbooks, beyond an exclusively linguistic perspective, favouring an interdisciplinary approach.

Keywords: didactic material; textbook of Portuguese as a Foreign Language; family representation; stereotype; socio-cultural representation

Índice

Introdução	11
Capítulo 1 – O Manual Escolar: Caracterização Geral	13
O Papel do Manual Escolar no Contexto de Ensino e Aprendizagem	13
O Manual de Língua Estrangeira	17
A Dimensão Cultural no Manual de Língua Estrangeira	19
O Estereótipo	21
As Diretrizes Para A Elaboração De Materiais Didáticos	24
Conclusão de Capítulo	25
Capítulo 2 – A Família: Aspetos Gerais de Caracterização	27
O que é uma Família?	27
A Família no Plural.....	30
A Família Portuguesa.....	32
O Casamento.....	33
Divórcio	35
Natalidade	36
Tipos de Família	38
Conclusão de Capítulo	39
Capítulo 3 – Análise Quantitativa: Metodologia de Análise	45
Constituição do Corpus.....	45
Quadro 2: Descritivo dos Manuais que Constituem o Corpus em Análise.....	48
Critérios para uma Determinação da Representação da Família nos Manuais em Análise	48
Alusões ao Tema da Família.....	55
A Representação da Família nos Textos	56
A Representação da Família de Acordo com os Tipos Familiares	56
A Representação Familiar nas Unidades Temáticas Dedicadas ao Tema da Família.....	63
A Representação da Família em Textos Monomodais e Textos Multimodais.....	64
A Representação da Família: Objeto Central.....	66
A Representação da Família em Personalidades Públicas	67
A Representação da Família em Personagens Protagonistas	67
Capítulo 4 – Apresentação de Resultados	69
Alusões ao Tema da Família.....	69

Total de Textos, Representações de Famílias e Tipos Familiares Presentes nos Manuais	70
Tipos de Família	71
Representações e Tipos Familiares nas Unidades e Secções Dedicadas ao Tema da Família.....	74
Representações e o papel das personagens protagonistas na estrutura familiar.....	86
Elucbrações Finais.....	89
Português XXI	89
Passaporte	90
Aprender Português	91
A. P. a Brincar.....	92
Falas Português?	93
Tu cá tu lá!	94
Conclusão	97
Referências Bibliográficas	101
Documentos de Enquadramento	108
Apêndices	111

Índice de Textos Visuais

Gráficos

Gráfico 1: Taxa Bruta de Nupcialidade, em Portugal, 1970-2016 (FFMS, 2017a)	33
Gráfico 2: Casamentos entre pessoas do mesmo sexo, em Portugal, 2010-2016 (FFMS, 2017e).....	35
Gráfico 3: Divórcios por cada cem casamentos, em Portugal, 1970-2013. (FFMS, 2017f)	36
Gráfico 4: Taxa Bruta de Natalidade, em Portugal, 1970-2016 (FFMS, 2017g).....	37
Gráfico 5: Agregados Domésticos Privados, em Portugal, 1992-2016. (FFMS, 2017j).....	39
Gráfico 6: Páginas com alusões ao tema da família.....	70
Gráfico 7: Total de Textos, Representações de Famílias e Tipos Familiares Presentes nos Manuais	71
Gráfico 8: Tipos de Família Representadas nos Manuais	72
Gráfico 9: Tipos Familiares nas Unidades Dedicadas ao Tema da Família.....	75
Gráfico 10: Representação da Família de Acordo com a Modalidade Textual.....	76
Gráfico 11: Tipos Familiares nos Textos Monomodais Verbais	78
Gráfico 12: Tipos Familiares nos Textos Multimodais.....	80
Gráfico 13: Tipos Familiares nos Textos Monomodais Visuais	81
Gráfico 14: Centralidade da Temática Familiar nos Textos dos Manuais	82
Gráfico 15: Tipos Familiares em Textos Cujo Tema da Família é Objeto Central.....	84
Gráfico 16: Representação de Personalidades Públicas nos Manuais.....	85
Gráfico 17: Tipos Familiares em Textos com Personalidades Públicas	86
Gráfico 18: O Papel das Personalidades Protagonistas nos Manuais.....	87

Ilustrações

Ilustração 1: Alusão ao tema da família (Português XXI: 159)	50
Ilustração 2: Alusão ao tema da família (Passaporte: 159)	50
Ilustração 3: Alusão ao tema da família no manual (Aprender Português: 85)	51
Ilustração 4: Alusão ao tema da família no manual (A. P. a Brincar: 125).....	51
Ilustração 5: Alusão ao tema da família (Falas Português?: 125).....	51
Ilustração 6: Representação diretamente ligada à temática familiar (Passaporte: 54)	52
Ilustração 7: Representação indiretamente alusiva à família no manual (Português XXI: 35).....	52
Ilustração 8: Representação da Família em Ações Associadas ao Tema (Aprender Português: 69)	53
Ilustração 9: Representação da Casa e da Família (Aprender Português: 50)	53
Ilustração 10: Exemplo do entendimento da palavra “pais” (Passaporte: 56)	54
Ilustração 11: Exemplo do entendimento da palavra “pais” (Aprender Português: 58)	55
Ilustração 12: Representação de casal sem filhos (Passaporte: 194)	60
Ilustração 13: Representação de casal sem filhos (Passaporte: 194)	60
Ilustração 14: Representação de uma família unipessoal (Português XXI: 45).....	61
Ilustração 15: Representação de tipos não identificáveis (Português XXI: 16).....	62
Ilustração 16: Representação familiar com mais de um tipo (Aprender Português: 20).....	63
Ilustração 17: Representação Monomodal da Família (Português XXI: 191)	65
Ilustração 18: Representação multimodal da família (Passaporte: 211)	65
Ilustração 19: Representação da família como objeto central (Português XXI: 13).....	66

Ilustração 20: Representação da família como objeto secundário (A. P. a Brincar: 111).....	66
--	----

Quadros

Quadro 1: Tipologia da Família (Caniço, 2014: 95-100).....	32
Quadro 2: Descritivo dos Manuais que Constituem o Corpus em Análise.....	48
Quadro 3: Tipologia da Família com Adaptação Própria	58
Quadro 4: Distribuição dos textos de acordo com a modalidade.....	64
Quadro 5: Páginas com Alusões ao Tema da Família.....	112
Quadro 6: Total de Textos, Representações e Tipos Familiares nos Manuais de PLE.....	112
Quadro 7: Tipos Familiares Representadas nos Manuais	113
Quadro 8: Representações Familiares em Unidades Dedicadas ao Tema da Família	114
Quadro 9: Tipos Familiares nas Unidades Dedicadas ao Tema da Família.....	115
Quadro 10: Representação da Família em Textos Monomodais e Multimodais	116
Quadro 11: Tipos Familiares nos Textos Monomodais Verbais.....	117
Quadro 12: Tipos Familiares nos Textos Monomodais Visuais	118
Quadro 13: Tipos Familiares nos Textos Multimodais.....	119
Quadro 14: Representação da Família Enquanto Objeto Central ou Secundário do Texto no Manuais...	120
Quadro 15: Tipos Familiares em Textos cujo Tema da Família é Objeto Central nos Manuais	121
Quadro 16: A Representação de Personalidades Públicas nos Manuais	122
Quadro 17: Tipos Familiares em Textos com Personalidades Públicas.....	123
Quadro 18: Total de Personagens Protagonistas nos Manuais.....	124
Quadro 19: O Papel das Personagens Protagonistas nos Manuais.....	125

Lista de abreviaturas

ILGA	<i>International Lesbian and Gay Association</i>
INE	Instituto Nacional de Estatística
LE	Língua Estrangeira
MDELE	Materiais Didáticos de Ensino de Língua Estrangeira
ME	Manual Escolar
MLE	Manual de Língua Estrangeira
MPLÉ	Manual de Português Língua Estrangeira
PLE	Português Língua Estrangeira
QECRL	Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas
EU	União Europeia

Introdução

O tema desta dissertação encontra as suas motivações quer nas problemáticas levantadas sobre os materiais didáticos de ensino de língua estrangeira (MDELE) durante os seminários de Didática do Português (Língua Estrangeira/Língua segunda)¹, quer na minha experiência profissional de ensino de Português como Língua Estrangeira (PLE). Em ambos os casos, a utilização e observação de materiais didáticos permitiu verificar diferenças entre os manuais de língua estrangeira (MLE), sobretudo no que respeita a questões de representação sociocultural, motivando um olhar mais crítico sobre esse tipo de conteúdos. Em contexto profissional, a busca e utilização de materiais didáticos mais representativos e desafiantes de um ponto de vista sociocultural tornou-se uma necessidade e uma mais-valia para as aulas, contribuindo para um espaço onde a diferença é abordada, discutida, integrada e fixada numa das componentes mais importantes para a aprendizagem: os manuais escolares (ME).

Optou-se por investigar a representação da família nos manuais de português língua estrangeira (MPLE) pela seguinte ordem de razões: em primeiro lugar, por ser uma temática transversal a todas as culturas e potencialmente geradora de estereótipos; em segundo lugar, por ser uma das componentes existentes em todos os manuais de nível elementar (por norma o nível de competência linguística com maior número de aprendentes), relevando-se o seu peso enquanto área temática na aprendizagem de línguas estrangeiras; em terceiro lugar, pela nítida transformação que as estruturas e dinâmicas familiares têm vindo a sofrer, importando notar se, e de que forma, essa transformação é retratada nos manuais; por fim, por se tratar de um tópico pouco desenvolvido nas demais investigações realizadas em Portugal na área dos MDELE.

Os principais objetivos desta investigação são: **i)** averiguar a preponderância da temática familiar nos MPLE, um tema diretamente ligado a conteúdos básicos de identificação e socialização; **ii)** verificar que tipos de família são veiculados nestes manuais, considerando a atual profusão de estruturas e dinâmicas familiares, crescente desde o século passado; **iii)** promover uma reflexão sobre o comprometimento dos manuais de português no desenvolvimento de conteúdos socialmente representativos e integradores, uma vez aceite o papel do MLE enquanto fonte de poder na fixação ou desenraizamento de estereótipos e ideologias sociais.

¹ Seminário ministrado pelo Professor Carlos A. M. Gouveia durante o ano letivo de 2016/2017 no âmbito do Programa de Mestrado em Língua e Cultura Portuguesa LE/L2.

Para os propósitos desta investigação foi definido um conjunto de seis manuais de PLE do nível de competência linguística elementar, sendo selecionados dois manuais de cada uma das três editoras que se dedicam à produção e distribuição de MPLE em Portugal (Lidel – Edições Técnicas, Lda.; Texto Editores, Lda. e Porto Editora): *Português XXI Livro do Aluno – 1* (doravante *Português XXI*), *Passaporte para Português* (doravante *Passaporte*), *Aprender Português 1 – Português para Estrangeiros* (doravante *Aprender Português*), *Aprender Português a Brincar 1* (doravante *A. P. a Brincar*), *Falas Português?* e *Tu cá tu lá!*, respetivamente.

A dissertação divide-se em quatro capítulos. O primeiro principia com um enquadramento teórico sobre a importância do manual escolar no processo de ensino e aprendizagem, refletindo-se sobre questões diretamente ligadas a conteúdos socioculturais nos MLE. No segundo capítulo, como pedra-de-toque com a realidade temática em estudo, apresenta-se alguns dos dados estatísticos mais relevantes sobre as mudanças estruturais na família portuguesa, explorando-se algumas das razões que motivaram essas transformações. O terceiro capítulo diz respeito a um desenvolvimento explicativo da metodologia de análise quantitativa levada a cabo, onde se estabelecem os principais critérios e conceitos desta investigação, nomeadamente sobre a noção de família nos manuais, os tipos familiares para a classificação das representações encontradas nos manuais e uma descrição pormenorizada sobre outros ângulos de análise relevantes para os objetivos deste trabalho. O quarto capítulo diz respeito à apresentação dos resultados obtidos, onde, para além de uma descrição dos resultados de cada um dos parâmetros definidos, se procura aprofundar uma reflexão sobre cada um dos manuais em estudo, desenvolvendo-se posteriormente uma exposição de conclusão que procura responder às perguntas de investigação deste trabalho.

Capítulo 1 – O Manual Escolar: Caracterização Geral

Este capítulo tem como objetivo central abordar a importância do manual escolar enquanto instrumento de ensino e aprendizagem, mas também como veículo de construção, modelação e perpetuação de uma ideologia social. Uma vez aceite a relevância pedagógica e sociocultural do manual escolar, valida-se, por relação direta, a pertinência das três perguntas de investigação que orientam este trabalho: qual é a preponderância da temática familiar nos MPLE? Que tipos de famílias são representados nestes manuais? Considerando a realidade social portuguesa, existe, ou não, uma perspetiva e comprometimento social quanto à temática da família nos MPLE?

O capítulo é introduzido por um conjunto de considerações genéricas sobre a importância do manual escolar, tomado em sentido amplo, e, num segundo momento, a reflexão é estreitada para o manual de língua estrangeira, considerando as especificidades inerentes a esta área de ensino. Segue-se um enfoque na dimensão cultural nos materiais de ensino e aprendizagem de língua estrangeira como antecâmara para uma reflexão sobre a problemática da representação sociocultural estereotipada, em particular nos manuais de ensino de línguas. O capítulo termina com a exposição de algumas diretrizes nacionais e europeias sobre a criação de materiais didáticos, nomeadamente sobre aquelas que mais diretamente reportam à veiculação de valores socioculturais.

O Papel do Manual Escolar no Contexto de Ensino e Aprendizagem

As investigações sobre o manual escolar, enquanto material de aprendizagem², são muito recentes, conhecendo, na segunda metade do século XX, entre a comunidade historiadora, os primeiros desenvolvimentos (Choppin, 2008). Hummel (1988: 13) considera irónico que o manual, uma ferramenta tão antiga quanto a escola e que desde sempre acompanhou alunos e professores, tenha sido tão negligenciado enquanto objeto de interesse para a investigação.

Atualmente, os manuais escolares são alvo de inúmeros estudos que visam o seu permanente aperfeiçoamento, relevando-se, além do peso educacional, as suas implicações

¹ De acordo com o conceito adotado pela UNESCO (2005: 3), o material de aprendizagem é um suporte que tem como finalidade apoiar um programa ou processo de aprendizagem: “Any form of media used to support a programme of learning, often as supplements to the core text. Examples include workbooks, charts, educational games, audio and video tapes, posters and supplementary readers”.

económicas e ideológicas e reconhecendo-se o seu papel enquanto veículo fundamental de socialização (Brugeilles e Cromer, 2009: 7).

Não obstante, não existe entre os autores um discurso consensual a respeito da noção de manual, sobretudo pelas divergências estruturais no que concerne aos critérios que o legitimam enquanto tal. Como nota Choppin (2008: 14), há, por um lado, autores que defendem o aspeto contextual como critério fundamental, i. e., qualquer livro que cumpra os objetivos e seja usado em contexto de ensino pode ser entendido como um manual. Por outro lado, propugna-se a intenção como fator principal, i. e., um manual é visto como tal na medida em que foi desenhado e concebido com os objetivos concretos de ensino e aprendizagem. Harper (1980: 33), sugere que uma definição de o que é um manual revela-se uma tarefa praticamente impossível sem o estabelecimento de limites geralmente arbitrários ou irrealistas.

Hamilton (1990) coloca a tónica nos intentos pedagógicos inerentes à projeção de um manual e desvaloriza o princípio situacional como critério, considerando que um livro não se torna num manual pelo simples facto de poder ser usado em contexto de ensino.

Em linha com o autor, seguimos a definição de manual avançada pela UNESCO (2005: 3): “The core learning medium composed of text and/or images designed to bring about a specific set of educational outcomes; traditionally a printed and bound book including illustrations and instructions for facilitating sequences of learning activities”.

Adicionalmente, considera-se relevante a noção adotada na legislação portuguesa³ que salienta, além dos aspetos genericamente contemplados no conceito da UNESCO, “o apoio para o trabalho autónomo do aluno e a possibilidade de incluir orientações de trabalho para o professor” (Lei nº 47/2006 de 28 de Agosto).

Hamilton (1990) nota que a forma como os manuais são desenhados e organizados relaciona-se com uma conceção filosófica sobre o conhecimento, segundo a qual todo o saber é passível de ser mapeado. Esta perspetiva contribuiu largamente para o desenvolvimento do

³ Veja-se o conceito integral de manual adotado no âmbito do regime de avaliação e certificação de manuais escolares usados no sistema de ensino em Portugal: “o recurso didáctico-pedagógico relevante, ainda que não exclusivo, do processo de ensino e aprendizagem, concebido por ano ou ciclo, de apoio ao trabalho autónomo do aluno que visa contribuir para o desenvolvimento das competências e das aprendizagens definidas no currículo nacional para o ensino básico e para o ensino secundário, apresentando informação correspondente aos conteúdos nucleares dos programas em vigor, bem como propostas de actividades didácticas e de avaliação das aprendizagens, podendo incluir orientações de trabalho para o professor” (Lei nº 47 de 28 de Agosto de 2006).

pensamento didático e, segundo o mesmo autor, para o desenvolvimento de uma ideia de programa.

Um programa, segundo o conceito desenvolvido pela Cambridge (n.d.), pode ser genericamente entendido como: “An overall description of the aims, content, organisation, methods and evaluation of the learning programme and the factors influencing the quality of learning”⁴.

Apesar de poder adquirir significações múltiplas em função de diferentes propósitos específicos, a relação íntima que o programa mantém com a noção de manual parece incontornável. Choppin (2004: 553) destaca a *função referencial* do manual e refere que este se constitui como a materialização de um programa. De facto, o manual mostra ser o instrumento de ensino e aprendizagem que de forma mais completa e estruturada incorpora os conteúdos e objetivos de aprendizagem.

Além de uma *função referencial*, Choppin categoriza outras três funções desempenhadas pelo manual: **i) instrumental**, propondo métodos práticos de aprendizagem e exercícios ou atividades, com vista a melhor atingir a aquisição dos conhecimentos; **ii) ideológica e cultural**, enquanto veículo privilegiado na transmissão de valores, doutrinando ou aculturando de forma mais ou menos explícita; **iii) documental**, fornecendo um conjunto de documentos textuais ou iconográficos que, sob observação e/ou confrontação, visam desenvolver o sentido crítico.

As quatro funções do manual avançadas por Choppin, subjazem *grosso modo* aos discursos que preconizam o papel pedagógico do manual como um elemento base para a formação. Brugeilles e Cromer (2009: 15) destacam a importância do manual enquanto instrumento de desenvolvimento do pensamento crítico, da criatividade e da autonomia. Na mesma linha de pensamento, Hummel (1988: 15) defende que competências associadas ao uso do manual como ferramenta de aprendizagem são indispensáveis ao desenvolvimento cognitivo. O manual é ainda defendido como um elemento promotor de hábitos de leitura (UNESCO, 2014: 23), cuja carência, como nota Murray (2009: 100), é eminentemente um fator de exclusão social que pode pôr em causa o pleno exercício da cidadania.

⁴ Conceito consultável em <http://www.cie.org.uk/teaching-and-learning/implementing-the-curriculum-with-cambridge/> [Consultado a 1 de janeiro de 2017]

Todos estes aspetos tendem a ser mais pertinentes se tivermos em conta que, em muitas realidades, por motivos vários, o manual constitui a única introdução à palavra escrita encontrada num lar (Brugeilles e Cromer, 2009: 15; Hummel, 1988: 15).

Para o professor, o manual pode funcionar como uma ferramenta de consolidação dos seus próprios conhecimentos e competências ou mesmo como uma forma de colmatar possíveis falhas da sua formação (Brugeilles e Cromer, 2009: 15). Complementarmente, podemos entender o manual enquanto instrumento regulador do processo de ensino e aprendizagem, tornando presentes e explícitas as matérias entre os alunos e outros agentes envolvidos na aprendizagem (e.g. encarregados de educação) e responsabilizando o professor face ao domínio dos conteúdos teóricos.

Além disto, o manual pode operar como uma ferramenta útil e segura para o professor preparar as suas aulas (Perrenoud, 1995), mas será um profundo equívoco relacionar um maior recurso ao manual com uma menor competência docente. Oates (2014: 6) sublinha um estudo de Reynolds e Farrell, de 1996, que revela que os professores que se apoiam em manuais de qualidade⁵ para estruturar as suas aulas apresentam um melhor desempenho, tomando princípios de coerência e foco e evitando perdas de tempo na constante construção de materiais em prol de uma maior concentração na progressão do aprendente. O que se torna evidente é que o professor deve ter em conta as idiosincrasias da turma/aluno, adaptando a forma de uso do manual aos objetivos e especificidades da aprendizagem.

Muito embora outros meios de comunicação comecem, um pouco por todo o mundo, entre alunos e professores, a ser equiparados ao manual, enquanto fonte autorizada de conhecimento (UNESCO, 2014; Choppin, 2008), esbatendo cada vez mais as fronteiras entre a realidade quotidiana dos alunos e as instituições de ensino, parece seguro admitir a importância duradoura do manual enquanto ferramenta básica para a educação no século XXI, como referem Brugeilles e Cromer (2009: 6).

Oates (2014: 5) nota que os novos meios ao dispor do ensino e aprendizagem são um assunto a ter em conta, sobretudo pelos desafios que colocam, mas salienta o papel do manual enquanto instrumento cuidadosamente desenvolvido e permanentemente apurado pelos editores e

⁵ Segundo a UNESCO (2005), por materiais de qualidade entende-se: “A more current and comprehensive view identifies quality learning materials as those which actively engage the learner in the process of acquiring the knowledge, skills and attitudes necessary to become responsible citizens of their communities and of the world”.

educadores, com vista a satisfazer as necessidades educacionais em muitos países, onde desempenham um papel crucial na qualidade do ensino. Face ao processo de transição para os novos meios, Oates chama a atenção para a importância de não se perderem os processos e elementos essenciais de ensino e aprendizagem escrupulosamente contemplados nos manuais.

Atualmente, assiste-se a uma tendência para a descentralização do poder decisório em matérias de produção e distribuição de manuais, permitindo, por exemplo, sistemas de seleção mais próximos das escolas e dos professores (UNESCO, 2014: 19). Não obstante isso, é importante ter em conta que a produção de materiais didáticos está, por tradição, alocada a um grande mercado editorial, cabendo, por isso, aos órgãos governamentais vigiar tanto quanto possível qualquer tipo de dinâmicas que comprometam a qualidade e a acessibilidade destes materiais.

Considerando que desempenha, além de uma função instrumental, uma função ideológica e cultural (Choppin, 2004: 553), o manual constitui um recurso essencial na negociação e transmissão legítima de valores e padrões comportamentais (Zeković, 2013; Brugeilles e Cromer, 2009; Morgado, 2004). Por este motivo, o seu poder é demasiadamente relevante para ser negligenciado, pelo que deve ocupar uma posição central no quadro das políticas educativas nacionais e internacionais envolvendo todos os atores implicados no seu sucesso (e. g., editores, professores, comunidade, etc.) (Brugeilles e Cromer, 2009).

O Manual de Língua Estrangeira

Contrariamente ao que é usual noutras disciplinas, o ensino de línguas funciona em espetros institucionais diversos (e. g., universidades, institutos, escolas de línguas, etc.), está sujeito a diferentes ideologias de ensino (e. g., abordagem tradicional, comunicativa, etc.) e, amiúde, funciona também fora de qualquer quadro institucional (e. g., aulas particulares, clubes informais de conversação, etc.), de que decorre, necessariamente, uma maior heterogeneidade de práticas pedagógicas. Por este motivo, procurar-se-á, tanto quanto possível, uma abrangência nas reflexões e conexões estabelecidas.

Não há consenso no que concerne ao uso do manual no âmbito do ensino e aprendizagem de uma língua estrangeira. Por um lado, é entendido como um elemento limitador da criatividade pedagógica, potencialmente gerador de uma rotina desmotivante (Sousa, 2012: 15), ou como um instrumento que pode levar o professor a desresponsabilizar-se da sua tarefa de orientador da

aprendizagem, acreditando que o manual pode servir como apoio para todas as situações (Swan, 1992 em Hutchinson e Torres, 1994: 315).

Por outro lado, o manual é reconhecido como um instrumento que oferece maior segurança, evitando a dispersão e uniformizando o processo de ensino e aprendizagem (Sousa, 2012: 14). Este aspeto é particularmente significativo para professores em início de carreira, para quem o manual pode constituir uma ferramenta auxiliar na construção de um programa e na preparação de atividades, assegurando a coerência e a evolução lógica dos conteúdos (Wen-Cheng, 2011: 91).

Hutchinson e Torres (1994: 324) defendem que o manual permite a possibilidade de todos conhecerem o programa e os objetivos, constituindo-se como uma base negocial para os intervenientes no processo de ensino e aprendizagem. Com efeito, o manual só pode ser entendido como um elemento aprisionador caso o professor que o segue não tenha em conta os objetivos e motivações de aprendizagem dos alunos. Pelo contrário, servindo-se do manual é possível que professor e alunos, conjuntamente, acordem previamente os aspetos que merecerão maior relevo.

À parte as discussões em torno dos usos que se fazem do manual, cabe notar que este tende a prosperar e a desenvolver-se, tornando-se cada vez mais sofisticado, essencialmente porque, como notam Hutchinson e Torres (1994: 317), continua a ser eficaz e a responder às necessidades de ensino e aprendizagem. O que não pode ser esquecido, sobretudo entre os professores, é que os manuais são desenhados para funcionar como um instrumento de apoio, e não para responder na plenitude à missão de gerir a aprendizagem de uma língua estrangeira – “The whole business of the management of language learning is far too complex to be satisfactorily catered for by a pre-packaged set of decisions embodied in teaching materials” (Allwright, 1981: 9). Por este motivo, é necessário um espírito criativo sobre os conteúdos e metodologias, a par de uma visão objetiva sobre os propósitos de aprendizagem. O manual de LE pode ser uma excelente base para o ensino de determinados conteúdos, mas é essencial que o professor adote uma atitude crítica, criativa e interpretativa face aos materiais que esta lhe disponibiliza.

Para os alunos, o manual de LE representa um objeto concreto que podem utilizar em casa, sobretudo porque, usualmente, é acompanhado por outras ferramentas que complementam a aprendizagem, e. g., materiais de áudio, livros de estudo autónomo, etc. (Wen-Cheng, 2011). Deste ponto de vista, o manual de LE contribui para a autonomia e fomenta hábitos associados à

aprendizagem ao longo da vida⁶, um aspeto que veio a assumir uma das principais linhas orientadoras para as políticas de desenvolvimento social, cultural e económico do Conselho da Europa, da UNESCO e da OCDE (Kallen, 1996: 16), e que abrange a educação informal⁷. Risager (1991) nota que a generalidade dos alunos que aprende uma segunda ou terceira LE não vai além do nível elementar e que, frequentemente, o manual constitui o único material de aprendizagem que possuem.

Se a discussão sobre o uso do MLE é abundante e possivelmente irresolúvel, o mesmo não se aplica à importância da dimensão cultural no âmbito do ensino e aprendizagem de uma língua estrangeira (Coelho, 2015).

A Dimensão Cultural no Manual de Língua Estrangeira

Apesar de evidente, cabe notar que um estudo sério e aprofundado sobre o manual não pode ser desvinculado do contexto pedagógico e sociocultural em que é produzido. O manual encontra-se organicamente ligado aos diferentes momentos do ensino, sendo possível reconstruir formas pedagógicas a partir dos manuais que as acompanham (Hamilton, 1990). Isso não significa que a função do manual, sobretudo do manual de língua e cultura, seja a de espelhar a realidade; pelo contrário, este trabalho assenta na premissa de que um dos seus papéis é o de fornecer uma chave para mudança e desenvolvimento, quer no que concerne a ideologias e práticas pedagógicas, quer a respeito de problemáticas diretamente ligadas a questões socioculturais. O *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas (QECL)* salienta a forma como a componente sociolinguística afeta a comunicação entre falantes de culturas diferentes (Conselho da Europa, 2001: 35). Não obstante uma maior preocupação na representação da diversidade étnica, social e cultural, os conteúdos linguísticos são amiúde privilegiados em detrimento dos conteúdos socioculturais (Coelho, 2015: 37).

⁶ Veja-se a definição de aprendizagem ao longo da vida adotada pela Lifelong Learning Platform: “(...) lifelong learning covers education and training across all ages and in all areas of life be it formal, non-formal or informal. It shall enable citizen’s emancipation and full participation in society in its civic, social and economic dimensions”. Consultável em: <http://llplatform.eu/what-we-do/lll-awards/lllawards2017/> [Consultado a 02 de dezembro de 2016].

⁷ Veja-se a definição de educação informal avançada pelo Conselho da Europa (2010): “Informal education” means the lifelong process where-by every individual acquires attitudes, values, skills and knowledge from the educational influences and resources in his or her own environment and from daily experience (family, peer group, neighbours, encounters, library, mass media, work, play, etc.)”.

Até à segunda metade do século XX, os manuais de ensino de LE desempenham essencialmente propósitos linguísticos e gramaticais (Risager, 1991: 181). Só a partir da década de 60 o ensino da cultura começa a formar-se como uma disciplina mais ou menos independente e a introdução de uma dimensão cultural passa a ser um aspeto fundamental na contemplação de materiais destinados ao ensino de LE.

Não alheia a esta tendência, a abordagem comunicativa⁸ que então se defende no ensino de línguas estrangeiras contribui ainda mais para o reconhecimento da importância da cultura nas práticas de ensino, ao fazer do contexto⁹ e do uso de materiais autênticos¹⁰ duas das suas mais importantes vertentes de identificação e caracterização (Widdowson, 1978; Kramsch, 1993; Brown, 2001). A experiência do contacto com tipos de texto não artificiais ou modificados viria criar no aprendiz uma maior familiaridade e prazer com o uso real da língua (Kramsch, 1993), favorecendo uma aprendizagem significativa (leia-se: com significado). Sobretudo a partir dos anos 70 e 80, os manuais de ensino de LE afirmam um papel transmissor de cultura, quer no sistema educacional, quer na sociedade, com uma maior contemplação de géneros textuais não ficcionais e recebendo contributos exteriores à disciplina da pedagogia (Risager, 1991).

Um dos aspetos técnicos que acompanharam o desenvolvimento da integração da dimensão cultural nos manuais de LE foi a técnica de reprodução visual, o que se traduziu em mais fotografias e grafismos mais diversificados (Risager, 1991: 185), acentuando-se uma orientação mais focada nos aspetos visuais da cultura. Apesar das suas potencialidades, o poder comunicativo da imagem surge amiúde diminuído por uma representação deficiente da realidade (Varela, 2008), cabendo ao professor um papel moderador entre o aprendiz de língua e cultura estrangeiras e os materiais visuais utilizados, sobretudo aqueles que mais diretamente reportam a temas socioculturais.

⁸ Tendo em conta a sua natureza eclética, formada a partir de disposições gerais sobre a língua e o ensino, cabe reconhecer a dificuldade em definir de forma fechada e definitiva o que é a Abordagem Comunicativa do ensino da língua. Não obstante, é incontornável o momento do estabelecimento da diferença entre “competência” e “desempenho” levado a cabo por Chomsky (Canale e Swain, 1980) e, mais tarde, a retoma da noção de “competência” por Hymes, favorecendo uma visão do conceito no âmbito da sociolinguística (Richard, 2006). O estabelecimento da noção de “competência comunicativa” constituiu um ponto de viragem sobre a visão da língua, do seu ensino e da sua aprendizagem. É na senda desta viragem que se desenvolve a Abordagem Comunicativa, comprometida com os propósitos e finalidades do uso da língua.

⁹ Segundo o *QECRL*, por contexto entende-se: (...) “constelação de acontecimentos e de factores situacionais (físicos e outros), tanto internos como externos ao indivíduo, nos quais os actos de comunicação se inserem”.

¹⁰ Por “materiais autênticos” entende-se textos não concebidos com fins pedagógicos, mas sim extraídos de contextos da vida real (e.g. notícias, folhetos publicitários, etc.).

Atualmente considera-se que ensinar uma língua implica sempre ensinar cultura (Hilliard, 2014: 238), e os materiais didáticos destinados à aprendizagem de uma LE, particularmente os manuais, são fontes de exposição destas duas dimensões (Troncoso, 2012: 134). Considera-se que um aluno apenas domina uma língua se dominar os contextos culturais nos quais a língua ocorre (Peterson e Coltrane, 2003: 1). Além disto, os conteúdos socioculturais, segundo Risager (1991: 188), funcionam para superar uma perspectiva autocentrada. Por este motivo, o ensino da cultura deve privilegiar a aprendizagem de práticas e de conhecimento cultural, favorecendo a aquisição de competências comunicativas interculturais, essenciais à sociedade global dos nossos dias (Hilliard, 2014).

O Estereótipo

A contemplação da dimensão cultural nos manuais de LE não está, contudo, isenta de críticas. Risager (1991: 190) nota que os manuais melhoraram bastante do ponto de vista estético e formal, mas critica o seu caráter fragmentário, desprovido de uma contextualização histórica e de uma estruturação social e cultural, apresentando a realidade “em flashes”. Troncoso (2012) censura a representação cultural pitoresca que é feita nos manuais como algo desadequado ao ensino de línguas estrangeiras, uma vez que, apesar de corresponder à imagem que a própria cultura tem de si mesma, frequentemente nada tem a ver com a vida quotidiana da maior parte da população. Há, além disto, como menciona Hillard (2014: 239), uma tendência atual para uma representação excessivamente positiva da cultura-alvo.

Além da possibilidade de representação da cultura estudada, o MLE tem a possibilidade de funcionar como ponto de discussão sobre valores socioculturais numa perspectiva mais alargada. Risager (1991: 189) critica ainda a forma como o relativismo cultural¹¹, que influenciou o ensino de LE desde a década de 60, teve repercussões na criação de materiais neutros relativamente a questões potencialmente fraturantes. Considerando o ensino de LE como um espaço de aprendizagem da interculturalidade (mais do que da multiculturalidade), este aspeto pode ser

¹¹ O relativismo cultural pode ser sumariamente entendido como uma abordagem sobre a natureza e o papel dos valores na cultura, a partir da assunção de que as culturas são diferentes umas das outras e de que não há limites para a expressão das suas diferenças. A perspectiva defendida é a de que a observação cultural deve desprover-se dos aspetos e valores inerentes à cultura do observador, permitindo uma visão imparcial e livre de preconceitos sobre a cultura do observado (Sattris, 2000).

entendido como uma impreparação da pedagogia para responder a objetivos de discussão e comprometimento social. Esta linha de pensamento é válida para uma reflexão em termos de ideologia social, considerando a forma como dentro de uma determinada cultura são representados ou sub-representados grupos, comportamentos e valores, alimentando ou contribuindo para a desagregação de estereótipos.

Lippmann (1922), consensualmente aceite como precursor do conceito de estereótipo nas ciências sociais (Duarte, 2013), observa como a construção da realidade nos indivíduos é brutalmente simplificada, marcada pela falta de informação e influenciada por fatores externos, mas também por fatores internos que funcionam como uma defesa de valores e ideologias pessoais – “For the most part we do not first see, and then define, we define first and then see” (Lippman, 1922: 54-55). O estereótipo funciona assim como um “mapa” construído perante a inabilidade humana em lidar com a subtileza e com a complexidade, mas também como uma forma de proteção de um sistema de valores. É por este motivo que os estereótipos são tão resistentes, ainda que possam alterar-se em função de mudanças ocorridas nos traços distintivos dos grupos (Bordalo, Coffman, Gennaioli, e Shleifer, 2016: 1753).

Hillard (2014: 239), refere a existência de muitos estudos que revelam a presença de suposições, estereótipos e ideologias ocultas nos próprios materiais pedagógicos de LE. Não obstante algumas melhorias, existem, independentemente do tempo de produção, certas características comuns a todos os manuais, nomeadamente um sistemático foco num determinado tipo social: pessoas de classe média ou socialmente indefiníveis, que vivem num ambiente urbano e que levam a cabo interações discursivas em momentos de lazer ou de consumo (Risager, 1991: 188). Troncoso (2012: 134) faz notar que os materiais usados no ensino de LE, ao invés de funcionarem para ensinar a diferença, tendem a padronizar comportamentos, reforçando amiúde ideias estereotipadas.

O estereótipo é um dos aspetos focados pelo *QECLL*, salientando-se um conjunto de competências que visam ultrapassá-lo. Desenvolvido em 2001 pelo Conselho da Europa, no âmbito do Projeto Políticas Linguísticas para uma Europa Plurilingue e Multicultural, o *QECLL* é um documento que, além de estabelecer um quadro de referência para os níveis de proficiência linguística, fornece linhas de orientação para a criação e desenvolvimento de programas de línguas, formas de avaliação, manuais, etc., objetivando esbater as fronteiras que, na Europa, separam profissionais e aprendentes de línguas vivas. Perante uma Europa multilingue e multicultural, o

desejo presente, e explicitado em vários momentos do documento, é o de desenvolver práticas que favoreçam uma Europa plurilíngue e intercultural.

Segundo o *QECRL* (p. 73), o estereótipo pode ser reduzido através do desenvolvimento de capacidades interculturais. Entende-se que o conhecimento de línguas estrangeiras não funciona como uma camada de substratos incomunicáveis entre si, dos quais resultam atividades linguísticas autónomas; pelo contrário, é defendido que as competências linguísticas e culturais prévias afetam as adquiridas, formando uma amálgama rica e potencialmente mais preparada para o grande desafio da diferença:

O aprendente não adquire pura e simplesmente dois modos de actuar e de comunicar distintos e autónomos. O aprendente da língua torna-se plurilíngue e desenvolve a interculturalidade. As competências linguísticas e culturais respeitantes a uma língua são alteradas pelo conhecimento de outra e contribuem para uma consciencialização, uma capacidade e uma competência de realização interculturais. Permitem, ao indivíduo, o desenvolvimento de uma personalidade mais rica e complexa, uma maior capacidade de aprendizagem linguística e também uma maior abertura a novas experiências culturais.

O conhecimento sociocultural previsto no *QECRL*, uma das componentes do conhecimento declarativo¹², que por sua vez se encontra compreendido nas competências gerais¹³, implica um conhecimento social e cultural (e.g. ao nível de: “estrutura social e relações entre classes; relações entre sexos (género, intimidade); estruturas e relações familiares, relações entre gerações, etc.” (*QECRL*: 149)) aspetos que, como é referido no documento, provavelmente se encontram fora da experiência prévia, podendo ser transfigurados pelo estereótipo.

Não obstante, conforme referido no *QECRL* (p. 189) o contacto com uma língua e realidade sociocultural distintas nem sempre favorece o esbatimento do estereótipo, sucedendo, não raramente, o seu enraizamento e aprofundamento, acentuando-se a necessidade de um contacto linguístico e cultural mais diversificado possível:

(...) o conhecimento de uma língua e de uma cultura estrangeira nem sempre permite ultrapassar o que a língua e a cultura ‘maternas’ têm de etnocêntrico, e pode até ter o efeito contrário (não é raro que a aprendizagem de uma língua e o contacto com uma cultura estrangeiras reforcem, mais do que reduzam, os estereótipos e os preconceitos (...))

¹² Segundo o *QECRL* (p. 31), por conhecimento declarativo entende-se: “(...) conhecimento que resulta da experiência (conhecimento empírico) e de uma aprendizagem mais formal (conhecimento académico)”.

¹³ Segundo o *QECRL* (p. 31): “incluem o conhecimento declarativo (saber), a competência de realização (saber-fazer), a competência existencial (saber-ser e saber-estar) e a competência de aprendizagem (saber-aprender)”.

Considerando que as linhas desenvolvidas pelo *QECRL* abrangem o processo de desenvolvimento de manuais destinados à aprendizagem de línguas estrangeiras, afigura-se pertinente (quicá urgente) que os propósitos associados a heterogeneidade social e cultural sejam cumpridos. Os manuais de ensino de LE devem ser representativos de realidades socioculturais que não a dominante, uma vez que o estereótipo, apesar de mais estudado ao nível dos grupos étnicos (Martins e Rodrigues, 2004), é socialmente omnipresente manifestando-se em todos os campos da vida social.

O manual, como é reconhecido por Brugeilles e Cromer (2009: 7), é uma ferramenta para a mudança social, uma vez que desempenha um papel modelador ao nível da transmissão direta e indireta do comportamento social, de normas e de valores. Uma vez comprometido com a veiculação de direitos universais e com a anulação de estereótipos e elementos de preconceito e intolerância, cumpre uma função educativa de qualidade, promovendo a paz e a dignidade sociais.

Os desafios dos novos manuais de LE passam por uma apresentação estruturada da realidade social onde a interdisciplinaridade da sua construção deve ser tida em conta, e.g., antropologia, sociologia, história, literatura, etc. (Risager, 1991). Como materiais privilegiados de ensino de cultura, torna-se evidente que os manuais devem refletir os conhecimentos e capacidades transversais propostos pelo *QECRL*, funcionando não como um espelho do real, mas como instrumento ativo de transformação na sociedade.

As Diretrizes Para A Elaboração De Materiais Didáticos

Reconhecido o poder do manual enquanto instrumento potencial de veiculação de uma ideologia social, são várias as tentativas de afirmação de pareceres e diretrizes para a sua elaboração e/ou certificação, emanados a nível nacional e internacional.

Em Portugal, os critérios para a certificação de manuais utilizados no sistema educativo determinam, entre outros aspetos, que os manuais devem “respeitar os valores e os direitos fundamentais consagrados na Constituição”, e que não devem constituir “um veículo de propaganda ideológica, política ou religiosa” (Despacho n.º 11421/2014 de 11 de setembro do Ministério da Educação, 2014).

O *QECRL* aconselha que se examine escrupulosamente a representação da cultura-alvo nos manuais de LE evitando a cristalização de estereótipos.

Conclusão de Capítulo

As demais investigações, publicações, orientações e recomendações dão-nos conta da irredutível preponderância do manual escolar não só enquanto fonte direta de conhecimento, mas também como instrumento potencial de modelação e veiculação de valores socioculturais. Este aspeto tem maior relevância quando em causa estão MLE, reconhecida a centralidade do seu papel na fixação e transmissão de conteúdos socioculturais. Torna-se demasiado óbvio que a perpetuação de estereótipos constitui um elemento contraditório em qualquer sociedade que se assuma plural e inclusiva. O MLE tem a responsabilidade acrescida de, por um lado, estar preparado para aprendentes de múltiplas realidades culturais e, por outro, funcionar de forma estruturada e crítica como veículo de transmissão de valores socioculturais.

Os MLE podem abordar uma multiplicidade de temas que variam de manual para manual, em função das escolhas dos autores e dos pressupostos de aprendizagem (e.g. atividades de consumo, vida profissional, questões sociais, etc.). Não obstante, há aspetos transversais que, pela sua natureza primária, reportam diretamente a problemáticas básicas de ideologia social e que, de forma mais ou menos consciente, implicam uma tomada de posição (e.g. representações de género, representações de minorias étnicas, etc.). As perguntas de investigação deste trabalho centram-se na verificação da forma como os MPLE representam as estruturas de organização familiar, contudo, antes dessa análise, é apresentado um esboço teórico sobre tópicos de composição da família e uma breve caracterização da realidade familiar portuguesa. O principal objetivo é o de fornecer ao leitor um enquadramento sucinto e realista das mutações ocorridas nas dinâmicas familiares portuguesas, como ponto de partida para um olhar crítico sobre a representação da família nos MPLE.

Capítulo 2 – A Família: Aspetos Gerais de Caracterização

“Passar do singular para o plural, reconhecer que a realidade é muito mais rica — e bem mais interessante — do que qualquer ficção baseada num modelo único: eis um passo fundamental para que tod@s possamos viver melhor.”

(ILGA, 2008:3)¹⁴

Observando os dados estatísticos, é fácil notar que o culminar do século passado foi pródigo em mudanças estruturais no seio da família. São vários os indicadores que sinalizam a complexificação e diversificação das estruturas de organização familiar. Cada vez mais proliferam exemplos de estruturas não convencionais que nos dão conta da necessidade de se repensar a representação da família, não raramente, entendida a partir de um modelo tomado como único e permanente.

Refletir sobre esta mudança a partir de uma leitura puramente quantitativa seria, no mínimo, redutor, uma vez que a família deve ser entendida como um espaço físico, relacional e simbólico (Saraceno, 2003), comum a praticamente todas as áreas do saber (e.g. sociologia, economia, psicologia, ensino, etc.), e configurando-se como um vasto e complexo horizonte de perspectivas, a partir do qual, tomando a estatística como mera pedra-de-toque com a realidade, procurar-se-á recolher as ideias mais profícuas para uma reflexão sobre os processos de representação e mudança.

Este capítulo é particularmente importante enquanto base teórica para a resposta à terceira pergunta de investigação deste trabalho: considerando a realidade social portuguesa, existe, ou não, uma perspetiva e comprometimento social quanto à temática da família nos MLE?

O que é uma Família?

A palavra “família” é comumente usada para dar conta de duas realidades distintas, ainda que em estreita relação. Murdock (1949:1-2) diferencia “família nuclear”, que inclui os pais e os filhos (biológicos ou adotados), de “família alargada”, que engloba outros parentes mais ou menos distantes. Também Nelson (1997: 29) reconhece um uso da palavra “família” vulgarmente

¹⁴ Citação retirada do livro *As Famílias que somos*, desenvolvido pela associação Intervenção Lésbica, Gay, Bissexual e Transgénero, um manual que objetiva consciencializar para a diversidade de tipos de famílias numa perspetiva de orientação de género.

partilhado para nomear duas possibilidades: a primeira, em sentido estrito, composta por um reduzido conjunto de indivíduos que vivem juntos e que se relacionam pela via do matrimónio ou da consanguinidade; e a segunda, num sentido mais alargado, comumente sinonimizada com uma ideia lata de parentesco. Para o âmbito deste trabalho, importa sobretudo problematizar a noção de família enquanto “núcleo familiar”, sendo a aceção mais veiculada nas representações socioculturais, o foco das maiores divergências e aquela que reúne uma maior preponderância nos estudos sobre a família.

Murdock (1949: 1) define família como:

A social group characterized by common residence, economic cooperation and reproduction. It includes adults of both sexes at least two of whom maintain a socially approved sexual relationship and one or more children, own or adopted, of the socially cohabiting adults.

Validar hoje este conceito implicaria aceitar que famílias monoparentais, famílias compostas por casais homossexuais ou sem descendência não fossem consideradas como tal. Implicaria também concordar, à luz das ideias do autor, com um sistema de cooperação económica familiar assente na divisão de trabalho segundo princípios de género, justificados por diferenças físicas e psicológicas (Murdock, 1949). Ainda que demasiadas famílias se configurem conformes à definição de Murdock, considera-se que esta se tornou insuficiente para compreender as dinâmicas atuais.

Beltrão (1989:17), por seu turno, define família como: “grupo social no qual os membros coabitam unido por uma complexidade muito ampla de relações interpessoais, com uma residência comum, colaboração económica” e no âmbito do qual “existe a função da reprodução”.

Uma vez mais, verifica-se que os critérios que no século passado seriam válidos para a conceptualização da família, são hoje facilmente rebatíveis e desvinculados da realidade, uma vez que a tónica numa perspetiva reprodutiva revela traços ideológicos atualmente em rutura. Apesar de mais versátil do que o conceito de Murdock (1949), a definição avançada por Beltrão (1989) não existe sem uma perspetiva de reprodução, colocando à margem variadas possibilidades familiares (e.g., famílias de coabitação, famílias hospedeiras, etc.).

Contrariamente ao conceito de Murdock (1949) e de Beltrão (1989), o conceito adotado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE, 2012: 547), sob a denominação de “família clássica”, demarca-se de qualquer princípio ideológico:

Um conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco (de direito ou de facto) entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento. Considera-se também como família clássica qualquer pessoa independente que ocupe uma parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento.

A definição de “família clássica” utilizada pelo INE assume, por motivos inerentes à natureza da área de estudo, critérios necessariamente inflexíveis, exclusivamente baseados em princípios habitacionais e jurídicos. Não obstante a rigidez da sua natureza, é seguro notar nesta definição uma dimensão permeável, uma vez que parte do conceito depende do que é juridicamente determinado nas relações de direito entre os indivíduos. Na realidade, ao endossar parte dos seus critérios para a dimensão jurídica, o conceito do INE assume-se mais como forma do que conteúdo, sintomatizando o que social e juridicamente é entendido por “família” e configurando-se como potencialmente válido para qualquer ideologia social.

O INE (2010: 10) apresenta ainda a noção de agregado doméstico privado entendido como:

(...) conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e cujas despesas fundamentais ou básicas (alimentação, alojamento) são suportadas em conjunto, independentemente da existência ou não de laços de parentesco; ou a pessoa que ocupa integralmente um alojamento ou que, partilhando-o com outros, não satisfaz a condição anterior.

A noção de agregado doméstico privado pode incluir vários tipos de relação que, convencionalmente, não são considerados nas estruturas de organização familiar (e.g. coabitação de casal, etc.). O carácter tendencialmente informal deste tipo de dinâmicas, e de outras que a estatística dificilmente abarcará, não deve, contudo, ser tratado como um fator secundário; pelo contrário, estas dinâmicas informam-nos de uma nova forma de encarar e de estar em família.

Não obstante as dificuldades inerentes ao estabelecimento de um conceito de família, um aspeto geralmente consensual entre as várias definições de família, presente quer no conceito de Murdock (1949), quer no conceito de Beltrão (1989), quer nos conceitos do INE (2010, 2012), é a “casa” enquanto elemento base para o desenrolar da convivência familiar. Também o conceito

avançado pela ILGA (2008), tomado como conceito de família orientador para os objetivos gerais deste trabalho, invoca a casa enquanto sede de uma rede de relações: “(...) uma família é sobretudo uma rede afectiva, consistente e estável, de partilha saudável e de amor incondicional, sediada num espaço seguro, denominado ‘casa’” (ILGA, 2008:5).

Considerando que o objetivo central deste trabalho não é problematizar o conceito de família, entende-se que o conceito da ILGA (2008), pela sua concisão, simplicidade e abrangência, é suficiente para um entendimento claro da perspectiva doravante adotada.

A Família no Plural

Qualquer conceito de família exclusivamente cingido ao comensurável dificilmente será suficiente para compreender a infinita constelação de possibilidades familiares, quer ao nível da estrutura, quer ao nível da dinâmica. Por mais que a família tradicional continue a ser dominante e socialmente interpretada como modelo, outros exemplos existem e proliferam, devendo ser tidos em conta para uma perspectiva representativa da realidade.

Caníço (2014) construiu uma tipologia composta por 21 tipos familiares, que é aqui reproduzida com o objetivo central de demonstrar a imensa variedade de famílias, para lá do modelo familiar tradicional¹⁵, por muito tempo veiculado normativamente. Como salienta o autor, muitos destes tipos excluem-se ou sobrepõem-se, uns apresentam melhor a estrutura, outros a dinâmica:

Díade nuclear	Família em que existe uma relação conjugal sem filhos, uma união entre duas pessoas, que co-habitam. Não há descendentes comuns, nem de relações anteriores de cada elemento.
Família grávida	Família em que uma mulher se encontra grávida, independentemente da restante estrutura. Justifica-se também pela envolvência da parentalidade homem e mulher, estimulada pela concessão de direitos e regalias nos cuidados de saúde e legalidade.
Família nuclear	A típica família com uma só união entre adultos e um só nível de descendência, ou seja, pai e mãe e o(s) seu(s) filho(s).
Família alargada	Família em que co-habitam ascendentes, descendentes e/ou colaterais por consanguinidade ou não, para além de progenitor(es) e /ou filho(s).

¹⁵ Por família tradicional entende-se um conjunto composto por, pelo menos, um pai (indivíduo do sexo masculino), uma mãe (indivíduo de sexo feminino) e a respetiva descendência em regime de coabitação.

Família com prole extensa	Família com crianças e jovens de idades muito diferentes e logo em fases distintas do seu desenvolvimento individual, independentemente da restante estrutura familiar.
Família reconstruída	Família em que existe uma nova união conjugal, com existência (ou não) de descendentes de relações anteriores, de um ou dos dois membros do casal.
Família homossexual¹⁶	Família em que existe uma união conjugal entre 2 pessoas do mesmo sexo, independente da restante estrutura, distinguindo-se da família nuclear por serem do mesmo sexo.
Família monoparental	Família constituída por um progenitor que co-habita com o(s) seu(s) descendente(s), não mantendo relação conjugal de co-habitação permanente, independentemente das razões para tal (viuvez, separação de facto, opção individual, etc.).
Dança a dois	Família constituída por 2 pessoas, implicando laços familiares (de sangue ou não) e a inexistência de relação conjugal ou parental, por exemplo, tio e sobrinho, avó e neto, irmãos, primos ou cunhados.
Família unitária	Família constituída por uma pessoa que vive sozinha, independentemente de existência de relação conjugal sem co-habitação ou da riqueza de outras relações familiares ou extra-familiares.
Família de co-habitação	Homem(s) e / ou mulher(es) que vivem na mesma habitação. Poderão existir muitos contextos: estudantes universitários, imigrantes que co-habitam, amigos que partilham casa. Implica a inexistência de laços familiares ou relações conjugais, existindo ou não um projecto comum. Pode traduzir afastamento temporário do lar de origem e ter grande impacto na saúde mental (solidão) e física (comportamentos de risco). Estabelecem-se, por vezes, amizades duradouras, conflitos permanentes e relações de entreajuda ou concorrência.
Família comunitária	Família composta por um grupo de homens e / ou mulheres e seus (eventuais) descendentes, diluindo-se a unidade nuclear, e impondo-se como valores prioritários o bem-estar, as necessidades e os deveres comunitários.
Família hospedeira	Família em que ocorre a colocação temporária de um elemento exterior à família, habitualmente uma criança.
Família adotiva	São famílias que adoptaram uma (ou mais) criança (s) e adolescente (s) não consanguínea (s), mas que lhe estão ligados por laços afectivos e legais.
Família consanguínea	Família em que existe uma relação conjugal consanguínea, independentemente da restante estrutura.
Família com dependente	Família em que um dos elementos é particularmente dependente dos cuidados de outros, por motivo de doença, excluindo-se o caso de crianças saudáveis.
Família com fantasma	Família em que ocorre o desaparecimento de um dos elementos, de forma definitiva (falecimento) ou dificilmente reversível (divórcio, rapto, desaparecimento ou motivo desconhecido).
Família acordeão	Família em que um dos cônjuges se ausenta por períodos prolongados ou frequentes.

¹⁶ Discorda-se da forma de denominação de alguns dos tipos avançados por Caniço (2014), particularmente o de uma “Família Homossexual”, aspeto que será abordado mais adiante neste trabalho.

Família flutuante	Família em que os elementos mudam frequentemente de habitação, como no caso de progenitores com emprego de localização variável (funções públicas de rotação e mobilidade geográfica profissional, viajantes, etc.).
Família descontrolada	Existe um membro com problemas crónicos de comportamento, podendo este ser relacionado com circunstâncias fortuitas da vida, doença ou comportamentos aditivos (esquizofrenia, toxicod dependência, alcoolismo, etc.), o que vai condicionar a estrutura familiar, conduzindo a dificuldades na organização hierárquica e nas relações inter-familiares.
Família múltipla	Família em que o elemento identificado integra duas (ou mais) famílias, constituindo agregados diferentes, eventualmente com descendentes em ambos.

Quadro 1: Tipologia da Família (Caniço, 2014: 95-100)

O autor antecipa o surgimento de novos tipos de famílias que viriam a ser legalmente reconhecidas em fevereiro de 2016 pela lei que prevê a igualdade no acesso à adoção, apadrinhamento civil e co-adoção entre pessoas do mesmo sexo (Lei nº2/16 de 29 de fevereiro da Assembleia da República).

A Família Portuguesa

A família portuguesa mudou. Os parágrafos que se seguem são uma sucinta apresentação de dados estatísticos referentes à evolução da composição familiar portuguesa, selecionados com base nos objetivos específicos deste trabalho.

Retoma-se a ideia de que a apresentação estatística apenas nos dá uma ideia fragmentada e incompleta de uma parte visível da realidade. Considerando a natureza rígida desta área de estudo, torna-se evidente que de fora ficam aspetos relevantes para uma visão integradora do conceito de família. Não obstante, e considerando que o objetivo central desta apresentação estatística é o de simplesmente demonstrar a existência de um processo de mudança, tratar-se-á sobre indicadores como o casamento, o divórcio, a natalidade ou a evolução dos tipos de família. Toma-se como ponto de comparação preferencial os dados mais recentemente conhecidos e, sempre que possível, a década de 70, por ser este o período imediatamente prévio às principais transformações e, sobretudo, por ser a partir deste período que a recolha e apresentação de dados é mais consistente.

O Casamento

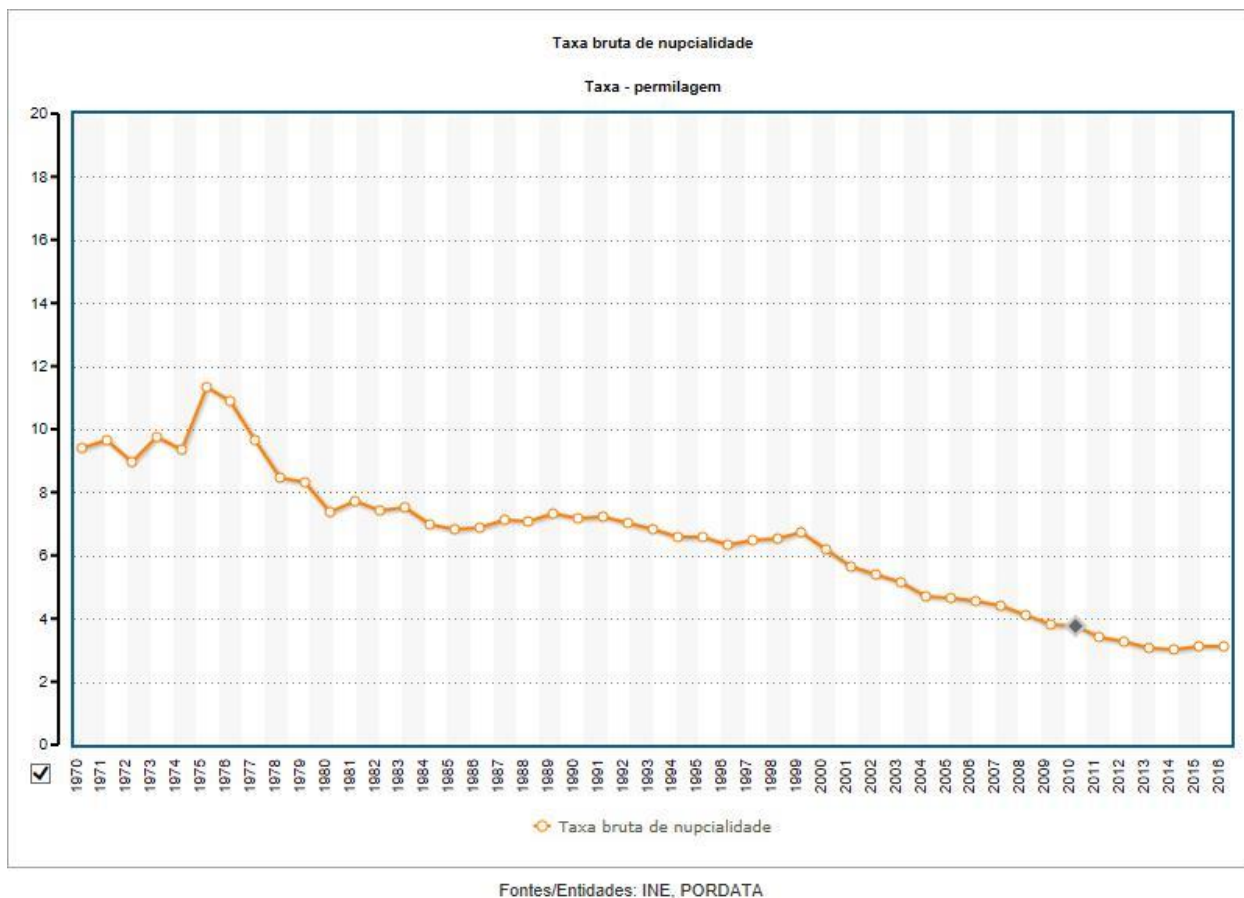


Gráfico 1: Taxa Bruta de Nupcialidade, em Portugal, 1970-2016 (FFMS, 2017a)

Não é necessária uma observação muito detalhada do gráfico 1 para compreender o declínio significativo do casamento¹⁷, sobretudo a partir da segunda metade da década de 70. No ano de 1970, registou-se um total de 81.461 casamentos, o equivalente a uma média de 9,4 casamentos por cada mil pessoas. Este valor, como é possível observar no gráfico, viria a decrescer acentuadamente, sobretudo a partir de 1975. Em 2016, observa-se uma estabilização face ao ano transato, verificando-se um total de 32.399 casamentos, correspondentes a uma média de 3,1 casamentos por cada mil pessoas, menos 49.062 casamentos face a 1970.

¹⁷ Segundo o conceito disponibilizado pelo INE (2015:153), um casamento pode ser entendido como: “Contrato celebrado entre duas pessoas que pretendem constituir família mediante uma plena comunhão de vida, nos termos da legislação em vigor. Nota: o casamento pode celebrar-se entre pessoas de sexo diferente ou do mesmo sexo.”

Além de cada vez em menor número, os casamentos revelam-se cada vez mais tardios. Se em 1970 as mulheres portuguesas casavam em média aos 24,8 anos e os homens aos 26,9 anos, em 2016, a média de idades aquando do laço matrimonial passou para 31,3 e 32,8, respetivamente (FFMS, 2017b).

Outro dado importante acerca do casamento revela que o número de pessoas que voltam a casar tem vindo a aumentar, contrariamente ao número de casamentos cujos cônjuges são solteiros até ao ato matrimonial. Em 1995, casaram pela primeira vez 87.106 pessoas, em 2016 eram 50.061 as pessoas cujo estado civil anterior era o de solteiro até à data do casamento (FFMS, 2017c, FFMS, 2017d). No que respeita a pessoas que voltaram a contrair matrimónio após uma situação de divórcio ou viuvez, constata-se um aumento, de 10.185 casamentos em 1995 para 13.893 casamentos em 2016 (FFMS, 2017c).

Os valores apresentados no gráfico 1 respeitam ao total de casamentos, religiosos e civis, celebrados em território português incluindo, por isso, desde 2010, casamentos entre pessoas do mesmo sexo. De particular relevância para os objetivos deste trabalho, importa considerar a alteração jurídica que torna possível o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo (Lei 9/10 de 31 de maio da Assembleia da República). A alteração legislativa coloca, à data, Portugal como o oitavo país do mundo a permitir casamentos civis entre pessoas do mesmo sexo, a par de países como a Bélgica, a Noruega ou a Suécia.

É evidente que a contribuição dos valores do casamento entre pessoas do mesmo sexo para o total de casamentos celebrados em Portugal é pouco significativa, pelo menos de um ponto de vista estatístico, ou não estivesse em causa uma minoria social. A importância destes valores encontra o seu fundamento no que, mais de três décadas antes da sua aprovação legal, ficou patente na alínea 1 do artigo 36º da Constituição da República Portuguesa: “Todos têm o direito de constituir família e de contrair casamento em condições de plena igualdade” (Assembleia da República, 2005).

Como é possível observar no gráfico 2, à data de 2010 registaram-se no território português um total de 266 casamentos entre pessoas do mesmo sexo. Apesar de uma quebra de 324 para 305 entre 2012 e 2013, em 2017 este indicador dá conta de um total de 422 casamentos celebrados, o valor mais elevado desde a sua legalização.

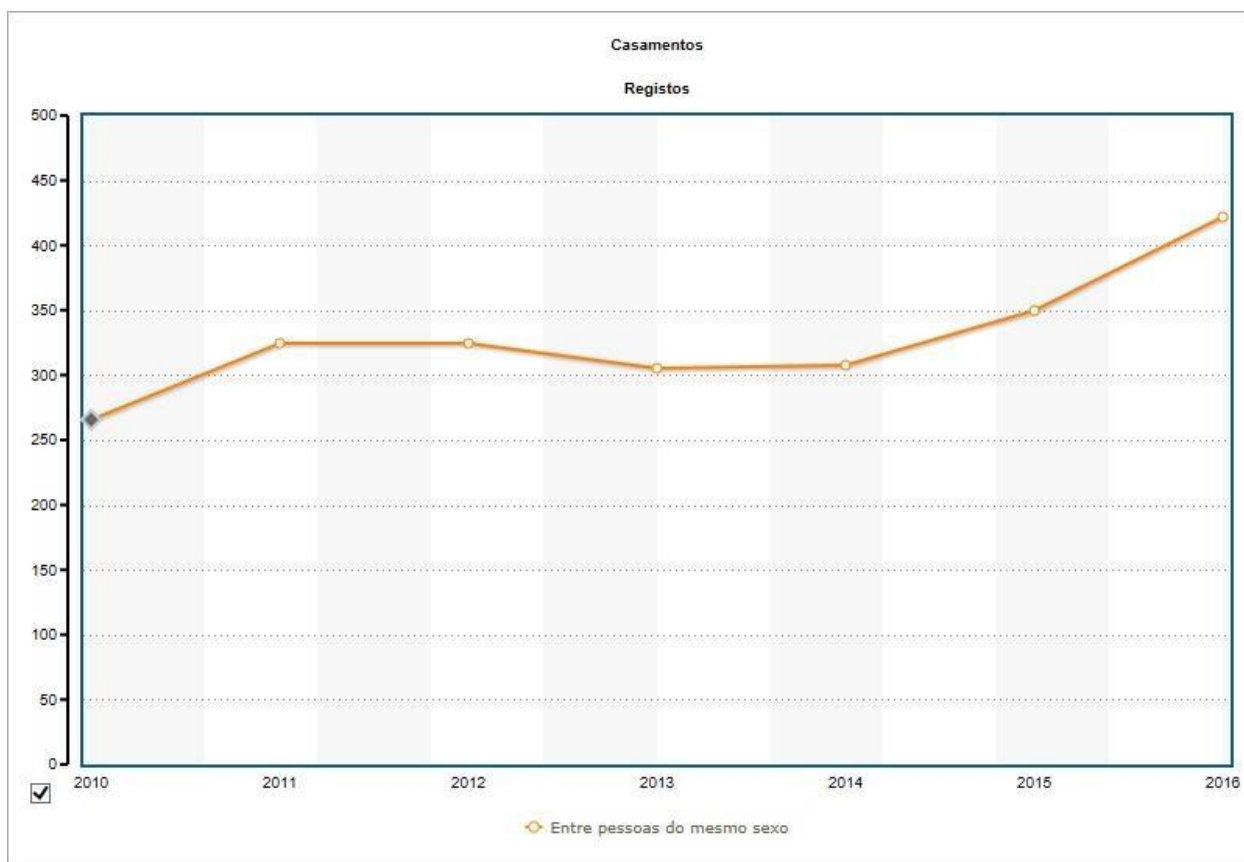


Gráfico 2: Casamentos entre pessoas do mesmo sexo, em Portugal, 2010-2016 (FFMS, 2017e)

Divórcio

Em sentido inverso ao casamento, como é constatável ao observar o gráfico 3, o divórcio¹⁸ galopou. Em 1970, registou-se um total de 509 divórcios, uma média de 0,6 divórcios por cada cem casamentos. A brutal evolução do divórcio tem início na segunda metade da década de 70¹⁹, registando-se, a partir desta data, um curso crescente, atingindo, como ilustrado no gráfico 3, o seu pico em 2002, ano em que as estatísticas nos dão conta de um total de 27,708 divórcios, uma média de 49,1 divórcios por cada cem casamentos celebrados.

¹⁸ Segundo o conceito disponibilizado pelo INE (2015), o divórcio pode ser entendido como: “Dissolução legal e definitiva do vínculo do casamento em vida dos cônjuges, a requerimento de um contra o outro (divórcio sem consentimento de um dos cônjuges) ou de ambos (divórcio por mútuo consentimento), conferindo a cada um o direito de voltar a casar” (INE, 2015:154).

¹⁹ As alterações legislativas de 1975 sobre a concordata que impedia a indissolubilidade matrimonial por via religiosa (Lei de 1975), ajudam a explicar o aumento significativo da taxa de divórcio que, entre 1974 e 1975 passou de 777 para 1.552 divórcios.

Apesar de uma quebra em 2009, no ano de 2013 o matrimónio foi desfeito por 22.525 vezes, correspondendo a uma taxa de divórcios por cada cem casamentos de 70,4%. Em 2016, os últimos dados divulgados (não contemplados no gráfico) dão conta de uma taxa de divórcio de 70 por cada cem casamentos celebrados, a mais elevada da Europa (FFMS, 2016f).

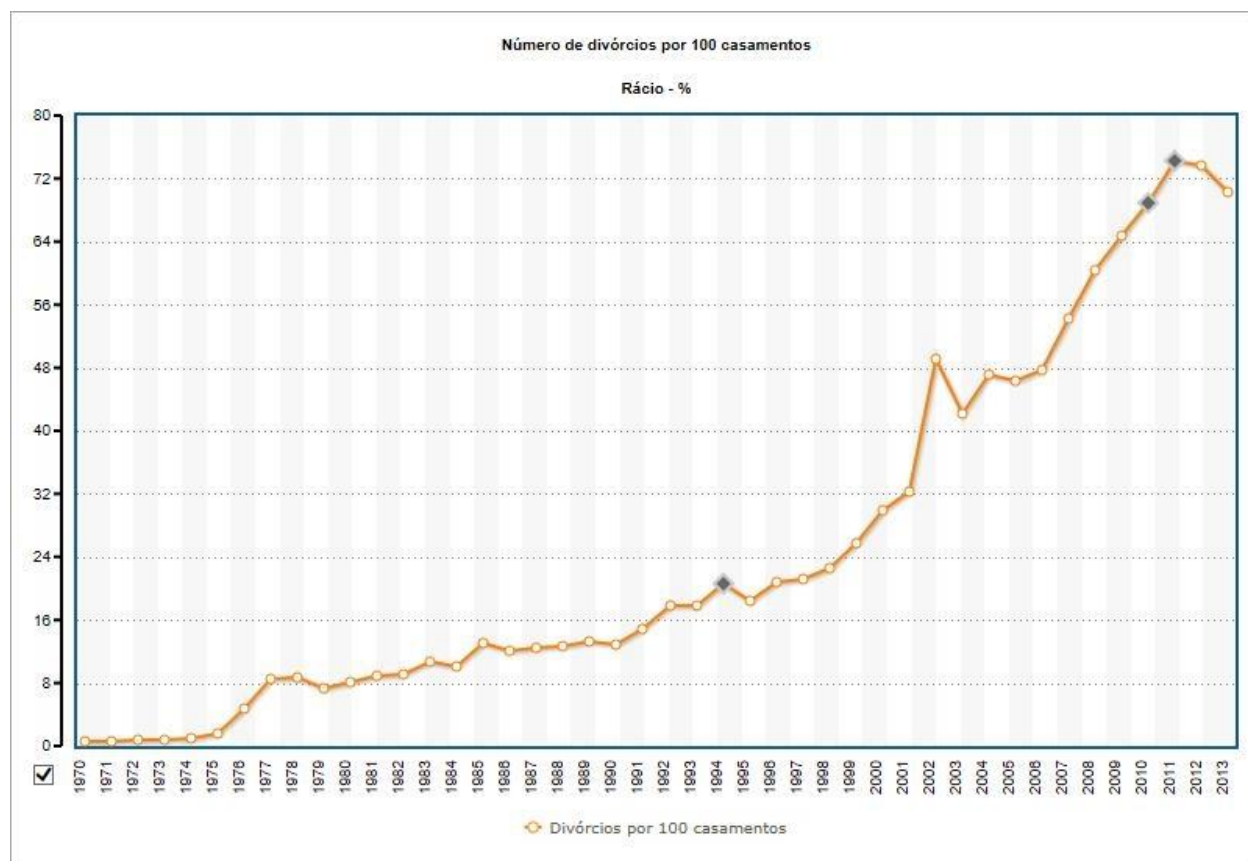


Gráfico 3: Divórcios por cada cem casamentos, em Portugal, 1970-2013. (FFMS, 2017f)

Natalidade

A taxa bruta de natalidade²⁰ tem sido uma das principais preocupações demográficas nos últimos anos, relacionando-se com as variáveis diretamente reportáveis às dinâmicas familiares. Como é possível observar no gráfico 4, desde 1970 que a taxa bruta de natalidade tem vindo a

²⁰ Segundo o INE, a Taxa Bruta de Natalidade diz respeito ao “Número de nados vivos ocorrido durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de nados vivos por 1.000 habitantes)” (INE, 2015:160).

sofrer um forte declínio. Em 1970, este indicador situava-se nos 20,8‰, iniciando, como é observável no gráfico, uma acentuada queda a partir da segunda metade da década de 70. Em 2016, apesar do ligeiro aumento iniciado no ano de 2014, a taxa bruta de natalidade é de 8,4‰.



Gráfico 4: Taxa Bruta de Natalidade, em Portugal, 1970-2016 (FFMS, 2017g)

Além de cada vez em menor número, as mulheres portuguesas têm vindo a adiar a chegada do primeiro filho. A idade média das mães ao nascimento do primeiro filho passou dos 24,4 anos em 1970, para os 30,3 anos em 2016 (FFMS, 2017h).

O número de filhos fora do casamento aumentou significativamente desde 1970, ano em que apenas 7,9% do total de bebés nascidos em Portugal resultavam de uma união à margem da instituição matrimonial. Em 2016, 52,8% dos nascimentos resultam de uma união que até à data decorre fora do quadro institucional do matrimónio (FFMS, 2017i). Os dados recolhidos desde o ano 2000 permitem também perceber uma tendência crescente quer da percentagem de nascimentos resultantes de uniões de pais não casados, mas que vivem em regime de coabitação,

quer de nascimentos resultantes de uniões de pais não casados, que vivem separadamente. No ano 2000, 16,8% dos nascimentos eram fruto de uniões cujos pais não eram casados, mas viviam juntos; em 2016, este valor passou para os 35,7%. Em relação à percentagem de pais não casados e não coabitantes, assiste-se a uma subida de 5,4% para 17,1%, face ao período homólogo (FFMS, 2017i).

No que respeita a nascimentos cujos pais têm já filhos de outros relacionamentos, observa-se uma duplicação dos valores deste indicador, cujos primeiros dados conhecidos remontam aos anos 90. Se em 1995, de um total de 107.097 crianças nascidas, 7.389 nascimentos resultaram no que vulgarmente se chama de “meios-irmãos”, em 2016, de um total de 87.126 nascimentos, regista-se um total de 14.789 nascimentos cuja parentalidade anterior provinha de outra relação (FFMS, 2017j).

Outro indicador relevante para o estudo da natalidade, e registado a partir de 1995, mostra que, se o número de filhos nascidos de mães portuguesas tem vindo a diminuir, os nascimentos de filhos de mães estrangeiras têm aumentado. Em 1995, nasceram em Portugal 2.361 crianças de mães estrangeiras, valor ampliado para os 7.686 nascimentos em 2016 (FFMS, 2017k).

Tipos de Família

No que concerne ao agregado doméstico privado²¹, desde 1992 que se verifica em Portugal um aumento em número, como verificável no gráfico 5, passando-se de um total de 3.214.245, em 1992, para um total de 4.080.230, em 2016.

Importa, contudo, verificar que composições familiares mais aumentaram. Como é constatável no gráfico 5, o número de famílias correspondentes a casais com filhos mantém, em 2016, valores aproximados aos de 1992, diminuindo de 1.461.088 famílias para 1.447.809 famílias. No que respeita a famílias monoparentais os dados são bastante expressivos, passando de um total de 203.654 famílias em 1992, para 436.375. Também as famílias compostas por casais sem filhos aumentaram substancialmente, passando de 647.551 para 956.403 famílias, entre 1992

²¹ Segundo o INE: “O agregado doméstico privado corresponde ao conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e cujas despesas fundamentais ou básicas (alimentação, alojamento) são suportadas conjuntamente, independentemente da existência ou não de laços de parentesco; ou a pessoa que ocupa integralmente um alojamento ou que, partilhando-o com outros, não satisfaz a condição anterior” (INE, 2012b).

e 2016. Por fim, no que concerne a famílias compostas por um indivíduo confirma-se a tendência crescente, registando-se 402.400 famílias em 1992 e 885.016 famílias em 2016 (FFMS, 2017j).

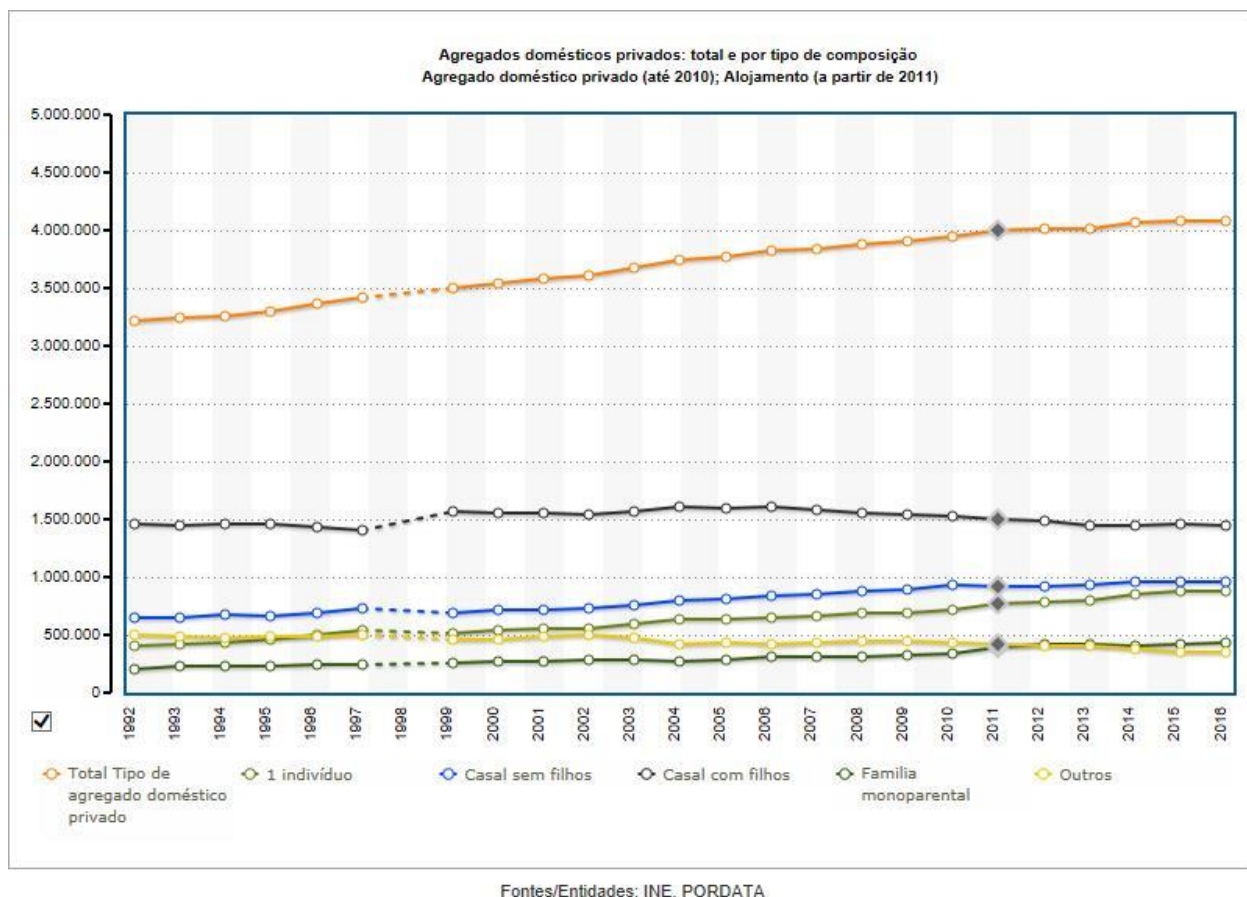


Gráfico 5: Agregados Domésticos Privados, em Portugal, 1992-2016. (FFMS, 2017j)

Conclusão de Capítulo

O balanço a fazer é o de um país onde aumentou o divórcio, as famílias monoparentais, as famílias unipessoais, os casais sem filhos, as famílias estrangeiras, o número total de pessoas que voltaram a casar depois de uma situação de divórcio ou viuvez. Um país onde famílias compostas por casais do mesmo sexo passaram a poder casar e ter filhos. Onde o casamento diminuiu drasticamente e onde, muito à margem das possibilidades de recolha estatística, se formam múltiplos tipos de família, contrastantes com um modelo clássico durante muito tempo visto como um dos pilares da sociedade.

Seria, contudo, um equívoco explicar as mudanças ocorridas a partir do entendimento de uma mudança do valor atribuído à família. A família continua a assumir-se como uma dimensão relevante. Portugueses e europeus, inquiridos por três vezes desde 1990, reiteram a importância atribuída à família (Aboim, 2013). Pelo contrário, é viável afirmar que a família não só não perdeu importância como passou a ter uma configuração em ligação mais estreita e direta com a vontade e a felicidade individual.

Roussel (1992: 171) realça a desinstitucionalização, a individualização e privatização da família como processos cujos princípios se encontravam há muito latentes e que emergiram a partir de um contexto favorável. Em virtude de um sentimento crescente de incerteza em relação ao futuro, e contrariamente ao que sucedia precedentemente, quando as instituições regulavam, num primeiro momento, a sobrevivência, e, mais tarde, a felicidade e o bem-estar geral, o homem contemporâneo obedece a princípios de autodeterminação na busca pela felicidade, sobretudo familiar, rejeitando ideias a longo prazo e privilegiando as evidências do imediato.

Procuramos a todo o instante a felicidade, em particular na família, mas o investimento no longo prazo, no imediato, deixou de ser considerado razoável. A navegar assim, “à vista”, não sabemos bem para onde vamos; limitamo-nos a contornar os escolhos imediatos. (Roussel, 1992: 171)

A família deixou de ser uma instituição essencialmente orientada para a procriação e sobrevivência, norteadas a partir de preceitos político-religiosos, para se tornar numa relação partilhada de sentimentos como a solidariedade, o respeito ou cooperação.

A perda de preponderância das instituições sobre a vida familiar não significa, contudo, uma ausência de normas. Bozon (2012: 24) nota que o declínio normativo das instituições é acompanhado pela emergência de novas fontes de conduta mais prolixas (e.g. media, instituição de ensino, etc.), que legitimam o debate em torno de novos comportamentos. A conduta passa a ser interiorizada e individualizada segundo princípios e valores construídos e negociados na relação do indivíduo com o seu meio social (Bozon, 2012).

Se durante o Estado Novo se reforçava a estreita relação entre Igreja, Estado e Família como pilares da sociedade (Rosa e Chitas, 2010), a Revolução de Abril constitui um elemento chave para compreender algumas das mudanças estruturais ao nível da família, motivadas por uma reestruturação jurídica que prevê aspetos tão determinantes como a existência de um estado laico,

uma maior igualdade da mulher face ao homem (Caniço, 2014) ou a possibilidade de dissolução matrimonial por via religiosa (Rosa e Chitas, 2010).

É viável entender o decréscimo da taxa de nupcialidade como um facto que confirma a perda hegemónica do casamento como forma básica de constituição e regulação da vida familiar, mas não seria razoável preconizar o seu declínio entendido a partir de uma ideia de emancipação de um modelo obsoleto da qual resultou a enorme taxa de divórcio dos últimos anos. A diminuição do casamento, o aumento do divórcio, assim como o movimento de reentrada na vida conjugal institucional, compreendem antes os princípios partilhados de despenalização social e de demanda por uma realização individual.

Aboim (2006: 18) corrobora a ideia de um desenvolvimento da vida privada, notando que o casamento continua a ter preponderância, alterando-se, contudo, a forma como é encarado, passando de um estado fundamental de sobrevivência económica e de pertença identitária, a uma depositária de expectativas da felicidade individual. Esta perspetiva ajuda a explicar tanto a diminuição da nupcialidade como a tendência para a reentrada na vida matrimonial. Seria, assim, um erro avançar com a ideia de uma desvalorização generalizada face ao casamento, existindo, como já referido, uma tendência para a reincidência matrimonial (Amaro, 2004: 42).

A propósito da reincidência matrimonial, merece destaque o facto de existir uma maior tendência para tal entre os homens (FFMS, 2017cd), dado que se relaciona de forma direta com as comunhões nas quais existe descendência menor e que, no momento do divórcio, resultam maioritariamente em famílias monoparentais encabeçadas por mulheres, contribuindo para que estas tenham uma menor possibilidade de reconstituição familiar (Torres, 1996).

No que respeita ao avanço na idade com as pessoas que optam pelo casamento, a justificação para tal surge, por um lado, motivada pelo aumento da escolaridade obrigatória e pela dificuldade na estabilização da vida profissional e, por outro lado, como fruto do crescimento do fenómeno de coabitação conjugal (Ferreira, 2004: 2). A coabitação conjugal pode ser genericamente observada sob a ótica da modernidade, mas será um equívoco entender homogeneamente este fenómeno, uma vez que compreende realidades díspares, que por sua vez inscrevem diferentes ideologias em relação, por exemplo, a uma maior autonomia do indivíduo ou de paridade de género (Santos, 2008: 15).

Uma análise qualitativa levada a cabo por Santos (2008) permitiu identificar oito perfis de coabitação em Portugal: **i)** coabitação moderna: que exclui o casamento e surge associada à

primazia sentimental, à privatização e à desinstitucionalização da conjugalidade e da parentalidade; **ii**) coabitação circunstancial: cuja permanência é devida a fatores externos à vontade do par, que impedem, como desejado, uma conjugalidade institucionalizada; este perfil revela-se conformista em relação ao casamento, acolhido como um vínculo mais forte no qual os papéis de género, altamente codificados, divergem; **iii**) coabitação de noivado: usual em jovens casais servindo de antecâmara para o casamento; **iv**) coabitação masculina: associada a uma ideia de classe baixa, na qual existem filhos comuns e/o não comuns e na qual a mulher, contrariada face às suas aspirações matrimoniais, participa de forma dependente e subordinada face ao homem; **v**) coabitação de transgressão: estruturalmente análogo à coabitação moderna, este perfil, típico das classes diplomadas, é sintomático das alterações na ordem dos valores sociais do pós-25 de Abril; relativamente aos rituais e códigos sociais associados à composição familiar, como o casamento, a posição, mais do que desvalorizadora, é discordante e ideologicamente motivada; **vi**) coabitação de tradição: comum entre classes social e culturalmente desfavorecidas dos núcleos urbanos, este perfil marca uma prática precedente à entrada na modernidade e à propagação de outros perfis de coabitação. A coabitação de tradição é uma reprodução do casamento na qual a disparidade de género é manifesta; **vii**) coabitação instável: este perfil de coabitação associa-se a minorias e grupos socialmente marginalizados, cujos vínculos são frágeis, configurando um perfil de conjugalidade informal frágil e, não raro, sucessivo; **viii**) coabitação de experimentação: este perfil é marcado por uma ideia de ensaio da vida conjugal. A confirmação do sucesso desta experimentação é marcada pela parentalidade, cuja importância é maior em relação ao casamento, que sucede com um papel corroborador secundário.

A diversidade de perfis de coabitação identificados por Santos (2008) vem corroborar a ideia de que um escrutínio quantitativo dificilmente será suficiente, por motivos de natureza prática e teórica, para compreender assuntos tão complexos como as dinâmicas de constituição familiar. Como vimos, a coabitação não é simplesmente de um substituto do casamento, compreendendo antes múltiplas dimensões ideológicas e sociais que vão para lá do modelo socialmente interiorizado.

Concluídos os primeiros capítulos deste trabalho, considera-se que o leitor dispõe de um enquadramento que permite, por um lado, reconhecer a importância do MLE enquanto instrumento veiculador de ideologias socioculturais, nomeadamente sobre temáticas básicas e transversais, como é o caso da família, e, por outro lado, compreender algumas das mais importantes

transformações ao nível das estruturas familiares, tomando o paradigma português como exemplo lógico para a investigação desta temática nos MPLE.

No próximo capítulo, o leitor fica a conhecer em detalhe o *corpus* que serve de base para este estudo, assim como a metodologia utilizada na análise quantitativa, que visa dar resposta aos três aspetos centrais desta investigação: **i)** o peso do tema da família nos MPLE; **ii)** os tipos de família representados nestes manuais; **iii)** o comprometimento do MPLE quanto ao tema da família, tendo em conta a realidade social portuguesa e uma perspetiva inclusiva.

Capítulo 3 – Análise Quantitativa: Metodologia de Análise

Este capítulo serve os propósitos essenciais de fornecer ao leitor uma descrição do *corpus* em análise, assim como dos critérios e metodologia aplicada com vista a responder às três perguntas de investigação supra enunciadas.

Tratando-se de uma análise quantitativa, as escolhas dos parâmetros e das ocorrências consideradas válidas são criteriosamente explicitadas neste capítulo, sendo fornecidos ao leitor, além da narrativa descritiva, quadros de sistematização metodológica e fragmentos ilustrativos dos aspetos em análise nos manuais.

Constituição do Corpus

Tendo presente o conceito de manual explorado no âmbito deste trabalho, foram, *a priori*, excluídos do *corpus* desta investigação os cadernos de atividades (geralmente complementares aos manuais e comercializados de forma avulsa), as gramáticas, os dicionários, os livros do professor e os livros de histórias associadas ao ensino do português.

Para a constituição do *corpus* foi definido um conjunto de seis manuais de PLE, entre os níveis A1 e A2, disponíveis no setor editorial português, destinados a diferentes públicos. Foram selecionados dois manuais de cada editora que se dedica à produção e distribuição de manuais de PLE em Portugal²² (Lidel – Edições Técnicas, Lda., Texto Editores, Lda. e Porto Editora): “*Português XXI Livro do Aluno – 1*”, “*Passaporte para Português*”, “*Aprender Português 1 Português para Estrangeiros*”, “*Aprender Português a Brincar 1*”, “*Falas Português? e Tu cá tu lá!*”²³.

A homogeneidade ao nível de competência linguística a que se destinam os manuais foi considerada um critério relevante para a constituição de um *corpus*, por um lado, comparável entre si e, por outro lado, representativo quanto a materiais de aprendizagem que partilham, genericamente, objetivos programáticos.

²² Além das mencionadas, à data da redação deste trabalho não encontramos outras editoras portuguesas que se dediquem à produção e distribuição de manuais de PLE. Não obstante, admitimos a possibilidade de existirem outras editoras que se dedicam a esta área de conhecimento, ainda que com menor expressão.

²³ O manual *Tu cá tu lá!*, divide-se em dois volumes, existindo uma continuidade temática entre o primeiro e o segundo e sendo vendidos exclusivamente em conjunto. Por este motivo, será considerado e investigado neste estudo como uma unidade.

A opção por manuais destinados a um nível de Utilizador Elementar foi estabelecida a partir da ideia de que neste nível são desenvolvidos conteúdos mais diretamente ligados a aspetos práticos e pessoais (QECRL, 2011: 14), como a casa e a família, sendo, por isso, mais propensos ao desenvolvimento de conteúdos nos quais as representações de família e as convenções a esta associadas são mais marcadas e abundantes.

Veja-se a descrição da Escala Global dos Níveis Comuns de Referência do QECRL (p. 49) relativa ao Utilizador Elementar A1 e A2, respetivamente:

É capaz de compreender e usar expressões familiares e quotidianas, assim como enunciados muito simples, que visam satisfazer necessidades concretas. Pode apresentar-se e apresentar outros e é capaz de fazer perguntas e dar respostas sobre aspectos pessoais como, por exemplo, o local onde vive, as pessoas que conhece e as coisas que tem. Pode comunicar de modo simples, se o interlocutor falar lenta e distintamente e se mostrar cooperante. (...)

É capaz de compreender frases isoladas e expressões frequentes relacionadas com áreas de prioridade imediata (p. ex.: informações pessoais e familiares simples, compras, meio circundante). É capaz de comunicar em tarefas simples e em rotinas que exigem apenas uma troca de informação simples e directa sobre assuntos que lhe são familiares e habituais. Pode descrever de modo simples a sua formação, o meio circundante e, ainda, referir assuntos relacionados com necessidades imediatas.

Considerando que os objetivos deste trabalho se centram em conteúdos diretamente ligados a problemáticas e dinâmicas socioculturais atuais, torna-se mister conjugá-las com um objeto de investigação coevo e representativo – aspetos considerados imprescindíveis para a coerência da investigação. Por este motivo, a escolha de cada manual que constitui o *corpus* obedeceu ao um critério de acessibilidade, i. e., todos os manuais em análise se encontram à venda em livrarias, assumindo-se, por isso, que se trata de materiais que continuam ou podem continuar a ser utilizados no ensino de PLE.

Outro critério de especial relevo para a constituição do *corpus* foi o da seleção de um número igual de manuais por editora, tendo por base princípios de representatividade e imparcialidade. A opção de uma igual recolha nas diferentes fontes afigura-se importante para uma conclusão panorâmica e objetiva face à realidade do mercado editorial português e do ensino de PLE a respeito da representação sociocultural da família.

Não foi possível estabelecer uma homogeneidade quanto ao público-alvo dos seis manuais selecionados. Esta impossibilidade tem por base duas razões de natureza prática e técnica: por um lado, quer a Texto Editores, Lda., quer a Porto Editora não dispõem de publicações de manuais de PLE suficientes que perfaçam o objetivo de dois manuais por editora de forma conciliada com os critérios fixados e já explicitados (nível de competência linguística); por outro lado, como é constatável no Quadro Descritivo dos Manuais que Constituem o Corpus em Análise (consultável no quadro 2), existe uma tendência do mercado editorial português para a abrangência no que concerne ao público a que se destinam os manuais, assumindo-se que no mesmo manual é possível abarcar dois grupos aparentemente díspares, como os adolescentes e os adultos. Por estas duas razões, foram incluídos no *corpus* manuais destinados a crianças, adolescentes, jovens e adultos. Não obstante, e tendo em conta a natureza básica e transversal da temática familiar, considera-se que este aspeto não levanta sérios problemas do ponto de vista metodológico e teórico para os principais objetivos da investigação. Pelo contrário, torna-se interessante verificar a perspetiva da representação da família, um aspeto estrutural na construção identitária individual e coletiva para qualquer sociedade, em materiais destinados a diferentes níveis etários.

Em suma, os critérios essenciais para a constituição do *corpus* são: **i)** equilíbrio quanto ao nível de competência linguística, **ii)** coevidade, disponibilidade **iii)** igualdade quanto ao número de manuais por editora. Respeitando estes critérios, a escolha dos manuais processou-se de forma aleatória.

Uma vez definido o conjunto dos manuais em análise, o *corpus* foi delimitado quanto à tipologia das amostras. Foram selecionados os segmentos textuais verbais (escritos e acústicos) e os segmentos textuais visuais. Os elementos textuais verbais acústicos são analisados quer em segmentos cuja totalidade só é apreensível a partir da combinação com a dimensão textual verbal escrita, funcionando de forma complementar (e.g. exercícios clássicos de preenchimento), quer em segmentos que reportam exclusivamente à dimensão textual verbal acústica. Mais adiante, explicita-se de que forma foram selecionados os textos (Verbais e Visuais) mais relevantes na análise da representação da família nos manuais.

Título do Manual	Nível	Público Alvo	Editora	Ano da Edição Utilizada
<i>Português XXI</i> Livro do Aluno – 1	A1	Adolescentes e Adultos	Lidel – Edições Técnicas, Lda.	2016
<i>Passaporte para Português</i>	A1/A2	Adolescentes e Adultos	Lidel – Edições Técnicas, Lda.	2014
<i>Aprender Português 1 Português para Estrangeiros</i>	A1/A2	Adolescentes e Adultos	Texto Editores, Lda.	2016
<i>Aprender Português a Brincar 1</i>	A1	Crianças	Texto Editores, Lda.	2009
<i>Falas Português?</i> Ensino Português no Estrangeiro - Iniciação	A1/A2	Jovens	Porto Editora	2015
<i>Tu cá tu lá!</i>	A1	Jovens	Porto Editora	2015

Quadro 2: Descritivo dos Manuais que Constituem o Corpus em Análise

CrITÉRIOS para uma Determinação da Representação da Família nos Manuais em Análise

Definido o conjunto de manuais e as tipologias textuais tidas em conta dentro desse conjunto, circunscreveu-se o *corpus* quanto aos textos entendidos como viáveis para a integração e análise de uma noção de representação familiar.

São considerados os textos nos quais surgem personagens ficcionais, individuais ou coletivas, descritas e/ou relacionadas por meio de uma narrativa que revela explicita o implicitamente, ainda que não exclusivamente, uma noção de família. Assim, para que os textos sejam entendidos enquanto fontes veiculadoras de uma ideia de família é necessária a ocorrência de palavras como: família, pais, pai, mãe, filho/s, estado civil, parentesco, estado civil, etc..

São também consideradas as ocorrências de personalidades públicas, uma vez considerado o seu potencial de representação. Se, por um lado, é possível encontrarmos representações

estabelecidas a partir da ficção, não sendo possível reconhecer um paralelo da *persona* no mundo real, por outro lado, existe a possibilidade de representação de personalidades públicas, sendo, por isso, personagens facilmente identificáveis e inevitavelmente vinculadas à narrativa biográfica tornada pública.

Este segundo tipo de personagem é particularmente interessante para este trabalho, uma vez que são amiúde fontes de poder e de influência social. French e Raven (1958) apresentam uma noção de poder articulada com a noção de influência social. De forma simplificada, o poder é entendido como o potencial de influência que, por sua vez, se compreende como a efetivação do poder com consequências de mudança. Entre outras tipologias, os autores desenvolveram a noção de “poder de referência”, substanciada na identificação que uma das partes encontra noutra, estando intimamente ligada a uma ideia de desejo de pertença.

Entende-se assim que uma personalidade pública tem, mais do que qualquer personagem fictícia, uma influência potencial e que extravasa a informação contida na representação em causa (i. e. pelo seu caráter mediático, uma personalidade pública representa muito mais do que o que é efetivamente representado em determinado texto, podendo ser encarada em todas as facetas). As narrativas que nos informam sobre as personalidades públicas representadas existem em fontes variadas e devem ser consideradas para lá daquela que é veiculada num texto específico.

A representação de uma personalidade pública, contrariamente à representação de uma personagem fictícia, que se revela incógnita para lá de um texto ou conjunto de textos restritos, é largamente provida de significados e encerra em si um potencial infinito de representações, entre as quais a representação da família. Por outro lado, as personagens a que chamamos “fictícias”, como trata Leite (2009) existem para contar uma história e somente existem enquanto isso sucede. O mais importante destas personagens são as ações e relações que representam, existindo fundamentalmente pela sua relação funcional com o texto. Este aspeto é particularmente significativo em narrativas de tão curta extensão como aquelas que encontramos nos manuais de PLE, resumindo-se cada personagem a um conjunto de ações e representações às quais está subordinada, sendo facilmente desvinculável de uma interioridade própria, servindo o objetivo central do desenvolvimento de uma ação com o intento pedagógico da representação. Em suma, entende-se que a ocorrência de uma personalidade pública é, de forma indireta e entre outras variáveis, uma fonte de representação do tipo de família que a sua biografia pública veicula.

Optou-se por uma distinção entre “alusão” e “representação” familiar, considerando a primeira como um segmento textual cuja extensão (i. e., textos muito curtos), tipologia textual (i. e., variação entre textos de exercício gramatical, compreensão oral, etc.) ou descontextualização (i. e., segmentos demasiado incompletos do ponto de vista da possibilidade da interpretação de um significado) não permitem estabelecer uma ideia mínima de ligação a um modelo familiar. Estes segmentos, apesar de desenquadrados de uma perspetiva de representação, são relevantes para a determinação da importância do tema da família nos manuais, surgindo disseminados em textos de interpretação, exercícios escritos, explicações gramaticais, propostas de atividades orais, etc.. São exemplos de alusão ao tema da família, os seguintes segmentos retirados de cada um dos seis manuais em análise:

7. Escreva as seguintes frases no plural.

1. O amigo alemão deixou uma mensagem.

2. O irmão do diretor também veio.

Ilustração 1: Alusão ao tema da família (*Português XXI*: 159)

D. Complete com os artigos definidos e as preposições onde necessário.

1. Visito *os* meus pais.
2. Eu vou levar _____ Filipa à escola.
3. Podes trazer _____ dicionário _____ pai?
4. Ajuda _____ teu irmão!

Ilustração 2: Alusão ao tema da família (*Passaporte*: 159)

Exprimir gosto e preferência (pela negativa)		
Não gostar de	+ Infinitivo	A Joana não gosta de jogar ténis.
Não gostar de	+ nome	Ela não gosta de ténis .
Detestar	+ Infinitivo	A Carla detesta ver televisão.
Detestar	+ nome	O Eduardo detesta cerveja .
Odiar	+ Infinitivo	Eu odeio ver futebol.
Odiar	+ nome	O meu marido odeia chá .

Ilustração 3: Alusão ao tema da família no manual (*Aprender Português*: 85)



Ilustração 4: Alusão ao tema da família no manual (*A. P. a Brincar*: 125)

falar	de / sobre	O pai fala muito de futebol. / O pai fala muito sobre futebol.
	com	Todos os dias o professor fala com todos os seus alunos.
	em (...)	Ele fala em Português. O professor fala no assunto do teste.

Ilustração 5: Alusão ao tema da família (*Falas Português?*: 125)

À parte isto, torna-se óbvio que uma representação da família é também uma alusão a este tema, sendo, por isso, contabilizada enquanto tal.

A delimitação dos textos compreende desde noções inseridas em temas diretamente ligados à noção de família, como a recolhida no manual *Passaporte*, a noções não diretamente ligadas a esta temática, mas textualmente explícitas quanto à existência de estruturas e/ou dinâmicas familiares, como a recolhida no *Português XXI*:

QUANTOS IRMÃOS TENS?

A45 A. Leia os textos sobre a família Mendes. A seguir, complete as frases com os nomes que faltam. Ouça para confirmar.



- 1** Olá, sou a Rita. O meu marido chama-se Fernando. Os nossos filhos são o _____ e a Verónica.
- 2** Olá, sou a _____. O meu pai chama-se Fernando. A minha mãe chama-se Rita. Tenho um irmão.
- 3** Olá, sou o Bernardo. Sou o filho da Rita Mendes e do _____ Mendes. A minha irmã chama-se Verónica.
- 4** Olá, sou o Fernando. A minha mulher chama-se _____. Temos dois filhos: um rapaz e uma rapariga.

Ilustração 6: Representação diretamente ligada à temática familiar (*Passaporte: 54*)

O meu quarto fica ao lado do quarto dos meus pais e em frente da casa de banho. O meu quarto não é grande, mas eu gosto muito dele. A minha cama fica em frente da janela. À esquerda da cama há uma mesa de cabeceira e em cima dela há um candeeiro. No chão há um tapete com muitas cores. À direita da cama tenho o meu roupeiro e uma estante com muitos livros. Na parede em frente da cama fica a minha secretária. Em cima da secretária tenho muitos lápis, canetas e o meu computador. Ah! As paredes são brancas e tenho dois quadros muito giros pendurados. Adoro o meu quarto.

Ilustração 7: Representação indiretamente alusiva à família no manual (*Português XXI: 35*)

Considerando a “casa” como um elemento fundamental presente em diferentes conceitos de “família”, consideram-se, além dos textos em que é possível reconhecer uma ideia de família por via da identificação de termos pertencentes aos laços familiares, os textos que implicam representações de ações e relações determinadas pelo contexto e pela partilha de atividades em espaço doméstico (e.g. cozinhar, dormir, refeições, etc.). Um exemplo deste tipo de representação é o recolhido no manual da ilustração 8.

Família e domesticidade são dois conceitos de tal forma intrincados que a manifestação de um é, não raro, a manifestação de outro. Prova disso é o título da unidade temática do manual *Aprender Português: “Relações Familiares e Habitação”*. Além da linguagem verbal escrita, a unidade é, mais do que uma vez, acompanhada por um texto iconográfico que invoca uma representação familiar de pendor tradicionalista, enquadrada na representação de uma habitação, conforme retratado na ilustração 9.

38 TEXTO D

Sábado ao fim do dia...

Eva: Estou cansadíssima. Daniel, queres fazer o jantar? Temos bifes no congelador e podias fazer uma salada, sei lá!

Daniel: Porque é que não vamos ao restaurante aqui da rua? É mais agradável! Comes aquele bacalhau com natas que tu adoras e bebemos aquele vinho alentejano...

Eva: ...que tu adoras, claro! Estou a ver que quando é a tua vez de cozinhar, tens sempre ideias muito interessantes, não é?

Daniel: Claro que eu também posso cozinhar. Não me importo, mas tu é que lavas a louça!

Eva: Pronto. Está bem. Estou convencida. Vamos lá ao restaurante!

Ilustração 8: Representação da Família em Ações Associadas ao Tema (*Aprender Português*: 69)



Ilustração 9: Representação da Casa e da Família (*Aprender Português*: 50)

No caso de casais cuja situação matrimonial se revela omissa, o critério da domesticidade é determinante para a sua inclusão no conceito de família, i. e., não são consideradas para a análise representações de personagens apresentadas como “namorados”, salvo se textualmente dados como coabitantes. Por outro lado, assume-se que um casal com descendência é coabitante, assim como as restantes representações de famílias cujo aspeto habitacional se revele omissa. Em suma, entende-se que a representação de casais de namorados, excetuando relações substanciadas no projeto comum da coabitação e/ou da parentalidade, não corresponde à constituição de uma família.

Este estudo integra representações de famílias compostas por um elemento, uma vez que podem ser consideradas de um ponto de vista tipológico. Entende-se que o carácter eminentemente relacional associado à ideia de família não constitui um entrave à integração destas representações.

As famílias compostas por um elemento devem ser consideradas enquanto tal, quer por ocuparem um espaço doméstico (seguindo o conceito de família avançado pelo INE), quer por constituírem uma posição (voluntária ou involuntária) no imenso espetro dos tipos de estruturas e dinâmicas familiares.

Um aspeto terminológico particularmente importante prende-se com a utilização e significado da palavra “pais”. A palavra “pais” é, por definição, utilizada discursivamente enquanto forma de significar um conjunto composto por um pai (progenitor do sexo masculino) e por uma mãe (progenitor do sexo feminino), sendo este significado verificável em diferentes dicionários de língua portuguesa²⁴.

Não obstante uma possível tentativa de leitura de apropriação mais abrangente do termo, considerando a hipótese de uma significação associada a um par de progenitores do sexo masculino, tal não se verifica nos manuais analisados, uma vez que são os próprios manuais que ofuscam a relatividade semântica, indicando univocamente ao leitor/aprendente que a palavra “pais” significa a união entre um pai e uma mãe:

F. Complete com as palavras da caixa.

os avós / os primos / os netos / os irmãos
~~os pais~~ / os filhos / os tios

1. o pai + a mãe = *os pais*
2. o filho + a filha = _____
3. o irmão + a irmã = _____
4. o avô + a avó = _____
5. o neto + a neta = _____
6. o tio + a tia = _____
7. o primo + a prima = _____

Ilustração 10: Exemplo do entendimento da palavra “pais” (*Passaporte: 56*)

²⁴ Veja-se a definição avançada no dicionário online Infopédia da Porto Editora: 8. plural “casal formado pelo pai e pela mãe”; atente-se também `definição do dicionário online de língua portuguesa Priberam: “8. O pai e a mãe (em qualquer espécie”).

A família / o parentesco (relação familiar)	
o casal (o marido + a mulher)	os avós (o avô + a avó)
o marido	o avô
a mulher	a avó
os pais (o pai + a mãe)	os netos
o pai	as netas
a mãe	o neto
os filhos	a neta
as filhas	os tios
o filho	as tias
a filha	o tio
os irmãos	a tia
as irmãs	os sobrinhos
o irmão	as sobrinhas
a irmã	o sobrinho
	a sobrinha
	os primos
	as primas
	o primo
	a prima

Ilustração 11: Exemplo do entendimento da palavra “pais” (*Aprender Português*: 58)

Posto isto, será assumido o uso comum da palavra “pais” no desenvolvimento da análise dos manuais, sendo o mesmo princípio aplicado a outros pares de parentesco (e.g. avós, tios, sogros, etc.).

Alusões ao Tema da Família

Do ponto de vista quantitativo, procedeu-se, primeiramente, à contabilização do total de páginas com alusões ao tema da família²⁵. Esta contabilização permite fornecer, como ponto de partida, uma noção da importância do tema nos manuais. Optou-se pela contabilização do número de páginas, ao invés do número de alusões, por uma questão de equidade. Atendendo a que os manuais têm valores muito díspares quanto ao número de páginas, seria inviável e inconclusivo proceder a somatória do total das alusões por manual (independentemente do número de alusões por página). A contabilização do número de páginas com alusões permite estabelecer um valor percentual com base no total de páginas de cada manual, possibilitando assim uma comparação adequada no concerne à ocorrência do tema da família nos seis manuais em análise. Esta contabilização é relevante para a resposta à pergunta: qual é a preponderância da família nos MPLE?

²⁵ Retome-se a distinção estabelecida entre “noção da ideia de família” e “representação familiar”, de acordo com um maior ou menor grau de informação e/ou relevância.

A Representação da Família nos Textos

Uma vez que a representação da família é o foco central deste trabalho, contabiliza-se, num segundo momento, o total de textos, ou conjunto de textos, com representações familiares. Considerando que um texto pode integrar mais do que uma representação familiar, contabiliza-se o número total de representações.

A obtenção destes valores é importante para definir o universo de textos e representações em estudo. Contudo, como expresso no próximo passo descritivo desta metodologia de análise, este universo compreende um valor adicional – o valor total dos tipos de família, que, por sua vez, pode divergir do total de representações.

A Representação da Família de Acordo com os Tipos Familiares

De forma a concluir que tipos de família são representados nos manuais de PLE, o total de tipos familiares é distribuído e contabilizado, a partir de uma adaptação própria da tipologia da família avançadas por Caniço (2014). Para cada tipo desta tipologia estabelece-se o valor percentual tendo por base o total de tipos de família. Este cálculo fornece pistas relevantes para a resposta a duas das três perguntas de investigação que orientam este trabalho: quanto aos tipos de família, qual é a tendência da representação nos MPLE? Em que medida são os MPLE socialmente comprometidos com as questões ligadas à temática da família?

Família Tradicional	Considera-se uma Família Tradicional sempre que se verifique a representação de uma família composta por um pai (progenitor do género masculino), uma mãe (progenitor do género feminino) e um nível de descendência.
Família Tradicional Alargada	Considera-se uma Família Tradicional Alargada sempre que se verifique a representação de uma família composta por um pai (progenitor do género masculino), uma mãe (progenitor do género feminino), um nível de descendência e outros graus de parentesco, por consanguinidade ou não.
Díade Tradicional	Considera-se uma Díade Nuclear Tradicional sempre que se verifique a representação de um casal (um homem e uma mulher) casado e/ou coabitante, na qual não é verificável a existência de filhos.
Família Monoparental	Considera-se uma Família Monoparental sempre que se verifique a representação de uma família composta por apenas um progenitor (independentemente do género) e o/s seu/s descendente/s, crianças ou jovens, sendo explícita a situação familiar e/ou de coabitação.
Díade Homossexual	Considera-se como Díade Homossexual sempre que se verifique a representação de um casal homossexual casado e/ou coabitante na qual não é verificável a existência de filhos.
Díade Homossexual com Filhos	Considera-se como Díade Homossexual com Filhos sempre que se verifique a representação de uma família composta por um casal homossexual com filhos.

Díade Homossexual com Família Alargada	Considera-se como Díade Homossexual com Família Alargada sempre que se verifique a representação de uma família composta por um casal homossexual com filhos e outros graus de parentesco, por consanguinidade ou não.
Díade Tradicional com Descendência Emancipada	Considera-se como Díade Tradicional com Descendência Emancipada sempre que se verifique a referência textual a pai (progenitor do género masculino) e uma mãe (progenitor do género feminino) que não coabita com os filhos, sendo conjeturável como causa da não coabitação o natural processo de autonomização da descendência.
Díade Homossexual com Descendência Emancipada	Considera-se como Díade Homossexual com Descendência Emancipada sempre que se verifique a referência textual a uma Díade Homossexual que não coabita com os filhos, sendo conjeturável como causa da não coabitação o natural processo de autonomização da descendência.
Família monoparental com Descendência Emancipada	Considera-se como Família monoparental com Descendência Emancipada sempre que se verifique a referência textual a um progenitor (independentemente do género) que não coabita com os filhos, sendo conjeturável como causa da não coabitação o natural processo de autonomização da descendência.
Família Hospedeira	Considera-se como Família Hospedeira sempre que se verifique uma representação de um ou mais elementos externos que coabitam de forma temporária com outra família preestabelecida.
Família Estrangeira	Considera-se como Família Estrangeira sempre que se verifique a representação de uma família na qual pelo menos um dos elementos é de nacionalidade não portuguesa.
Família Reconstruída	Considera-se como Família Reconstruída sempre que se verifique a representação de uma família constituída a partir de uma nova união, existindo ou não descendência proveniente de outras relações, por parte de um ou de ambos os membros do casal.
Família de Coabitação com Parentesco	Considera-se como Família de Coabitação com Parentesco sempre que se verifique a representação de uma família constituída por pessoas coabitantes e com laços familiares (de sangue ou não), excluindo relações conjugais, parentais ou qualquer outra forma de substituição parental (e.g. primos, sogros, etc.)
Família de coabitação sem Parentesco	Considera-se como Família de coabitação sempre que se verifique a representação de indivíduos coabitantes na qual não é mencionado qualquer grau de parentesco (e.g. estudantes universitários que coabitam, etc.).
Família Adotiva	Considera-se como Família Adotiva sempre que se verifique a representação de uma família composta por pelo menos uma criança ou um jovem adotado. São incluídos quer os casos de adoção externa, i. e., tipos de adoção em que os adotantes ou os adotados são absolutamente estranhos à restante estrutura familiar; quer os casos de adoção interna, i. e., casos em que a adoção decorre de uma situação prévia de relação familiar (e.g. avós e netos, etc.).
Família com Filhos de Barriga de Aluguer	Considera-se como Família com Filhos de Barriga de Aluguer sempre que se verifique a representação de uma família composta por pelo menos um filho concebido com recurso a uma barriga de aluguer, independentemente da restante estrutura.
Família Múltipla	Considera-se como Família Múltipla sempre que se verifique a representação de um indivíduo que integra duas (ou mais) famílias, formando agregados familiares separados.
Família Comunitária	Considera-se como Família Comunitária sempre que se verifique a representação de várias pessoas e eventuais descendentes cuja habitação é partilhada ou extremamente próxima, vivendo de acordo com uma perspetiva comunitária (e.g. comunas, comunidades, religiosas, ciganos, etc.).

Família Individual	Considera-se como Família Individual sempre que se verifique a representação de um indivíduo textualmente dado como solteiro, podendo ocupar sozinho um espaço doméstico.
Família Desagregada	Considera-se como Família Desagregada sempre que se verifique a representação de uma família na qual um indivíduo seja representado por uma situação de rutura de uma união de casal marcada pela coabitação, pelo casamento ou pela descendência.
Família acordeão	Considera-se como Família Acordeão sempre que se verifique a representação de uma família na qual um dos elementos se ausenta por períodos temporais prolongados (e.g. associado à emigração).
Impossível de Identificar	Considera-se como Impossível de Identificar sempre que se verifique o caso de uma representação em que não é possível determinar pelo menos um dos tipos já referidos. Entende-se que, apesar de se estar perante uma representação familiar, as informações sobre o tipo de família não são suficientemente explícitas (e.g., casos de personagens apresentadas como casadas mas omissas quanto ao género do cônjuge ou casos em que não é possível determinar o papel da personagem na restante estrutura familiar)”

Quadro 3: Tipologia da Família com Adaptação Própria

A distribuição das representações familiares por tipo baseia-se na narrativa veiculada nos textos dos manuais. Assim, do mesmo modo que a representação de um pai, uma mãe e dos seus filhos em contexto doméstico é incluída num tipo familiar tradicional, não existindo a assunção de omissões que os desenquadrariam desta categoria, o mesmo princípio é aplicado a outras representações, ainda que desviantes face ao padrão. Supor a existência de omissões nas representações seria, de alguma forma, compactuar com o núcleo duro e enraizado do estereótipo familiar, invariavelmente obediente ao tipo tradicional.

Se, por um lado, do ponto de vista da representação, alguns dos tipos avançados por Caniço (2014) foram excluídos pela sua natureza exclusivamente dinâmica ou pela irrelevância do ponto de vista da formação de uma ideologia social – o aspeto central deste trabalho – (e.g. Família Grávida), outros, por outro lado, foram acrescentados, considerando a sua pertinência na determinação de um modelo familiar representativo (e.g. Díade Homossexual com Filhos). Além disso, procedeu-se ao ajuste de algumas dos tipos avançados pelo autor, quer por um melhor estabelecimento dos critérios de identificação das representações de famílias presentes nos manuais, que motivos de natureza teórico conceptual. Um exemplo desse ajuste é o dos casos dos tipos que incluem casais homossexuais.

Na tipologia avançada por Caniço (2014: 97), a referência mais próxima a um tipo de família composta por um casal homossexual denomina-se “Família Homossexual”,

compreendendo, além do casal, a possibilidade de uma “restante estrutura”. Se para um casal homossexual sem filhos o conceito não levanta grandes problemas, apesar da tônica exclusivamente baseada na orientação sexual (contrariamente ao que sucede com os tipos de família tradicional, em que o critério dimensional é tido em conta), para um casal homossexual com filhos ou com família alargada, a escolha parece pouco rigorosa, uma vez que o modificador “homossexual” não está a classificar apenas o casal, mas a totalidade da estrutura. Considerar favoravelmente esta denominação é admitir a possibilidade de uma “Família Heterossexual Alargada”, assumindo-se o interesse e a possibilidade objetiva de se retirarem conclusões sobre orientação sexual de uma estrutura familiar. Em suma, não existem famílias homossexuais, existem casais homossexuais.

Outro aspeto importante na determinação de uma ideia de representação familiar prende-se com a não coabitação entre filhos e progenitores, amiúde apresentada como sintoma de um processo de emancipação e autonomização dos indivíduos, cujo potencial decisório compreende o prosseguimento para uma nova constituição familiar (ainda que de tipo unitário). Para este trabalho são tidas em conta as representações de núcleos familiares cuja natural desagregação, por via da autonomização dos filhos, produziu novos tipos de família, categorizadas tipologicamente como: Descendência Emancipada, Família Tradicional com Descendência Emancipada, Família Monoparental com Descendência Emancipada e Díade Homossexual com Descendência Emancipada²⁶.

Isto possibilita que sejam distinguidas, por exemplo, famílias de casais sem filhos, como a o caso da ilustração 12, de famílias de casais com filhos com os quais já não coabitam, como no exemplo da ilustração 13, em que a existência de tal família é pressuposta como espaço de acolhimento de filhos emancipados:

²⁶ Tanto este como os restantes tipos familiares são desenvolvidas mais adiante neste trabalho.

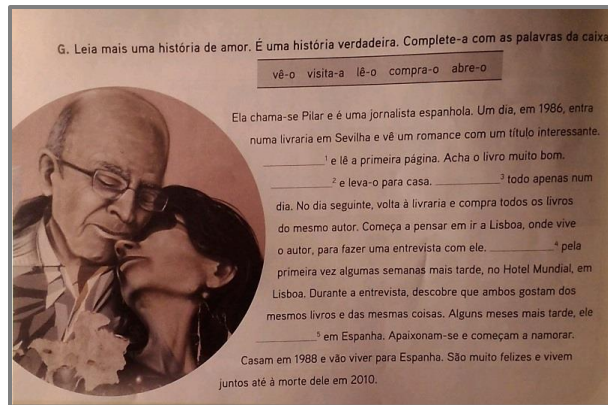


Ilustração 12: Representação de casal sem filhos (*Passaporte*: 194)

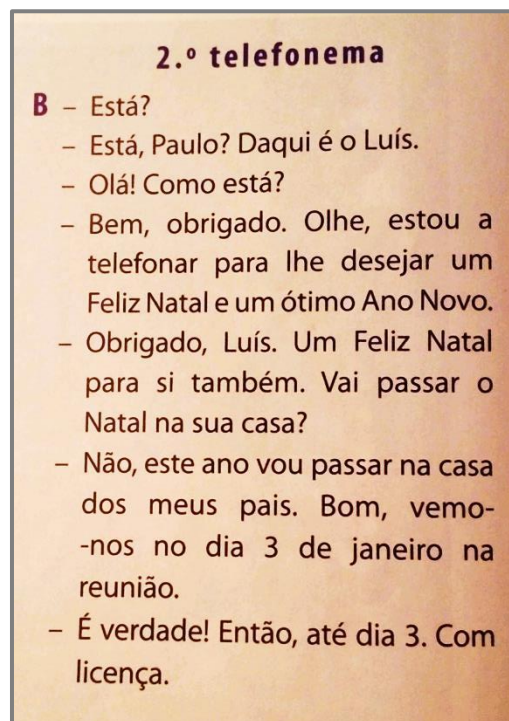


Ilustração 13: Representação de casal sem filhos (*Passaporte*: 194)

Apesar de, do ponto de vista da domesticidade, não existir qualquer diferença entre uns e outros, o primeiro exemplo compreende, no que respeita à estrutura, o testemunho vivo de um determinado conceito de família, que continua a ser veiculado. Além disto, torna-se óbvio que, também do ponto de vista dinâmico, as diferenças entre um exemplo e outro sejam relevantes, sobretudo se considerarmos que o parentesco e os laços familiares existem e continuam para lá da domesticidade enquanto elementos fundacionais das relações familiares.

Esta distinção, além de identificar diferentes tipos de estrutura e dinâmicas familiares, facilita, por via do critério habitacional, a circunscrição e identificação de núcleos intrafamiliares (e.g. avós, pais, filhos, tios, etc.), permitindo uma maior aproximação ao conceito de família nuclear explorado neste trabalho.

No que respeita a Famílias Unipessoais consideram-se as representações em que é textualmente expressa a palavra “solteiro”, assim como os casos em que é possível determinar uma situação doméstica de não coabitação, como ocorre no exemplo da ilustração 14.

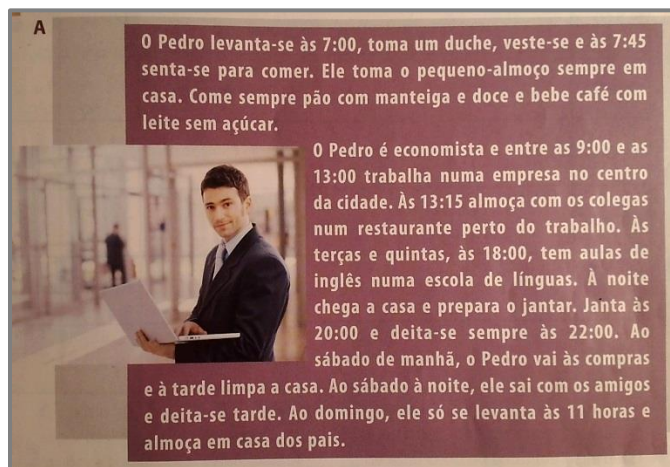


Ilustração 14: Representação de uma família unipessoal (*Português XXI*: 45)

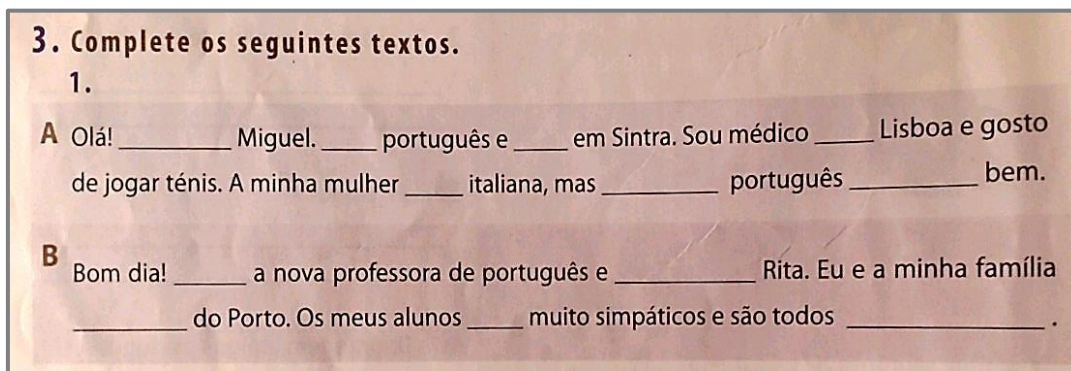
Se, por um lado, a palavra “solteiro”, de um ponto de vista estrito, pode ser vista como um critério pouco rigoroso, assumindo-se que uma criança ou um adolescente que vive com os pais é também solteiro, a verdade é que o uso comum da palavra nos dá conta de um significado diferente quando expresso em situações com fins não oficiais. Prova disso é a inexistência de exemplos nos manuais onde qualquer criança ou jovem integre a noção de “solteiro” no conjunto de dados que constituem a sua apresentação; por outro lado, são os jovens e os adultos emancipados que se apresentam como solteiros, significando uma situação de não-união, independentemente da forma de substanciação (e.g. casamento, coabitação de casal, etc.).

A não coabitação é também um indicador de uma família de tipo individual uma vez que, ainda que se determine como solteira, uma pessoa pode integrar outros tipos de família por via da coabitação. Por fim, a uma família unipessoal não deverá estar associada uma situação de descendência visto que, independentemente da situação doméstica, a existência de filhos produz, do posto de vista da dinâmica, diferenças significativas face aos casos de não coabitação sem

filhos, aproximando-se mais dos tipos Pessoa divorciada ou Família Monoparental com Descendência Emancipada. Em suma, são três os critérios para a determinação de uma categoria de tipo Família Unipessoal: ser solteiro, viver sozinho e não ter filhos. Estes critérios, não sendo cumulativos de forma expressa devem ser conjeturáveis pelas informações dadas textualmente.

Já no caso de Famílias Desagregadas, a situação é de rutura face a um tipo de união de casal estabelecido por via da coabitação, do casamento ou da descendência, possibilitando, por exemplo, diferenciar pessoas solteiras que vivem sozinhas e sem descendência, de pessoas divorciadas com descendência.

As representações classificadas como Não Identificável apesar de não serem meras alusões, impedem, por omissão, uma classificação inequívoca quanto ao tipo em que se inserem; tal sucede maioritariamente em casos de representações cujas personagens são retratadas como casadas, mas em que não existe uma especificação do género das personagens que representam o cônjuge, como sucede no exemplo da ilustração 15.



3. Complete os seguintes textos.

1.

A Olá! _____ Miguel. _____ português e _____ em Sintra. Sou médico _____ Lisboa e gosto de jogar ténis. A minha mulher _____ italiana, mas _____ português _____ bem.

B Bom dia! _____ a nova professora de português e _____ Rita. Eu e a minha família _____ do Porto. Os meus alunos _____ muito simpáticos e são todos _____.

Ilustração 15: Representação de tipos não identificáveis (*Português XXI*: 16)

Algumas das representações dos manuais podem integrar mais do que um tipo de família, e.g. uma família pode ser simultaneamente uma Díade Nuclear Tradicional e Família Estrangeira, como sucede no exemplo da ilustração 16. Nestes casos, cada tipo é contabilizado como ocorrência, i. e., a representação de uma família pode desencadear mais do que uma contabilização no quadro da tipologia familiar.

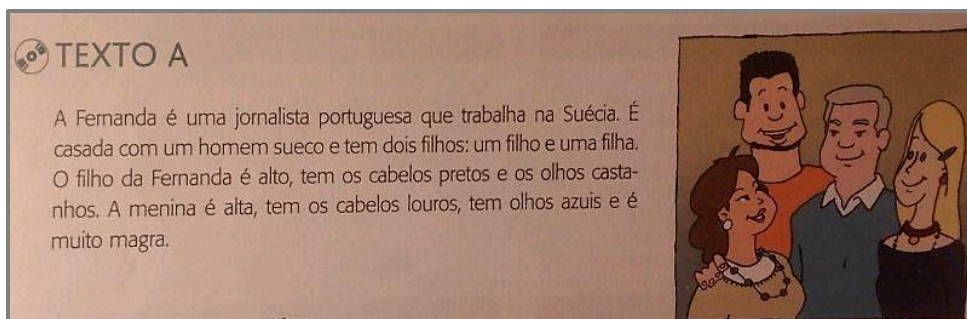


Ilustração 16: Representação familiar com mais de um tipo (*Aprender Português*: 20)

A Representação Familiar nas Unidades Temáticas Dedicadas ao Tema da Família

Considerando a típica divisão dos manuais em unidades temáticas com determinados fins específicos, é estimado o número de aparições e respetivos tipos familiares inseridos nas partes que, ainda que não exclusivamente, aludam diretamente à temática familiar. Por motivos óbvios, entende-se que a estas partes desempenham, face às restantes, um especial papel na representação e veiculação de uma ideia de família.

Se em manuais como o *Aprender Português* esta divisão é inequívoca, assumindo-se a preponderância do tema no próprio título da unidade, “Relações Familiares e Habitação”, em manuais como o *Português XXI* tal não é tão evidente, surgindo de certa forma subcapitulada. Independentemente de uma maior ou menor tónica no tópico da família, a separação temática é transversal a todos os manuais, importando, por isso compreender de que forma a família surge representada.

O principal objetivo desta contabilização é determinar quantas representações e que tipos familiares são representados numa área privilegiada e diretamente ligada à representação da estrutura e das dinâmicas familiares, possibilitando pistas relevantes para validar e responder às perguntas de investigação que motivam este trabalho. Assim, além do cálculo da representação da família nestas Unidades e subcapítulos, calcula-se a sua distribuição tendo por base os tipos familiares supracitados.

A Representação da Família em Textos Monomodais e Textos Multimodais

Seguidamente, é contabilizado o total de representações da família a partir da seguinte distribuição:

Representação Monomodal Verbal	Na qual é contabilizada uma ocorrência por cada texto ou conjunto de textos verbais com representações familiares não articulados com textos visuais respeitantes a esta temática.
Representação Monomodal Visual	Na qual é contabilizada uma ocorrência por cada texto ou conjunto de textos visuais com representações familiares, não articulados com textos verbais respeitantes esta temática.
Representação Multimodal Verbal e Visual	Na qual é contabilizada uma ocorrência por cada texto ou conjunto de textos multimodais, em que uma ideia de família está presente no texto verbal e surge acompanhada por um texto visual vinculado à temática familiar.

Quadro 4: Distribuição dos textos de acordo com a modalidade

Esta divisão fundamenta-se pela preponderância que a imagem tem vindo a assumir no desenvolvimento de materiais didáticos, particularmente sobre a dimensão cultural em manuais de aprendizagem de línguas. Assume-se que um texto multimodal tem um maior impacto na receção do leitor/aprendente face a um texto monomodal; e que, por seu turno, a um texto monomodal visual seja atribuída uma maior importância face a um texto monomodal verbal, tornando pertinente contabilizar o número de ocorrências a partir desta distribuição.

Os textos verbais com representações familiares acompanhados por textos visuais não vinculados a esta temática são considerados, para efeitos de contabilização, enquanto representações monomodais verbais, uma vez que a distribuição enunciada se foca exclusivamente na representação da família, considerando-se irrelevante a existência de um texto visual que em nada se relaciona com o aspeto que se pretende problematizar. Um exemplo deste tipo de textos é o que podemos encontrar no manual na ilustração 17.

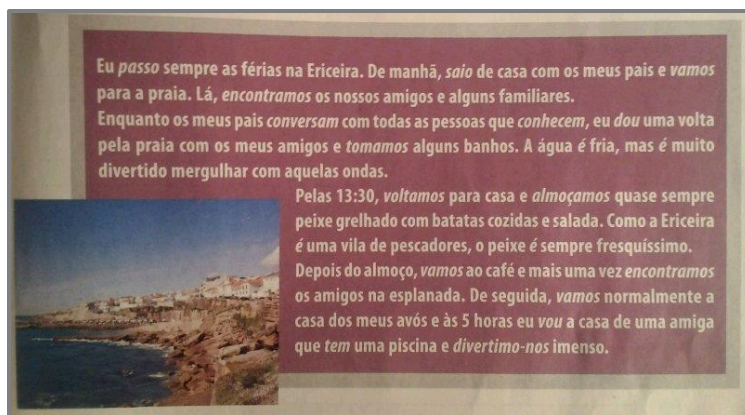


Ilustração 17: Representação Monomodal da Família (*Português XXI*: 191)

Considera-se que um texto visual tem uma relação com o texto verbal sempre que nele surjam representados pelo menos dois dos elementos da estrutura familiar em causa. Pela especificidade do tipo de família Pessoa Divorciada e Pessoa Solteira, são aceites, nestes casos, textos visuais com a representações de apenas uma personagem. Um exemplo deste caso, é o que a ilustração 18 demonstra:

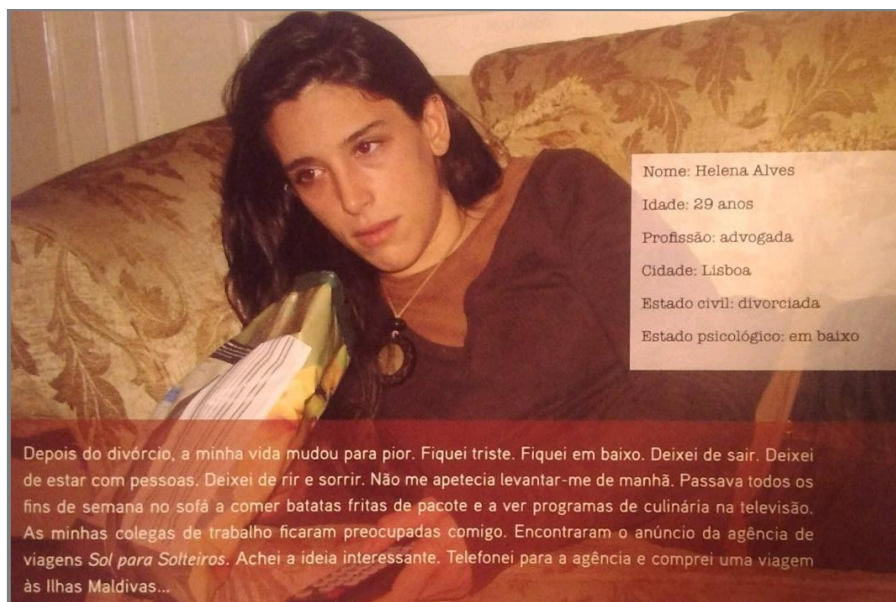


Ilustração 18: Representação multimodal da família (*Passaporte*: 211)

De seguida, confronta-se cada um dos três tipos de textos enunciados com o total de tipos familiares que neles ocorre. Esta contabilização permite verificar aqueles que estão presentes em textos de maior ou menor destaque nos manuais.

A Representação da Família: Objeto Central

A contabilização seguinte considera a forma como a informação sobre a estrutura é apresentada, i. e., se surge apresentada de forma central, enquanto objeto principal do texto, podendo existir espaço, como patente na ilustração 19, para uma apresentação combinada de duas ou mais personagens. Por contraste, casos há em que se verifica um surgimento secundarizado, no seguimento do desenvolvimento da construção e apresentação de uma personagem, sem existir qualquer desenvolvimento da restante estrutura familiar, como constante na ilustração 20.



Ilustração 19: Representação da família como objeto central (*Português XXI*: 13)

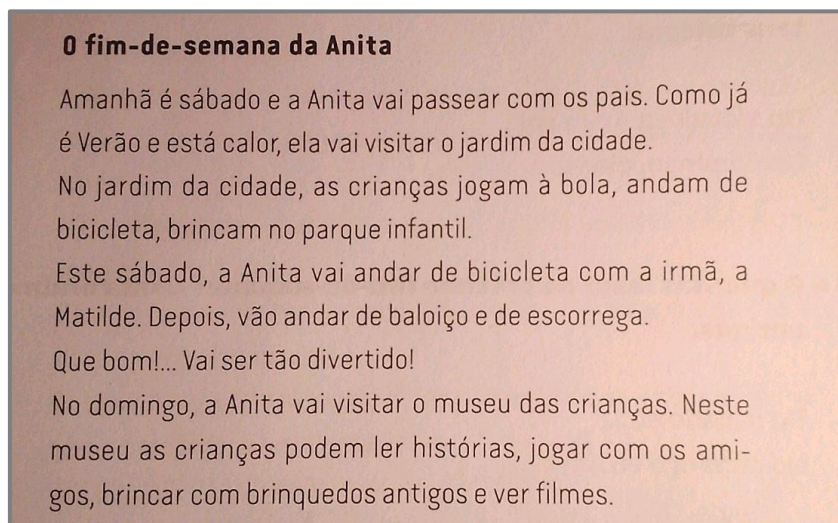


Ilustração 20: Representação da família como objeto secundário (*A. P. a Brincar*: 111)

A quantificação da configuração mais central da representação familiar é complementada com uma distribuição das representações familiares de acordo com os respectivos tipos de família. Esta análise contribui para uma compreensão de uma eventual tendência na representação de determinados tipos de família em textos cuja representação familiar é tida como objeto de destaque.

A Representação da Família em Personalidades Públicas

Considerando, como já referido, o potencial de representação de uma personalidade pública, procede-se à divisão, contabilização e distribuição em tipos familiares das ocorrências entendidas enquanto tal. É considerada a última situação familiar conhecida, sendo esta informação constante no texto em causa ou, pelos motivos supracitados, em qualquer outra fonte que não os manuais. Não sendo possível determinar de forma fechada e definitiva todas as características familiares das personalidades públicas presentes nos manuais, contabilizam-se tipologicamente aquelas mais diretamente ligadas à estrutura (nuclear) e menos à dinâmica. No caso das personalidades públicas já falecidas, é considerada a última situação familiar conhecida.

A Representação da Família em Personagens Protagonistas

Na senda da análise, a respeito do tipo de personagens representadas, assume-se que uma personagem principal tem, necessariamente, um capital representacional mais forte, sendo viável estabelecer uma relação entre este tipo de personagem e o papel que desempenha na relação familiar que representa. A personagem é considerada do ponto de vista do relevo, seguindo o conceito problematizado em Aguiar e Silva (1986: 699-700): “O protagonista representa, na estrutura dos actantes ou agentes que participam nas acções narrativas, o núcleo ou o ponto cardeal por onde passam os vetores que configuram funcionalmente as outras personagens (...)”.

Esta contabilização permite verificar que papéis, do ponto de vista das relações familiares, são mais representados em personagens de especial importância para a construção da narrativa. Excluem-se representações de personagens coletivas (e.g., os portugueses) dada a impossibilidade da sua integração neste parâmetro.

Para esta contabilização, optou-se pela seguinte distribuição: Companheiro/a; Progenitor/a; Filho/a; Filho/a Emancipado/a; Irmão/ã; Avô/ó; Neto/a; Tio/a; Primo/a; Sobrinho/a; Genro/ Nora; Cunhado/a; Sogro/a; Hóspede Familiar; Coabitante sem parentesco; Impossível de Identificar.

A variável Impossível de Identificar compreende casos em que o papel da personagem não é conhecido ou aferível. À semelhança do que sucede com a análise dos tipos familiares, a análise do papel que a personagem protagonista desempenha na relação familiar implica que um protagonista possa desencadear mais do que uma contabilização (e.g. uma personagem masculina protagonista de uma família de tipo Família Tradicional desencadeia necessariamente duas contabilizações: companheiro e pai).

Este parâmetro tem importância do ponto de vista da verificação de uma tendência na representação de determinado papel, permitindo também uma confrontação com o público-alvo enunciado por cada manual e, conseqüentemente, retirar conclusões sobre o peso da família no conjunto de conteúdos a este dirigido.

Capítulo 4 – Apresentação de Resultados

Nos próximos parágrafos, apresentar-se-ão os resultados obtidos a partir da contabilização das ocorrências nos manuais de acordo com a observação de:

- 1) Alusões ao tema da família
- 2) Total de Textos, Representações de Famílias e Tipos Familiares Presentes nos Manuais
- 2.1) Representações e tipos familiares nas unidades e secções dedicadas ao tema da família
- 3) Representações e tipos familiares de acordo com a modalidade dos textos
- 4) Representações e tipos familiares de acordo com a centralidade da temática familiar
- 5) Representações e tipos familiares em textos com personalidades públicas
- 6) Representações e o papel das personagens protagonistas na estrutura familiar

Note-se que os manuais apresentam valores reais díspares nos vários parâmetros em análise, privilegiando-se, por isso, uma apresentação de resultados percentuais. Os valores percentuais apresentados não são resultado de uma metodologia de análise estatística, servindo exclusivamente os propósitos essenciais desta investigação. A apresentação dos resultados obtidos segue ordinariamente cada um dos pontos acima mencionados, procedendo-se à descrição quantitativa de cada um dos seis manuais em análise. O objetivo central é o de fornecer ao leitor uma perspetiva descritiva, sincrónica e comparativa dos diferentes parâmetros. Com vista a auxiliar várias hipóteses de leitura, é possível encontrar, nos apêndices deste trabalho, tabelas com valores absolutos correspondentes a cada um dos parâmetros em análise.

O capítulo encerra com uma elucubração com dois tipos de observação: o primeiro, dirigido individualmente a cada um dos seis manuais em estudo; e um segundo, mais genérico, incluindo considerações globais acerca dos resultados obtidos.

Alusões ao Tema da Família

Como observável no gráfico 6, entre os seis manuais em análise, o manual *Passaporte* foi o que se revelou mais abundante em alusões ao tema da família, apresentando um total de 103 páginas com alusões a esta temática, o correspondente a 39,39% do total de páginas do manual. Em segundo lugar vem o manual *Português XXI*, com um total de 91 ocorrências contabilizadas,

perfazendo um total de 37,91% face ao total de páginas. Com um valor não muito distante, surge o manual *Aprender Português*, no qual 58 das 160 páginas incluem alusões ao tema da família, o equivalente a 36,25% do total de páginas do manual. Os manuais que menos alusões fazem ao tema da família são, por ordem decrescente, o *Falas Português?*, *A. P. a Brincar* e *Tu cá tu lá!*, com 26,19%, 23,14% e 21,96%, respetivamente.

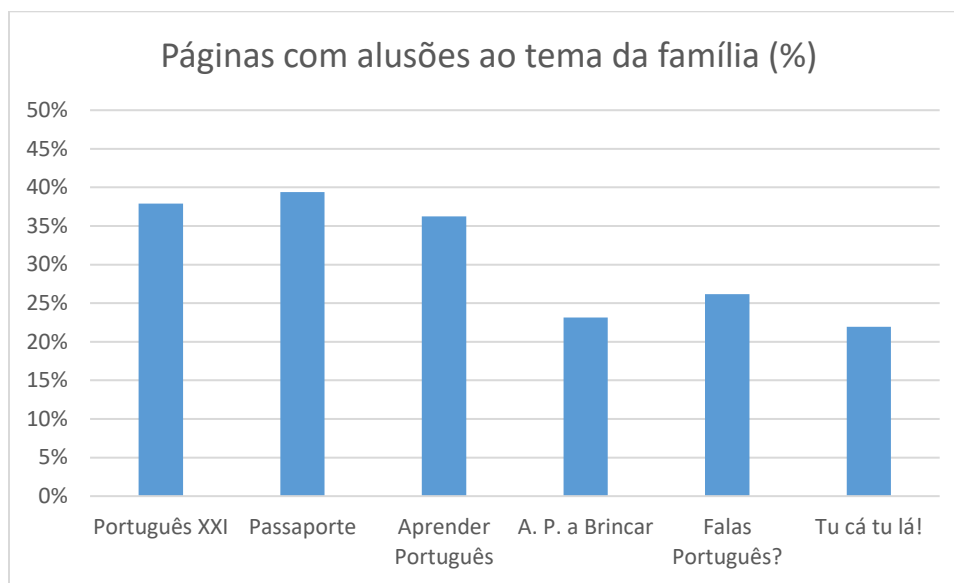


Gráfico 6: Páginas com alusões ao tema da família

Total de Textos, Representações de Famílias e Tipos Familiares Presentes nos Manuais

No que concerne a representações familiares, como observável no gráfico 7, o manual *Passaporte* volta a ocupar um lugar de destaque, verificando-se um total de 34 textos que integram uma ideia de representação familiar, um total de 57 famílias representadas e 94 tipos familiares. O Manual *Português XXI* apresenta 24 textos com representações familiares, um total de 39 famílias representadas e 44 tipos de famílias. Novamente com valores não muito díspares face aos manuais *Português XXI* e *Passaporte*, foram contabilizadas 25 ocorrências de textos com representações da família no manual *Aprender Português*, nas quais se incluem 28 ocorrências de famílias representadas e um total de 28 tipos de família. Os valores mais baixos verificam-se novamente nos manuais *Tu cá tu lá!*, *A. P. a Brincar* e *Falas Português?*, registando-se, no primeiro, 17 ocorrências de textos com representações da família, 29 famílias representadas e 37 tipos familiares, no segundo, 12 textos com representações familiares, 13 ocorrências no que respeita a

representações de famílias e tipos familiares. No manual *Falas Português?*, verifica-se a ocorrência de 6 textos com representações familiares, contando-se um total de 8 ocorrências ao nível das famílias representadas e dos tipos familiares presentes neste manual.

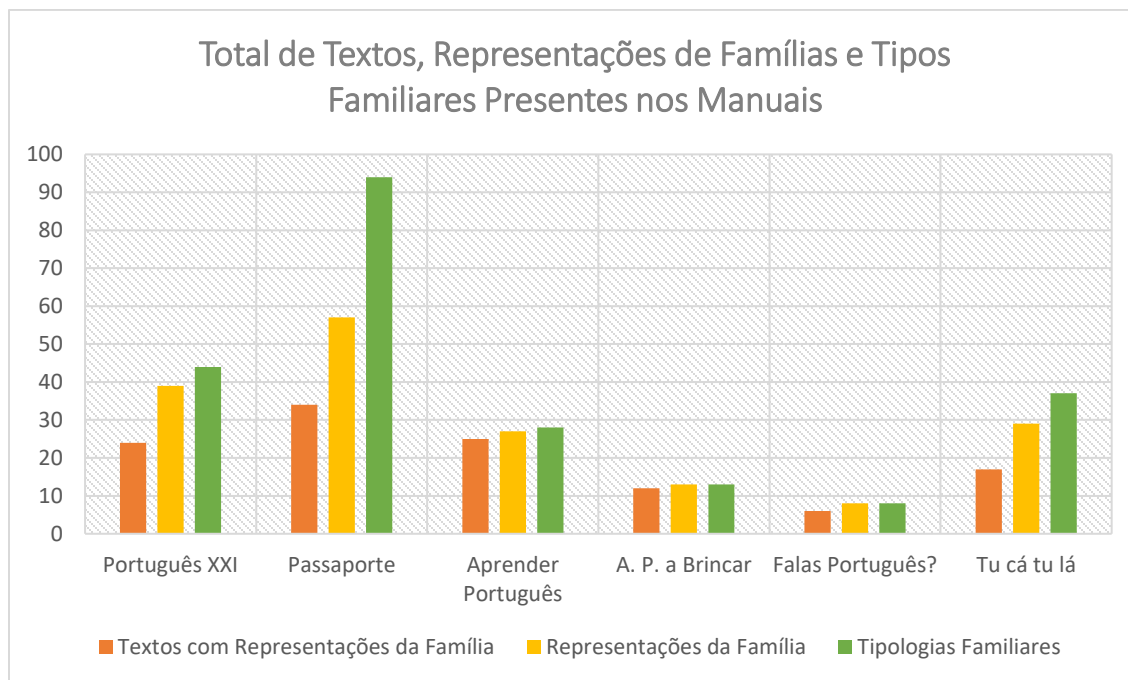


Gráfico 7: Total de Textos, Representações de Famílias e Tipos Familiares Presentes nos Manuais

Tipos de Família

A contabilização de cada um dos tipos de família presentes nas representações veiculadas nos textos afigura-se de especial relevo para as conclusões deste trabalho, merecendo, por isso, uma descrição minuciosa.

O tipo Família Tradicional, como verificável no gráfico 8, é um dos mais preponderantes entres os seis manuais em análise, ocupando a posição de tipo mais representado nos manuais *A. P. a Brincar*, *Tu cá tu lá!*, *Aprender Português* e *Falas Português?*. O manual que se revelou mais expressivo quanto a este tipo foi o *A. P. a Brincar*, contando que 69% do total de tipos familiares presentes no manual respeitam à Família Tradicional. Por ordem decrescente, no manual *Tu cá tu lá!* contabilizaram-se 43% de ocorrências, no manual *Aprender Português* verificou-se um total de 36% de ocorrências, no *Falas Português?* contaram-se 25% de ocorrências, nos manuais

Passaporte e Português XXI registou-se um total de 20% de ocorrências, sendo, em ambos os casos, o segundo tipo mais representado.

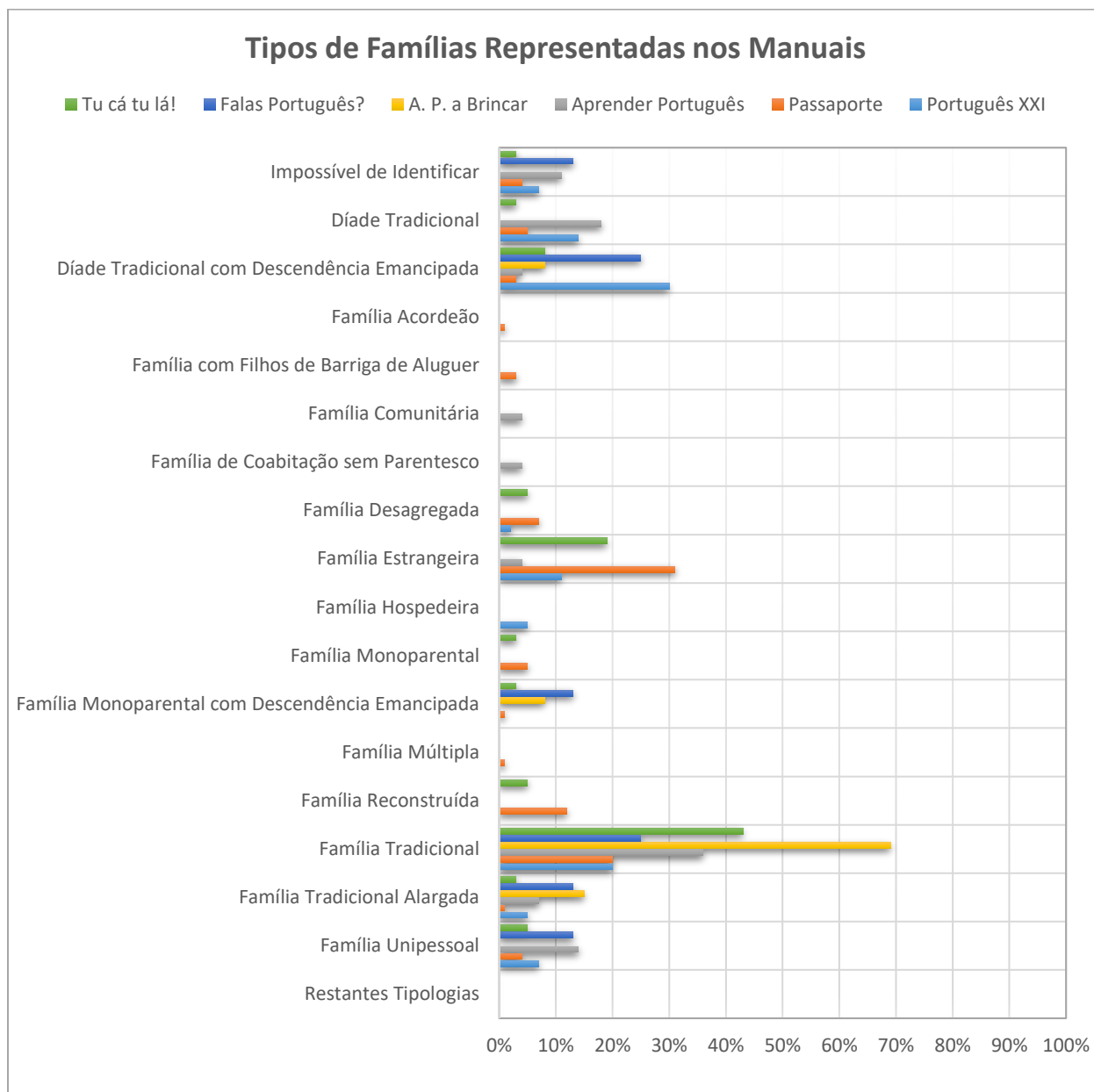


Gráfico 8: Tipos de Família Representadas nos Manuais

No que respeita à Díade Tradicional o manual no qual este tipo é mais expressivo é o *Aprender Português*, sendo o segundo mais representado, com 18% face ao total de representações tipológicas. Segue-se o manual *Português XXI*, com 14%, sendo aqui o terceiro tipo mais

representado, o *Passaporte* com 5%, o quinto tipo mais representado, e o manual *Tu cá tu lá!* com 3% face ao total de representações tipológicas. Nos manuais *Falas Português?* e *A. P. a Brincar* não se verificou qualquer ocorrência de díades tradicionais.

A Família Tradicional Alargada surge mais frequentemente representada nos manuais *A. P. a Brincar*, *Falas Português?* e *Aprender Português*, com percentagens de 15%, 13% e 7%, respetivamente. Nos manuais *Português XXI*, *Tu cá tu lá!* e *Passaporte* a representação deste tipo familiar é menos expressiva, revelando-se um valor percentual de 5%, 3% e 1%, respetivamente.

O tipo Díade Tradicional com Descendência Emancipada é mais recorrente no manual *Português XXI*, com 30% das representações tipológicas, sendo o tipo mais representado neste manual. Seguem-se os manuais *Falas Português?*, *A. P. a Brincar*, *Tu cá tu lá!*, *Aprender Português* e *Passaporte*, com 25%, 8%, 8%, 4% e 3%, respetivamente.

O tipo Família Estrangeira, como é visível no gráfico, surge representado de forma muito marcada no manual *Passaporte*, sendo o mais recorrente neste manual, com 31% das representações. O *Tu cá tu lá!* conta com 19% de famílias de tipo Família Estrangeira, sendo o segundo mais elevado neste manual. Segue-se o *Português XXI* com 11%, o quarto tipo mais representado neste manual, e o *Aprender Português* com 4%, um dos tipos menos representados no manual. Nos manuais *A. P. a Brincar* e *Falas Português?*, não se verificou qualquer ocorrência deste tipo de família.

No que concerne ao tipo Família Unipessoal, verifica-se uma maior recorrência no manual *Aprender Português* com 14% de ocorrências. Segue-se o *Falas Português?*, com 13%, o *Português XXI*, com 7% e o *Tu cá tu lá!*, com 5%. No manual *A. P. a Brincar* não foi registada qualquer ocorrência de representações de famílias de tipo Família Unipessoal.

No que respeita à Família Reconstruída, o manual em evidência é o *Passaporte*, com um valor percentual de 12%, o terceiro tipo mais representado neste manual. Em segundo e último lugar, no manual *Tu cá tu lá!* contou-se um total de 5% de famílias de tipo Família Reconstruída. Nos restantes manuais, não se verificou qualquer ocorrência.

O tipo Família Desagregada surge mais vezes representado no manual *Passaporte*, perfazendo um valor percentual de 7%. No manual *Tu cá tu lá!*, 5% dos tipos em estudo dizem respeito a Família desagregada. No manual *Português XXI* este tipo corresponde a 2% face ao total de tipos familiares representados. Os restantes manuais não apresentam qualquer ocorrência deste tipo de família.

Quando à Família Monoparental, uma vez mais, o manual *Passaporte* evidencia-se, contando que 5% dos tipos familiares neste manual respeitam a famílias monoparentais. No manual *Tu cá tu lá!* contabilizou-se o correspondente a 3% de famílias monoparentais. Nos restantes manuais não se verificou qualquer ocorrência deste tipo de família.

O tipo Família Monoparental com Descendência Emancipada surge percentualmente mais representada no manual *Falas Português?*, com um total de 13% de ocorrências, segue-se o manual *A. P. a Brincar*, correspondendo a 8%, o *Tu cá tu lá!*, com 3% das representações, e o manual *Passaporte*, correspondendo a 1% do total de representações tipológicas. No manual *Aprender Português* não se verificou qualquer representação deste tipo familiar.

O tipo Família Hospedeira surge representado apenas no manual *Português XXI*, contabilizando-se o correspondente a 5% face ao total de representações tipológicas. A situação é idêntica no que respeita aos tipos Família de Coabitação sem Parentesco e Família Comunitária, sendo que só nos manuais *Aprender Português* foi registada a ocorrência destes tipos familiares, correspondendo, em ambos, a 4% do total de representações. Quanto aos tipos Família com Filhos de Barriga de Aluguer, Família Acordeão e Família Múltipla, apenas se verificaram ocorrências no manual *Passaporte*, com um valor percentual de 3%, 1% e 1%, respetivamente.

No que respeita a representações de impossível identificação quanto ao tipo em que se inserem, verificou-se um valor de 13% no *Falas Português?*, 11% no *Aprender Português*, 7% no manual *Português XXI*, 4% no manual *Passaporte* e 3% no manual *Tu cá tu lá!*. No manual *A. P. a Brincar*, todas as representações familiares incluíam informações suficientes para que integrassem outros tipos familiares.

No que respeita aos tipos Díade Homossexual, Díade Homossexual com Filhos, Díade Homossexual com Família Alargada, Díade Homossexual com Descendência Emancipada, Família de Coabitação com Parentesco e Família Adotiva, em nenhum dos 6 manuais em análise foi possível contabilizar qualquer ocorrência.

Representações e Tipos Familiares nas Unidades e Secções Dedicadas ao Tema da Família

Como observável no gráfico 9, o manual cuja percentagem de famílias representadas se revelou mais elevada foi o *A. P. a Brincar*, sendo que 67% dessas representações correspondem ao tipo Família Tradicional e 33% ao tipo Família Tradicional Alargada. Depois do *A. P. a Brincar*,

foi no *Aprender Português* que se verificou uma maior recorrência, uma vez que 15% do total de representações ocorre nesta parte do manual, onde 50% das ocorrências dizem respeito ao tipo Família Tradicional, 33% à Família Tradicional Alargada e 17% à Família Comunitária. Numa posição percentual média relativamente à ocorrência da representação da família nas partes dos manuais dedicadas ao tema, surgem os manuais *Falas Português?* e *Passaporte*, com um valor percentual de 13% e 11%, respetivamente. No manual *Falas Português?* 50% das representações aludem à Família Tradicional alargada e os restantes 50% à Família Tradicional. Já no que toca ao manual *Passaporte*, a Família Tradicional corresponde a 57% face ao total de representações desta secção e os tipos Família Desagregada e Família Monoparental e Família Tradicional com Descendência emancipada ocupam 14% das representações. Com uma expressão menor no que respeita à ocorrência da representação da família nas unidades e secções dedicadas ao tema, surgem os manuais *Tu cá tu lá!* e *Português XXI*, com valores percentuais de 3%. Em ambos os manuais, apenas uma família é representada nesta secção, cabendo à Família Tradicional Alargada o correspondente a 100% dos tipos representados.

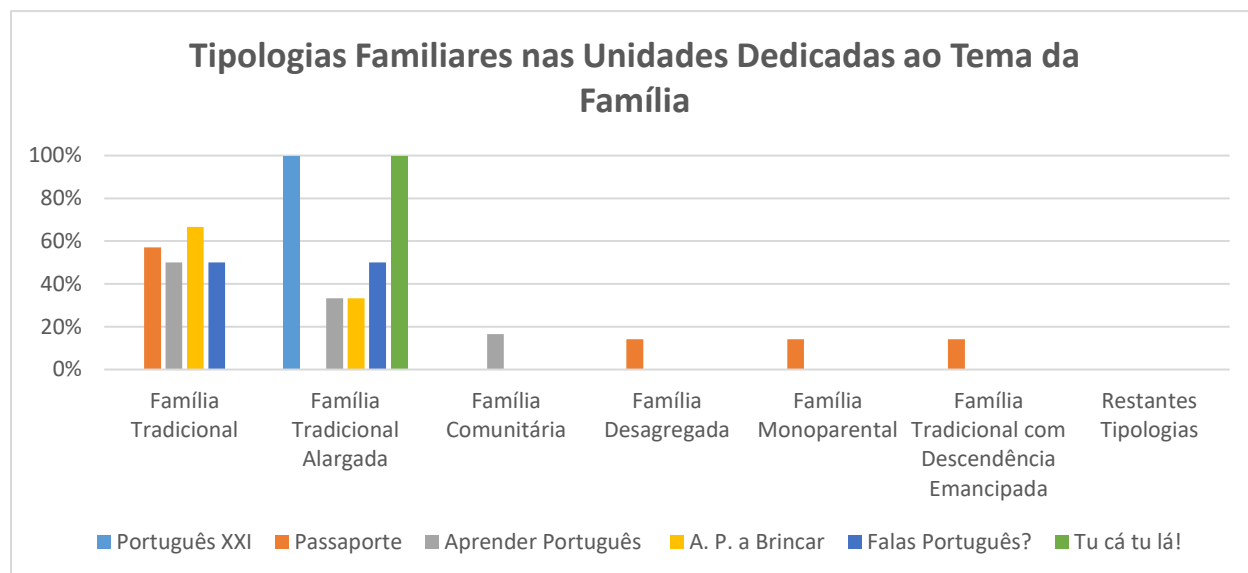


Gráfico 9: Tipos Familiares nas Unidades Dedicadas ao Tema da Família

Representações e Tipos Familiares de acordo com a Modalidade dos Textos

Como verificável no gráfico 10, os textos monomodais verbais apresentam uma grande parte daqueles que integram representações de famílias, sendo que este tipo de texto corresponde

a 76% do total de representações familiares no manual *Aprender Português*, 67% no manual *Português XXI*, 62% no manual *Passaporte*, 42% no manual *A. P. a Brincar*, 41% no manual *Tu cá tu lá!* e 33% no manual *Falas Português?*. Seguem-se os textos multimodais (verbais e visuais), nos quais, como constante no mesmo gráfico, os manuais *Falas Português?* e *Aprender Português* e *A. P. a Brincar* se destacam com 67% e 50%, respetivamente, de textos multimodais com representações familiares. Com uma percentagem de textos multimodais igual à percentagem de textos monomodais verbais surge o manual *Tu cá tu lá!* com um valor percentual de 41%. Já os manuais *Português XXI*, *Passaporte* e *Aprender Português*, contam com 33%, 32% e 16%, respetivamente, de representações multimodais em textos dedicados ao tema da família. No que concerne à ocorrência de textos monomodais visuais com representação familiar, nos manuais *Tu cá tu lá!*, *A. P. a Brincar*, *Aprender Português* e *Passaporte* contabilizou-se o correspondente a 18%, 8%, 8% e 6%, respetivamente. Nos manuais *Português XXI* e *Falas Português?* não foi possível contabilizar qualquer ocorrência de textos monomodais visuais com representação da família.

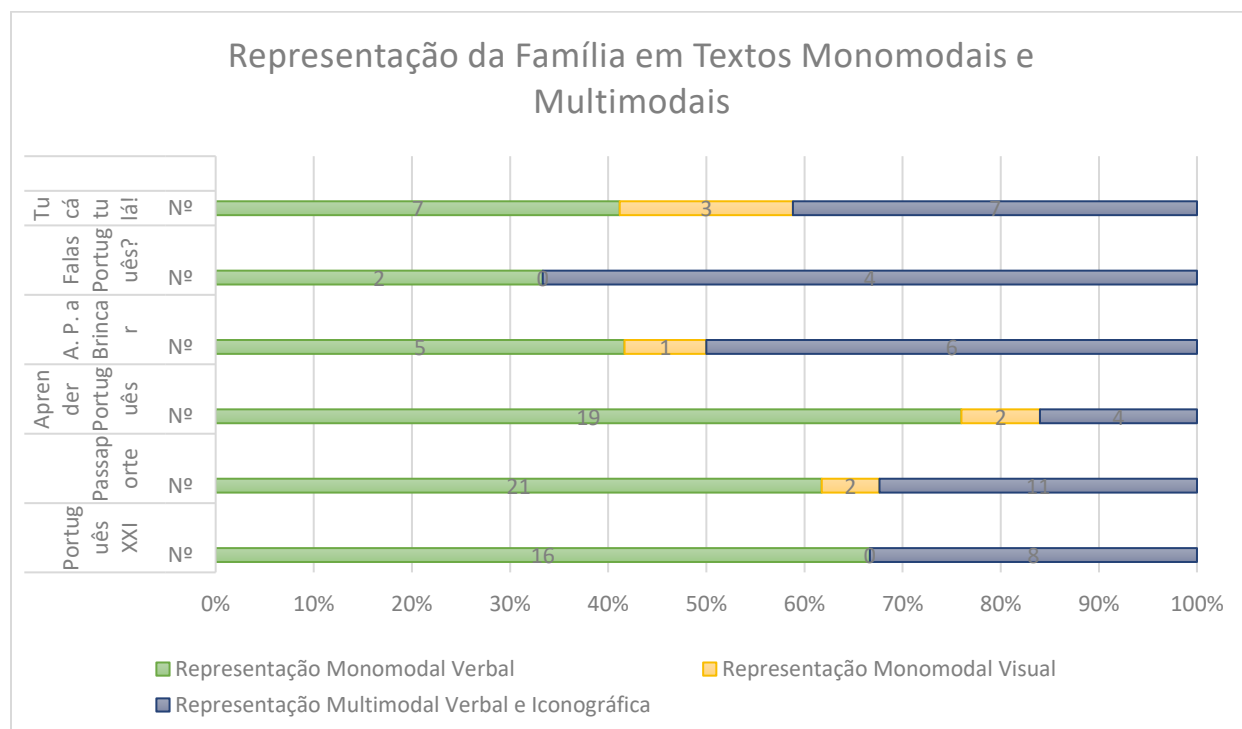


Gráfico 10: Representação da Família de Acordo com a Modalidade Textual

Como visível no gráfico 11, no manual *Português XXI*, o tipo familiar mais recorrente em textos monomodais verbais foi a Díade Tradicional com Descendência Emancipada, contando com 27% das representações, seguindo-se a Família Tradicional, com 23%, a Díade Tradicional, com 15%, a Família Estrangeira com 12% e, com o mesmo valor percentual de 4% face ao total de representações neste tipo de texto, a Família Desagregada, Família Hospedeira e Família Tradicional Alargada. Neste manual, 12% das ocorrências de representações em textos monomodais verbais foram consideradas como Não Identificável. Os restantes tipos apresentam valores percentuais nulos neste manual.

No manual *Passaporte* a percentagem de textos monomodais com representação familiar é mais expressiva no tipo Família Estrangeira, correspondendo a 27% das representações; segue-se a Família Tradicional com 19%, a Família Reconstruída com 15%, a Família Monoparental com 8%, a Família Tradicional com 6%, a Família Desagregada e a Família Unipessoal, ambas com 4%, a Família Tradicional com Descendência Emancipada, a Família Acordeão, a Família Monoparental com Descendência Emancipada, a Família com Filhos de Barriga de Aluguer e a Família Múltipla, que correspondem a 2% face ao total de textos monomodais verbais com representações familiares. Inseridas no tipo Não Identificável, ficaram 8% das ocorrências. Os restantes tipos apresentam valores percentuais nulos neste manual.

No manual *Aprender Português* a maior ocorrência de textos monomodais verbais com representação familiar verifica-se na Família Tradicional, com 29% face ao total de tipos representados neste parâmetro. Segue-se a Díade Tradicional, com 19%, a Família Unipessoal, com 14%, a Família Tradicional Alargada, com 10%, e a Família de Coabitação sem Parentesco, Família Comunitária e Díade Tradicional com Descendência Emancipada, todas com o correspondente percentual de 5% face ao total de tipos representados nos textos monomodais verbais com representações familiares. Contabilizaram-se 14% de ocorrências como “Impossível de Identificar”. Os restantes tipos apresentam valores percentuais nulos neste manual.

No manual *A. P. a Brincar*, 83% das famílias representadas em textos monomodais verbais, respeitam ao tipo Família Tradicional e os restantes 17% correspondem percentualmente ao tipo Família monoparental com Descendência Emancipada. Os restantes tipos apresentam valores percentuais nulos neste manual.

Já no manual *Falas Português*, o correspondente a 50% das representações monomodais verbais diz respeito ao tipo Família Unipessoal, sendo o restante valor percentual considerado

como Impossível de Identificar. Os restantes tipos apresentam valores percentuais nulos neste manual.

Por fim, no manual *Tu cá tu lá!*, o tipo de família mais recorrente em textos monomodais verbais registou-se ao nível da Família Tradicional com um valor percentual expressivo correspondente a 60% das representações, como verificável no gráfico 11, seguindo-se a Díade Tradicional e Díade Tradicional com Descendência Emancipada, ambas com um valor percentual de ocorrências correspondente a 20%. Os restantes tipos de família apresentam valores percentuais nulos neste manual.

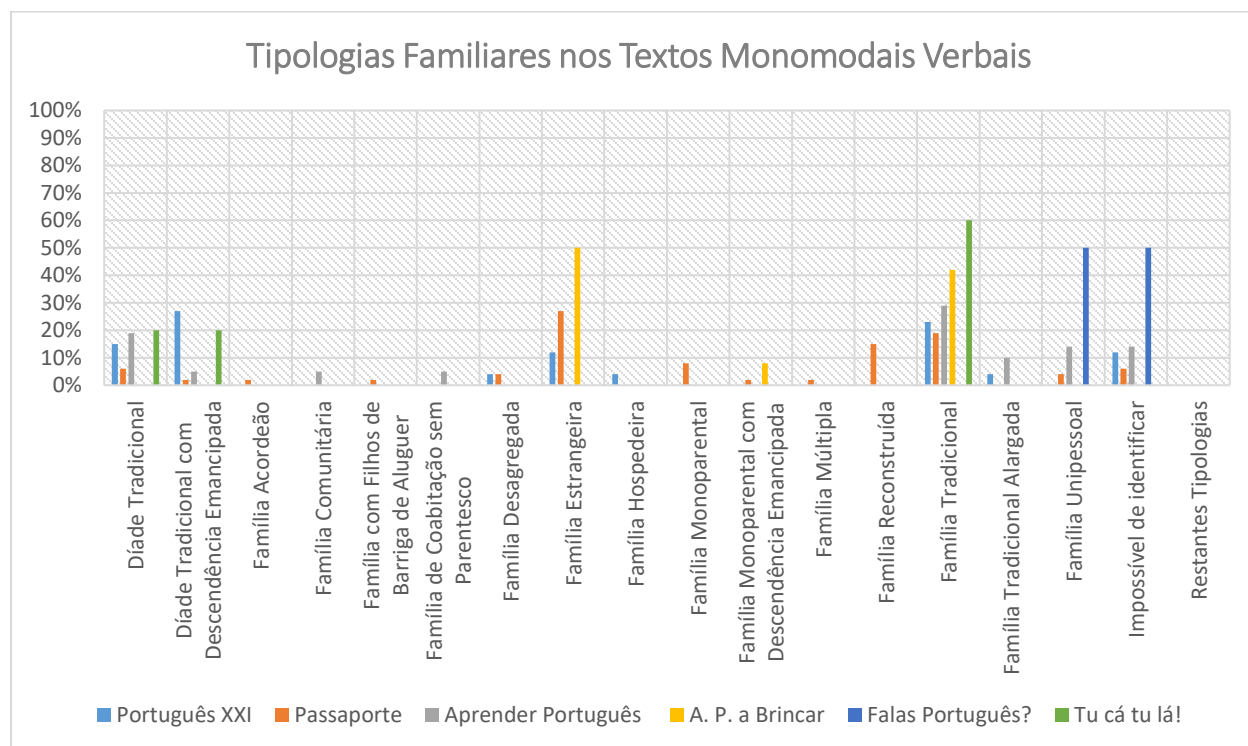


Gráfico 11: Tipos Familiares nos Textos Monomodais Verbais

No que concerne a textos multimodais (verbais e visuais), no manual *Português XXI*, à semelhança do que sucede nas representações monomodais verbais, contabilizou-se como tipo mais representado a Díade Tradicional com Descendência Emancipada, com um valor percentual de 33%. Com 17% surge Família Tradicional e a Família Unipessoal. As menos representadas neste tipo de textos são a Família Estrangeira e a Díade Tradicional, ambas com 11% das representações, e a Família Hospedeira e Díade Tradicional Alargada, ambas com 6% de

representações tipológicas em texto multimodais. Os restantes tipos de família apresentam valores percentuais nulos neste manual.

O manual *Passaporte* é o mais prolixo em termos de variedade tipológica nos textos multimodais com representações familiares, sendo que os tipos com maiores valores percentuais de ocorrências ocorrem ao nível da Família Estrangeira e Família Tradicional, com 24% e 14%, respetivamente, os dois tipos mais representados também em textos monomodais verbais neste manual. Com 10%, surge igualmente representada a Família Unipessoal, Díade Tradicional com Descendência Emancipada, Díade Tradicional e Família Desagregada. Menos representadas neste tipo de textos são a Família Desagregada, Família Estrangeira, Família Reconstruída e Família Tradicional Alargada, todas com 5% das representações. Também com 5%, foram consideradas as representações de impossível identificação. Os restantes tipos de família apresentam valores percentuais nulos neste manual.

No manual *Aprender Português*, 80% das representações familiares em textos multimodais respeitam à Família Tradicional, sendo também o tipo de família mais representado nos textos monomodais verbais. A Família Estrangeira corresponde a 20% dos tipos familiares representados neste tipo de textos. Os restantes tipos de família apresentam valores percentuais nulos neste manual.

Também no manual *A. P. a Brincar*, a Família Tradicional é a mais representada em textos multimodais, sendo igualmente o tipo mais recorrente em textos monomodais verbais. A Família Tradicional Alargada surge representada em 33% das ocorrências e a Díade Tradicional com Descendência Emancipada em 17%. Os restantes tipos de família apresentam valores percentuais nulos neste manual.

No manual *Falas Português?* os tipos mais recorrentes em textos multimodais são os de Família Tradicional e Díade Tradicional com Descendência Emancipada, ambos com um valor percentual de 33%. A Família Monoparental com Descendência Emancipada e Família Tradicional Alargada representam 17% dos tipos presentes nos textos multimodais. Os restantes tipos apresentam valores percentuais nulos neste manual.

Por fim, no manual *Tu cá tu lá!* a Família Estrangeira surge como a mais recorrente em textos multimodais, com um valor percentual de 40%. A Família Tradicional é a segunda mais representada com 33% das representações e a Díade Tradicional Descendência Emancipada é a terceira mais representada neste manual com 13%, seguindo-se a Família Monoparental com

Descendência Emancipada e Família Tradicional Alargada, ambas com um valor percentual correspondente a 7% das representações. Os restantes tipos de família apresentam valores percentuais nulos neste manual.

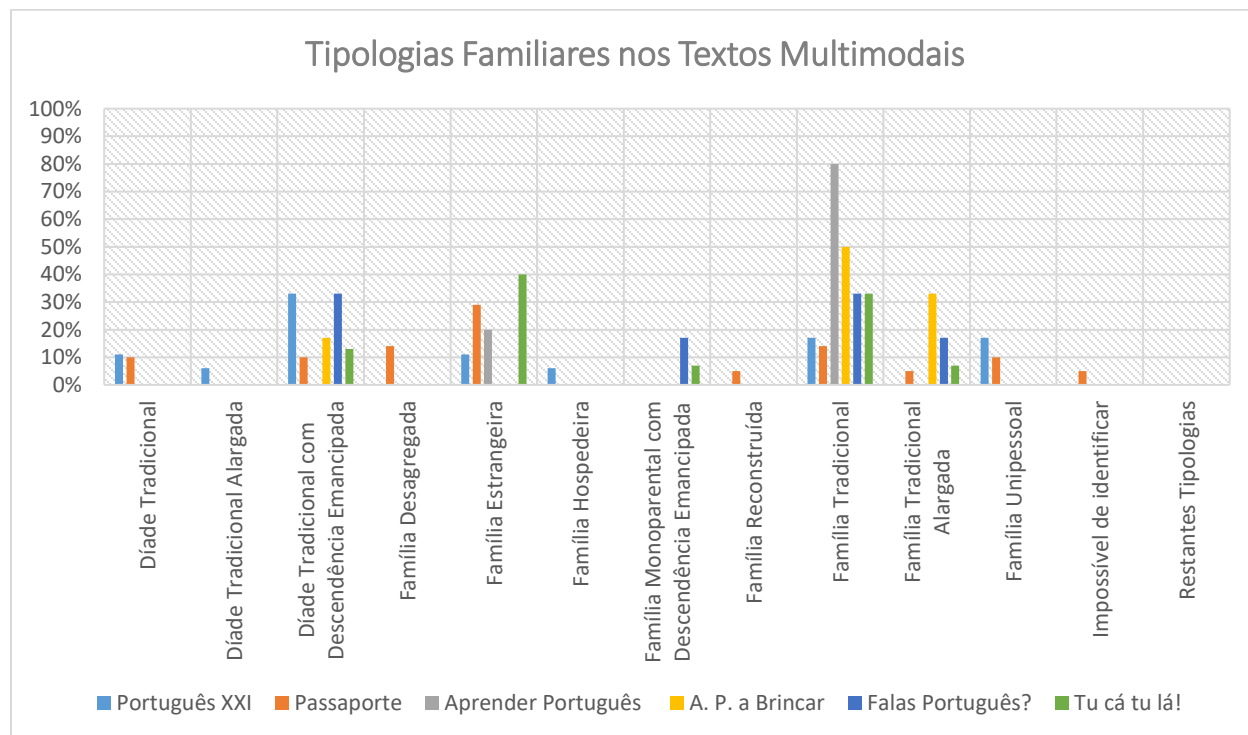


Gráfico 12: Tipos Familiares nos Textos Multimodais

A respeito de representações familiares em textos monomodais visuais, verifica-se maior ocorrência tipológica no manual *Passaporte* e *Tu cá tu lá!*, correspondendo no primeiro manual, em 40% das ocorrências à Família Estrangeira, sendo, uma vez mais, o tipo de família mais representado neste manual em função do tipo de texto. Em segundo lugar, surge a Família Tradicional, correspondendo a 28% das ocorrências. Seguem-se as variáveis Família Reconstruída, Família Desagregada, Família com Filhos de Barriga de Aluguer e Família Monoparental, com 12%, 8%, 8% e 4%, respetivamente. Os restantes tipos de família apresentam valores percentuais nulos neste manual.

No que ao manual *Tu cá tu lá!* diz respeito, 47% das representações são relativas à Família Tradicional, 12% às variáveis Família Desagregada, Família Reconstruída e Família Individual, e 6% dos casos dizem respeito às variáveis Família Monoparental e Família Estrangeira. Também

com 6%, uma representação de impossível identificação integra o total de tipos presentes nos textos monomodais verbais neste manual. As restantes variáveis apresentam valores percentuais nulos neste manual.

No manual *Aprender Português*, os tipos representados nos textos monomodais visuais dividem-se em Família Unipessoal e Díade Tradicional, ambos com 50%. Os restantes tipos de família apresentam valores percentuais nulos neste manual.

Já no manual *A. P. a Brincar* verifica-se apenas uma representação monomodal visual, significando que a Família Tradicional corresponde a 100% dos tipos representados. Os restantes tipos de família apresentam valores percentuais nulos neste manual.

Como já referido, no que concerne a textos monomodais visuais, nos manuais *Português XXI* e *Falas Português?* não foi contabilizada qualquer ocorrência.

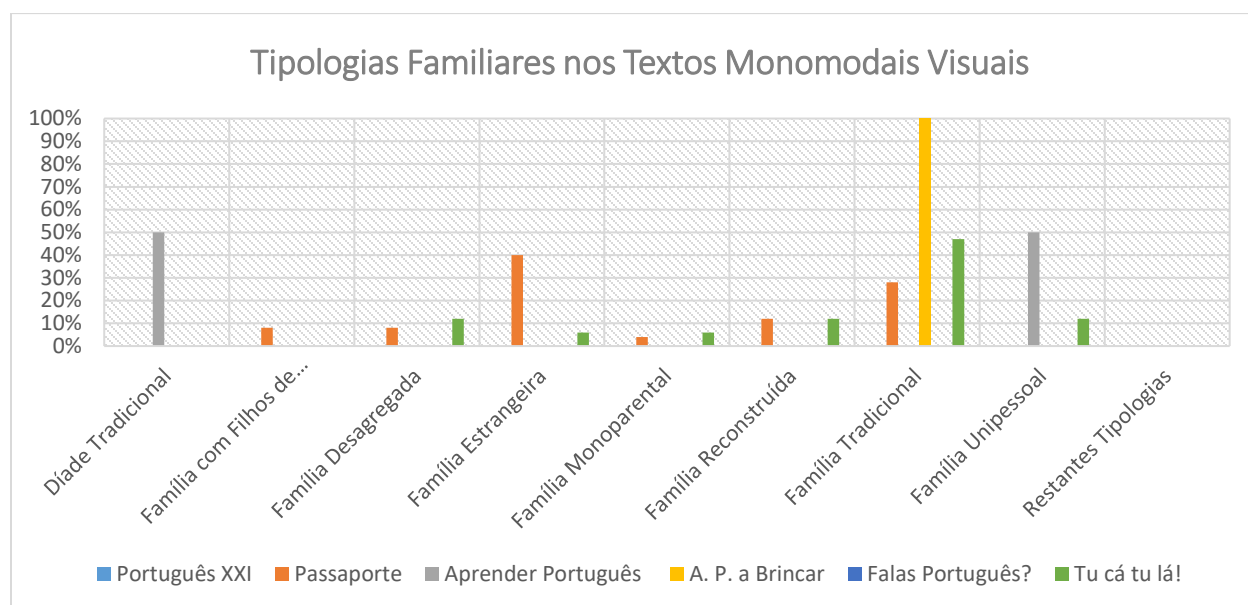


Gráfico 13: Tipos Familiares nos Textos Monomodais Visuais

Representações e Tipos Familiares de Acordo com a Centralidade da Temática da Família

O gráfico 14 permite observar que manuais apresentam textos com representações familiares nos quais existe uma maior centralidade da temática familiar. Este aspeto é mais marcado nos manuais *Aprender Português*, *Falas Português?* e *A. P. a Brincar* correspondendo a 69%, 67% e 58%, respetivamente. Por outro lado, nos manuais *Português XXI*, *Passaporte* e *Tu*

cá tu lá!, a centralidade da temática familiar apresenta valores inferiores quanto ao número de textos nos quais a família é apresentada de forma mais secundarizada, verificando-se, respetivamente, a ocorrência de 17%, 38 % e 41% de textos com a representação familiar como objeto temático central.

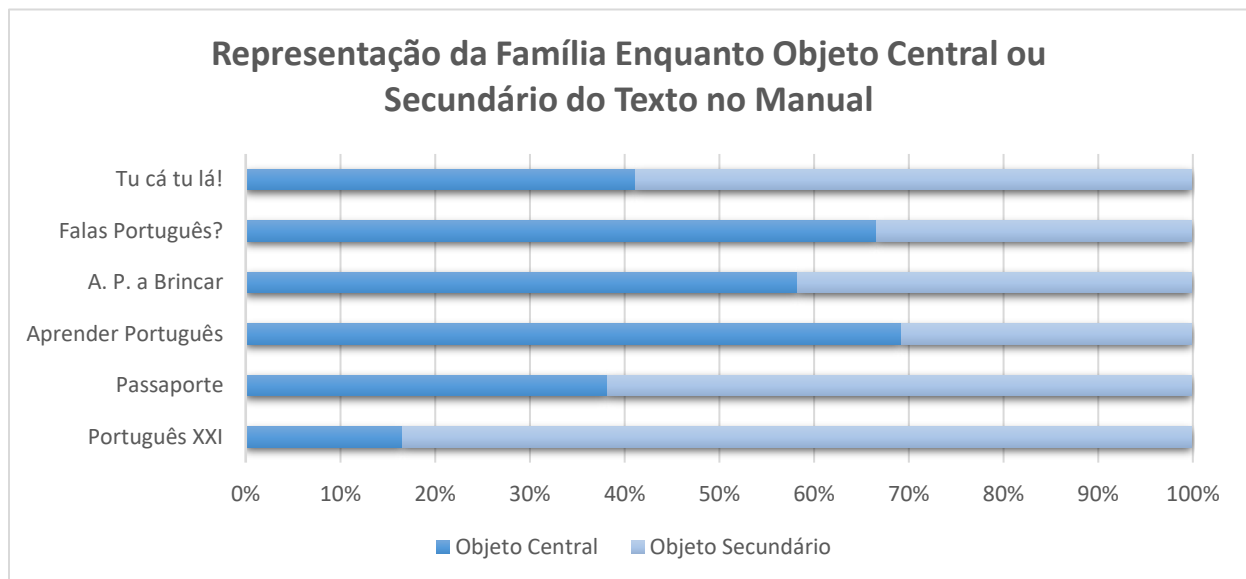


Gráfico 14: Centralidade da Temática Familiar nos Textos dos Manuais

No que concerne aos tipos familiares presentes nos textos com a temática familiar como objeto central, verifica-se, como constatável no gráfico 15, uma predominância da Família Tradicional em todos os manuais, sendo que, no manual *A. P. a Brincar*, este tipo corresponde a 62% do total de tipos familiares presentes em textos com centralidade na temática da família. No que respeita aos restantes manuais, verifica-se 40% de ocorrências no manual *Aprender Português*, 38% no *Português XXI*, 36% no *Tu cá tu lá!*, 33% no *Falas Português?* e 25% no *Passaporte*.

A Família Tradicional Alargada surge representada em todos os manuais, sendo que no manual *A. P. a Brincar* ocupa a posição de segundo tipo de família mais recorrente, com o valor percentual de 25% face aos restantes tipos com centralidade na representação familiar. No manual *Falas Português?*, este tipo de família corresponde a 17% das representações, no *Português XXI*, situa-se nos 13%; o mesmo tipo de família tem 10% de ocorrências no manual *Aprender Português*, 7% no manual *Tu cá tu lá!* e 4% no manual *Passaporte*.

O tipo de família Díade Tradicional surge de forma mais recorrente no manual *Aprender Português*, sendo o segundo tipo mais recorrente neste manual, com 25% a corresponder a tipos

familiares verificados em textos com centralidade na temática da família. No manual *Português XXI*, este tipo corresponde a 13% e a 8% no manual *Passaporte*. Nos restantes manuais não se verificou qualquer ocorrência deste tipo de família.

Quanto à Díade Tradicional com Descendência Emancipada, verifica-se uma maior expressão no manual *Português XXI*, com 25% de ocorrências, sendo o segundo tipo mais representado em textos com centralidade da temática familiar. No manual *Falas Português?*, este tipo de família corresponde a 33% sendo um dos mais representados a par com o tipo Família Tradicional. Também no manual *Tu cá tu lá!*, este tipo de família surge relativamente bem posicionado com um valor de 14%. No manual *Passaporte*, este tipo corresponde a 8% das representações verificadas em textos com a família como centralidade temática. No *A. P. a Brincar*, de acordo com o presente critério, não se verifica qualquer ocorrência.

Quanto ao tipo Família Estrangeira, a predominância sucede no manual *Tu cá tu lá!*, correspondendo a 36%, sendo, a par com a Família Tradicional, um dos mais representados em textos cuja temática familiar é central. No *Passaporte* este indicador corresponde a 13% das representações tipológicas; esta representação corresponde a 13% no *Português XXI* e a 5% no manual *Aprender Português*. Nos manuais *Falas Português?* e *A. P. a Brincar*, de acordo com o presente critério, não se verifica qualquer ocorrência da Família Estrangeira.

Relativamente à ocorrência da Família Monoparental com Descendência Emancipada, em textos com a família como temática central, verifica-se um valor mais elevado no manual *Falas Português?*, com 17% de ocorrências. Seguem-se os manuais *A. P. a Brincar*, com 13%, *Tu cá tu lá!* com 7%, e *Passaporte*, com um valor correspondente a 4% das ocorrências. A inexistência de qualquer ocorrência deste tipo de família neste indicador verificou-se no manual *Aprender Português*.

Quanto à Família de Coabitação sem Parentesco, apenas no manual *Aprender Português* se verificou alguma ocorrência, correspondendo a 5% do total de representações tipológicas em textos com a família como objeto central.

Os tipos Família Monoparental, Família Reconstruída, Família Acordeão e Família Múltipla, surgem de forma centralizada somente no manual *Passaporte*, correspondendo respetivamente a 8%, no caso das duas primeiras, e a 4% nas restantes.

Quanto à variável Impossível de Identificar, regista-se 15% apenas no manual *Aprender Português*. Nenhum dos restantes tipos ocorreu de forma centralizada em qualquer um dos manuais em estudo.

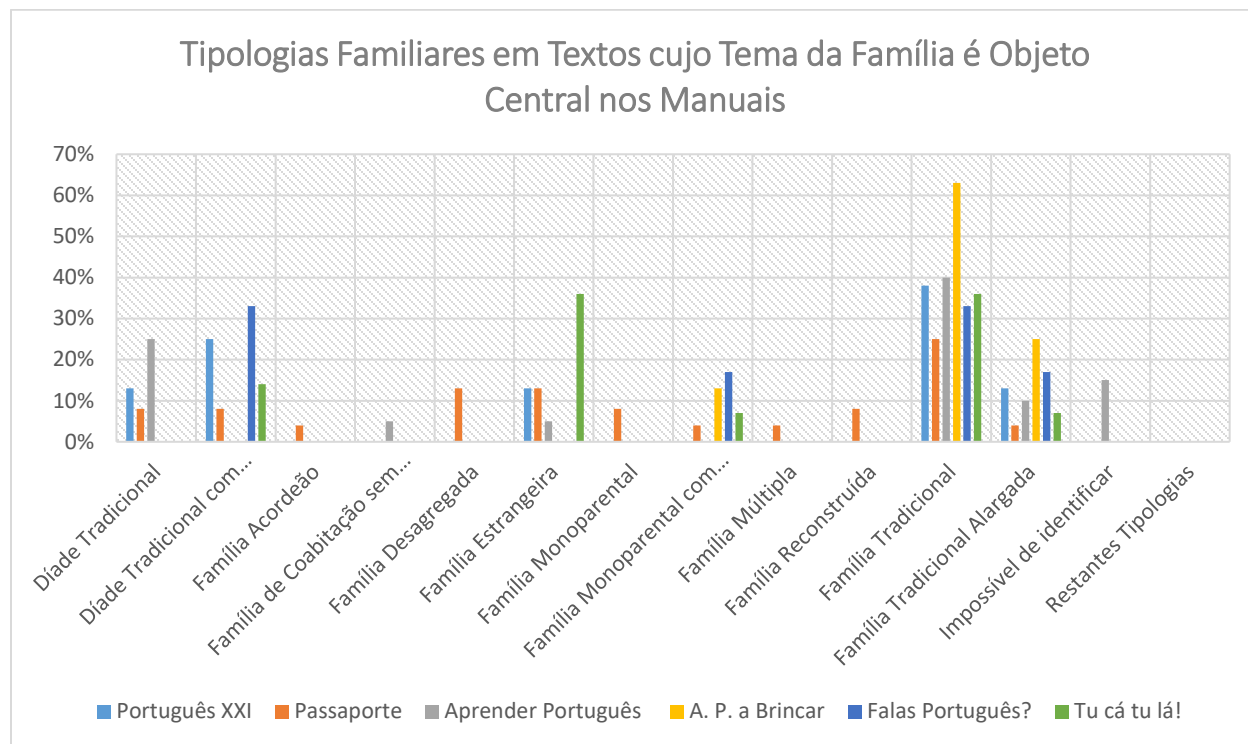


Gráfico 15: Tipos Familiares em Textos cujo Tema da Família é Objeto Central

Representações e tipos familiares em textos com personalidades públicas

Como verificável no gráfico 16, a representação de personalidades públicas encontra a sua maior expressão no manual *Passaporte*, no qual 47% do total de famílias representadas diz respeito a este tipo de ocorrência. Também com um valor elevado, no manual *Tu cá tu lá!*, 41% das representações familiares são referentes a personalidades públicas. De forma menos marcada, os manuais *Falas Português?* e *Aprender Português* contam com 13% e 7% deste tipo de ocorrências. Sem qualquer ocorrência de personalidades públicas, e por isso com valores nulos no gráfico, encontram-se os manuais *Português XXI* e *A. P. a Brincar*.

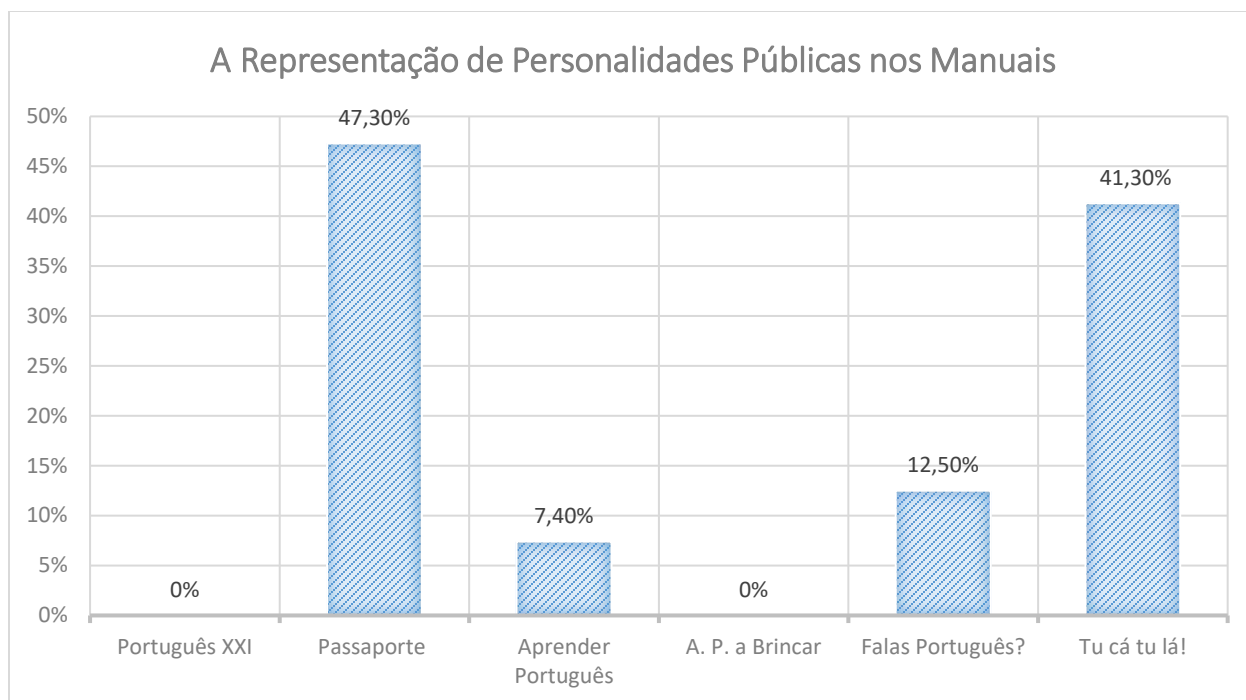


Gráfico 16: Representação de Personalidades Públicas nos Manuais

Os manuais *Passaporte* e *Tu cá tu lá!* são os mais expressivos, quer em número, quer na variedade de tipos de famílias neles ocorrem, como é possível notar no gráfico 17. No que concerne ao manual *Passaporte*, é possível constatar que o tipo de família mais expressivo em representações de personalidades públicas é a Família Estrangeira, com 43%, seguindo-se a Família Tradicional, com 20% das representações, a Família Reconstruída, com 19% e, com valores mais baixos, os tipos Família Desagregada, Família com Filhos de Barriga de Aluguer, Família Monoparental e Família Individual, com 7%, 6%, 4% e 2%, respetivamente. Os restantes tipos de família apresentam valores percentuais nulos neste manual.

Quanto ao manual *Tu cá tu lá!*, o tipo familiar mais representado neste indicador é a Família Tradicional, equivalendo a 36% das representações, seguindo-se a Família Individual, Família Desagregada e Família Reconstruída, as três com 14%; por fim, a Família Monoparental e Família Estrangeira contam com 7% face ao total de tipos familiares representados por personalidades públicas. Por identificar neste manual ficou uma ocorrência, correspondendo, por isso, a 7% face ao total de ocorrências. Os restantes tipos de família apresentam valores percentuais nulos neste manual.

No manual *Aprender Português*, verificaram-se apenas duas ocorrências, uma delas de tipo Família Tradicional e a outra de tipo Família Individual, correspondendo, assim, cada um deles a 50%. Os restantes tipos de família apresentam valores percentuais nulos neste manual.

Por fim, no manual *Falas Português?*, a única ocorrência registada neste indicador respeita à Família Individual, representado, por isso, 100% das ocorrências. Os restantes tipos e família apresentam valores percentuais nulos neste manual.

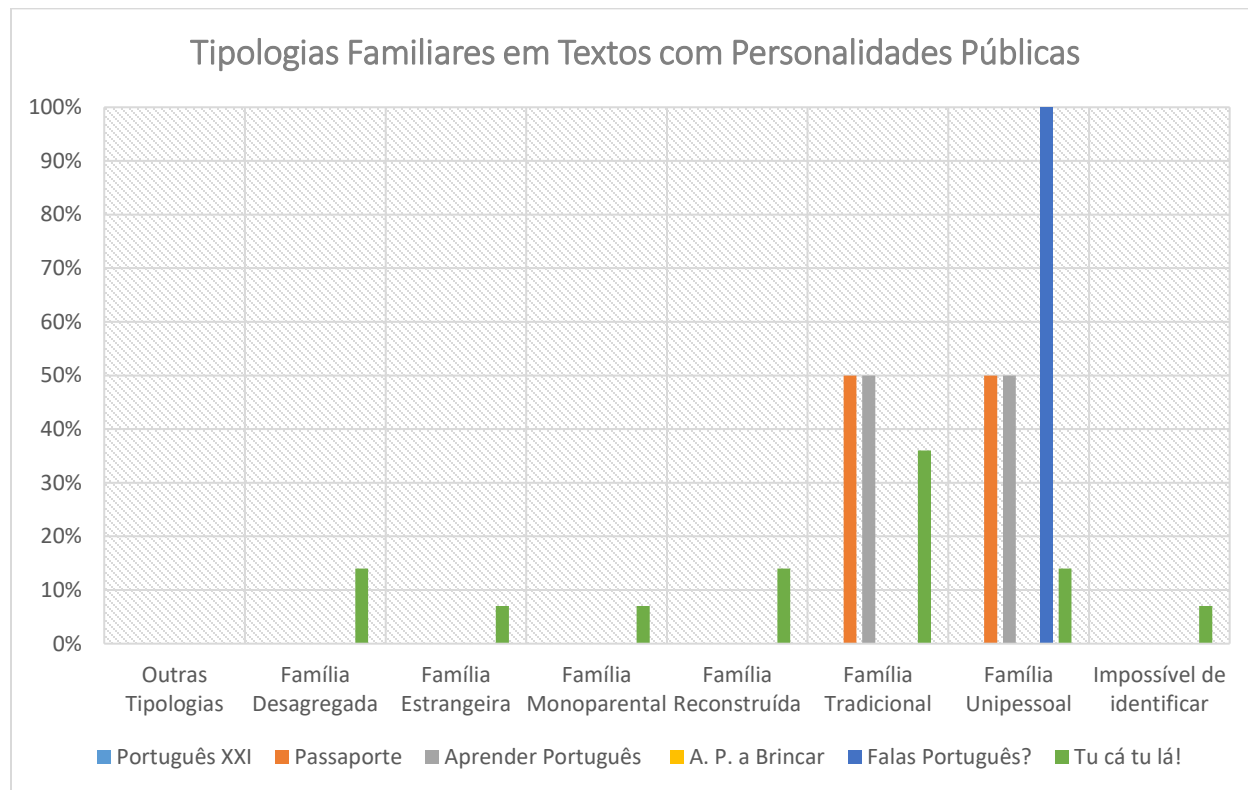


Gráfico 17: Tipos Familiares em Textos com Personalidades Públicas

Representações e o papel das personagens protagonistas na estrutura familiar

Como último indicador, verificou-se o papel que as personagens protagonistas desempenham na estrutura familiar. Em primeiro lugar, importa notar que os manuais nos quais foram identificadas mais personagens protagonistas foram o manual *Passaporte*, com um total de 61 personagens protagonistas, o manual *Tu cá tu lá!*, com um total de 40 personagens protagonistas representadas, o manual *Aprender Português*, com 39 personagens protagonistas identificadas, e o manual *Português XXI*, com 30 ocorrências deste tipo de personagem. Com menos personagens

protagonistas, encontram-se os manuais *A. P. a Brincar* e *Falas Português?*, com um total de 16 e 5 personagens, respetivamente.

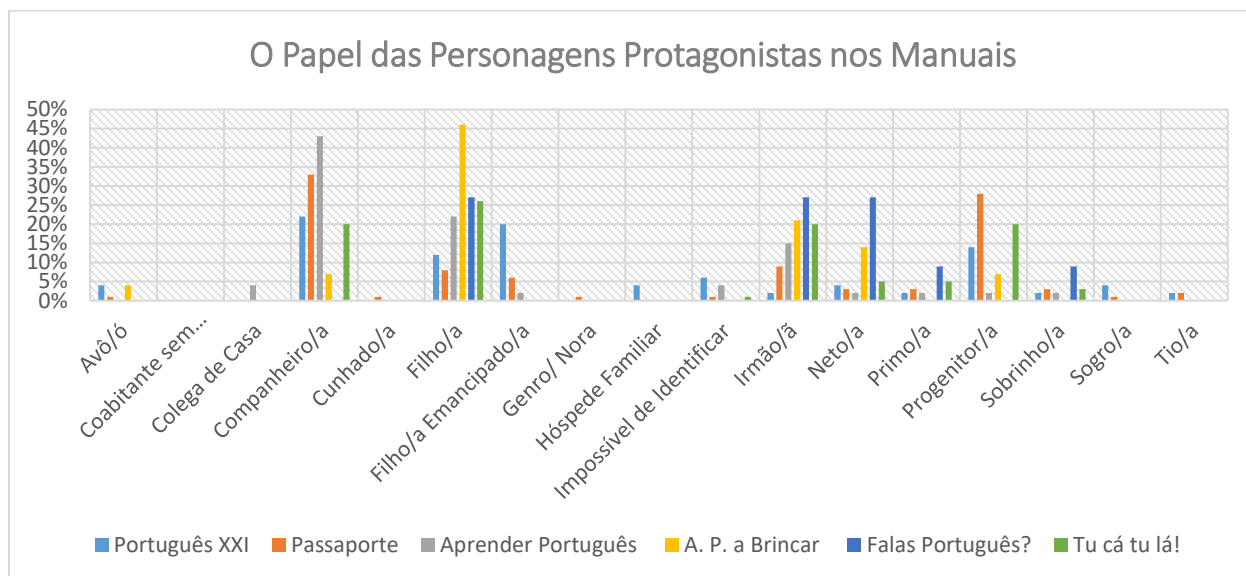


Gráfico 18: O Papel das Personalidades Protagonistas nos Manuais

Como observável no gráfico 18, no manual *Português XXI*, os papéis mais representados são as de *Companheiro/a*, *Filho/a Emancipado/a*, *Progenitor/a* e *Filho/a*, com os valores respetivos de 22%, 20%, 14% e 12%. Com menos ocorrências, surgem os papéis de *Avô/ó*, *Neto/a*, *Sogro/a* e *Hóspede Familiar*, todos com 4%, e os papéis *Irmão/ã*, *Tio/a*, *Primo/a* e *Sobrinho/a*, com 2% face ao total de papéis representados por personagens protagonistas. Ainda neste manual, 6% das ocorrências dizem respeito a personagens cujo papel para este indicador familiar foi impossível de identificar. Os restantes tipos de papéis apresentam valores percentuais nulos neste manual.

Também no manual *Passaporte*, o papel de *Companheiro/a* surge como o mais representado, correspondendo a 33% do total de papéis representados pelas personagens protagonistas. Entre os mais representados neste manual, está também o papel de *Progenitor/a*, com 28% face ao total. Menos expressivos são os papéis de *Irmão/ã*, com 9%, *Filho/a*, com 8%, *Filho/a Emancipado/a*, com 6%, *Neto/a*, com 3%, *Primo/a*, com 3%, *Sobrinho/a*, com 3%, *Tio/a*, com 2% e *Avô/ó*, *Genro/ Nora*, *Cunhado/a* e *Sogro/a*, todos com 1%. Também com 1% se verifica a variável *Impossível de Identificar*. Os restantes papéis apresentam valores percentuais nulos neste manual.

No manual *Aprender Português*, verifica-se, uma vez mais, a preponderância do papel de Companheira, ocupando aqui 43% face ao total de papéis veiculados pelas personagens protagonistas, o papel com valores percentuais mais elevados comparativamente com os outros manuais. Também em destaque neste manual revelam-se os papéis Filho/a e Irmão/ã, com 22% e 15%, respetivamente. Menos representados são os papéis Colega de casa, apenas verificável neste manual com 4%, e Progenitor/a, Filho/a Emancipado/a, Neto/a, Primo/a e Sobrinho/a, todos com 2% face ao total de papéis representados por personagens protagonistas. Quanto a papéis inseridos na variável Impossível de Identificar, neste manual existe a correspondência de 4%. Os restantes papéis apresentam valores percentuais nulos neste manual.

No manual *A. P. a Brincar*, o papel Filho/a surge de forma esmagadora, contando que 46% das personagens protagonistas representadas se inserem neste papel. Com 21% e 14%, surgem os papéis Irmão/ã e Neto/a, respetivamente. Os papéis menos representadas neste manual são os de Companheiro/a e Progenitor/a, ambos com 7% e o de Avô/ó, com o correspondente a 4%. Os restantes papéis apresentam valores percentuais nulos neste manual.

Quanto ao manual *Falas Português?*, também o papel Filho/a surge como o mais representado, a par com o de Irmão/ã e Neto/a, todos com ocorrências correspondentes a 27% face ao total de papéis veiculados pelas personagens protagonistas neste manual. Menos representados, ocorrem os papéis Primo/a e Companheiro/a, ambos com um valor percentual de 9%. Os restantes papéis apresentam valores percentuais nulos neste manual.

Por fim, no manual *Tu cá tu lá!*, o papel de Filho/a volta a surgir como o mais representado, contando aqui com 26% de ocorrências. Seguem-se os papéis Companheiro/a, Progenitor/a e Irmão/ã, os três com 20%; os papéis Neto/a e Primo/a, ambos com 5%, e o papel de Sobrinho/a, com 3% das representações. 1% das variáveis representadas pelas personagens protagonistas revelou-se Impossível de Identificar. Os restantes tipos apresentam valores percentuais nulos neste manual.

Elucubrações Finais

Português XXI

O manual *Português XXI*, destinado a um público de adolescentes e adultos, é o segundo dos manuais em estudo com mais páginas com alusões ao tema da família, sendo também o segundo com mais famílias e tipos representados.

Destaca-se, neste manual, a ocorrência privilegiada de famílias de tipo Díade Tradicional com Descendência Emancipada (30%), seguindo-se a Família Tradicional (20%), não sendo de estranhar que os papéis mais representados pelas personagens principais sejam os de “companheiro” e “filho emancipado”, dados que se revelam conformes ao público-alvo do manual. Estes dois tipos surgem como os mais representados quer nos textos monomodais verbais, quer em textos multimodais, não se verificando qualquer texto monomodal visual relacionado com a temática familiar.

Destaque também para a ocorrência, ainda que muito parca, de famílias de tipo Família Unipessoal, Família Hospedeira e Família Desagregada, contribuindo para alguma representatividade de outro tipo de família que não a Família Tradicional, hegemonicamente veiculada nos seis manuais escrutinados. Por outro lado, dos 23 tipos avançados como ângulo de análise, apenas se tornou possível identificar textualmente a representação de 9 diferentes, aspeto que, mesmo admitindo a manutenção do predomínio do tipo de famílias veiculado, poderia ser melhorado com uma distribuição mais alargada nos vários textos que compõem o manual.

Apesar de ser dos manuais com mais representações de famílias, o *Português XXI* é o que se revela mais contido no que respeita à importância do tópico da família, quer na divisão capitular e temática que tipicamente é feita nos manuais, quer na centralidade da família nos textos em que existe algum tipo de representação familiar. O tópico da família surge, não como objeto central da unidade, mas enquanto área lexical/vocabular, ocupando não mais do que duas páginas do capítulo “Faça Exercício!”, o correspondente a 2,5% face ao total de representações familiares do manual. Em contrapartida, a introdução desta secção é muito clara quanto ao peso da família: “A família e as relações familiares são muito importantes para os portugueses”. Importa notar que a epígrafe generalizadora da secção alude a uma única representação da família, considerada tipologicamente neste trabalho como Família Tradicional Alargada. Uma vez mais, considerando a profusão de

famílias representadas neste manual, seria expectável uma maior representatividade de tipos familiares, sobretudo quando se alude à “sociedade portuguesa”. No que concerne à centralidade do tema nos textos com representações familiares, o *Português XXI* é o manual no qual as relações familiares surgem enquanto aspeto mais secundarizado. Contudo, quando verificado que tipo surge mais representado nos textos com centralidade da família, a Família Tradicional predomina largamente, à semelhança do que sucede em todos os manuais em estudo; seria expectável que o manual apresentasse um espetro mais alargado de famílias representadas.

O fosso entre o potencial e a variedade de tipos verificados neste manual alia-se a uma total ausência de personalidades públicas representadas nos textos, aspeto que, como já explorado, contribuiria, ainda que de forma indireta, para uma maior representatividade da família.

Passaporte

O manual *Passaporte*, também destinado a adolescentes e adultos, é, de todos os manuais em estudo, o que mais alusões, textos, representações e tipos familiares apresenta.

Contrariamente ao que sucede com os restantes manuais, a potencialidade de uma representação mais alargada é concretizada, sendo o manual com a maior variedade no que respeita à representação tipológica, contando com 14 tipos diferentes representados de um total de 23, alguns deles exclusivamente verificados neste manual (e.g. Família Múltipla ou Família Acordeão). Existe uma prevalência da Família Estrangeira face às restantes, aspeto que, apesar de corresponder a um tipo tendencialmente cumulativo, vem contribuir para uma ideia de diversidade nas relações familiares. Contudo, no que respeita aos papéis representados pelas personagens principais, o equilíbrio parece pouco conseguido, sendo um manual destinado a adolescentes e adultos, mas apresentando como principais papéis os de Progenitor/a (33%) e Companheiro/a (28%).

O *Passaporte* dedica uma unidade de quatro páginas ao tema da família, apresentando aqui um valor médio de representações, destacando-se, para lá do predomínio da Família Tradicional, a ocorrência dos tipos Família Monoparental e Família Desagregada, aspeto singular entre os manuais estudados numa unidade em que a importância da família é declarada.

Destaca-se também o facto de este manual ser o que mais variedade de tipos familiares apresenta nos textos em que a família surge de forma centralizada, denotando uma maior preocupação na escolha dos tipos de família que integram os textos.

Outra questão de relevo é a abundância de personalidades públicas encontradas neste manual (47% face ao total de representações), muitas das quais veiculadoras de tipos familiares não encontrados em textos de personagens ficcionais, confirmando-se o potencial representacional destas personalidades.

Apesar de muitas das representações não tradicionalistas neste manual resultarem da representação de personalidades públicas, cabe notar que algumas delas não provêm deste tipo de representação indireta, existindo casos de personagens ficcionais que representam famílias de tipo Família Múltipla, Família Desagregada Família Acordeão, entre outras.

Aprender Português

Também destinado a um público de adolescentes e adultos, o manual *Aprender Português*, encontra-se entre os três manuais com maior quantidade de alusões, textos, representações e tipos familiares.

Há, à semelhança do que sucede com o manual *Português XXI*, um desfasamento face à quantidade de famílias representadas e quanto à variedade tipológica, uma vez que dos 23 tipos usados como ângulo de estudo neste trabalho, o manual apenas apresenta 9, verificando-se um largo domínio da Família Tradicional (36%) e Díade Tradicional (18%). Como ponto positivo neste manual, destaca-se a ocorrência de uma família considerada de tipo Família Comunitária e outra de tipo Família de Coabitação sem Parentesco.

Verifica-se também que os dois papéis mais representados nas personagens protagonistas são os de “Companheiro” (43%) e “Filho” (22%), o que denota um evidente desequilíbrio considerando os dois segmentos do público-alvo que o manual pretende abarcar.

Um dos aspetos que mais se evidencia neste manual é a marcada importância atribuída à família e à casa, sendo destinada a estas duas variáveis uma unidade temática de 9 páginas intitulada Relações Familiares e Habitação, onde não só se reitera a supremacia dos tipos Família Tradicional e Família Tradicional Alargada, como é explicitamente veiculada a ideia de uma família portuguesa de tipo tradicional alargada que, vivendo conjuntamente, deve, segundo o que

é afirmado no manual, ter uma habitação de grandes dimensões. Além do título, a unidade é acompanhada por um elemento visual presente em diversos pontos da unidade, que representa, à semelhança dos outros textos aqui veiculados, uma família de tipo tradicional. Outro aspeto que comprova uma forte importância da família neste manual é o facto de, na maioria dos textos (69%), se verificar a representação familiar como um objeto central, representando-se aqui de forma esmagadora os tipos de família tradicionalistas.

Apesar de pouco abundante em elementos textuais visuais, também nos textos multimodais a representação da Família Tradicional é inequivocamente privilegiada, sendo que 80% dos textos correspondem a este tipo de família e os restantes (cumulativos) a famílias de tipo estrangeira, uma vez mais reforçando-se a primazia dada a um modelo familiar tradicionalista.

No que concerne à existência de personalidades públicas, as duas ocorrências verificadas (Beethoven e Mozart), apesar de válidas, não só fazem parte de um período histórico mais distante, como as informações acerca de aspetos da esfera privada são pouco mediatizadas, revelando-se pouco eficazes do ponto de vista de um poder referencial no tema da família.

Como nota final, entende-se que seria adequada uma revisão do manual quanto à temática da família, dado que, não obstante sucessivas reedições desde 2006, o manual se mantém praticamente inalterado, tornando-se cada vez mais evidente a existência de conteúdos socioculturais obsoletos.

A. P. a Brincar

O manual *A. P. a Brincar*, destinado a um público infantil, é dos manuais onde a família surge menos representada, tornando mais significativa cada ocorrência.

De todos os manuais, este é o que apresenta a maior percentagem de famílias de tipo tradicionalista (69% referente à Família Tradicional e 15% à Família Tradicional Alargada), sendo os dois tipos mais veiculados quer em todo o manual, quer na unidade temática dedicada à família, onde ocupam a totalidade das representações. Acresce o facto de ser também o manual com menor variedade tipológica, uma vez que dos 23 tipos apenas se verifica a ocorrência de apenas 4.

Contudo, não é viável falar numa falta de importância atribuída à família neste manual, visto que ao longo do manual surgem diversos textos visuais (muitos deles repetidos) com representações e alusões familiares, além de mais de metade dos textos com representações

integrarem o tema da família como um dos objetos centrais. Facto é que os textos multimodais correspondem a metade das ocorrências da representação da família no manual, sendo, sem grandes surpresas, os tipos Família Tradicional e Família Tradicional Alargada os mais representados.

A presença de personalidades públicas poderia servir de representação indireta de outros tipos familiares, mas tal não acontece uma vez que o manual não faz qualquer menção a esse tipo de personalidades; pelo contrário privilegia-se uma componente visual assente no cliché da família tradicional reunida à mesa ou num monovolume conduzido pelo pai.

Um aspeto positivo neste manual é a congruência face ao seu público-alvo, dado que a esmagadora maioria dos papéis representados pelas personagens protagonistas correspondem àqueles normalmente associados a crianças (e.g. “Filho”, “Irmão” e “Neto”).

Em suma, apesar de sucinto em extensão e representações familiares, o manual aborda a família como um dos seus principais temas, não existindo, contudo, uma variação tipológica para lá da tradicionalista. Sendo um manual destinado a um público infantil, e considerando a importância que a perceção da família tem na formação da personalidade, seria expectável uma maior representatividade tipológica, sendo este o aspeto mais negativo do manual.

Falas Português?

O manual *Falas Português?*, destinado a um público juvenil, apesar de apresentar valores médios em alusões, é o que apresenta menos representações familiares dado que a maioria delas gira em torno de um pequeno conjunto de jovens personagens apresentadas no início do manual.

Também neste manual, os tipos de pendor tradicionalista predominam, salientando-se que a maioria das representações familiares ocorre em textos multimodais, mas também em textos em que a família surge como objeto central, acentuando-se o peso deste tipo de famílias no manual.

As personagens protagonistas adequam-se ao público do manual, surgindo *grosso modo* na pele de “Filho”, “Irmão” e “Neto”. A voz dos textos é essencialmente a dos jovens que, ligados por uma narrativa que os apresenta enquanto colegas de escola, interagem em diferentes contextos, entre os quais o do espaço doméstico e familiar.

A única personalidade pública encontrada no manual (Eugénio de Andrade) é dada a conhecer por via de um texto monomodal verbal, que representa a única família de pendor não

tradicionalista do manual, reforçando-se a ideia de que a integração de personalidades públicas pode, consciente ou inconscientemente, contribuir para uma expansão das possibilidades de representação.

Apesar de ter uma data de edição bastante recente (2015) e de se revelar integrador quanto a outras temáticas marginais no âmbito deste trabalho (etnia, deficiência física, etc.), o manual revela-se pouco representativo no que concerne à família, retomando-se a necessidade de uma integração mais comprometida com a realidade familiar.

Tu cá tu lá!

Apesar de extenso, o manual *Tu cá tu lá!*, destinado a um público jovem que aprende português no estrangeiro, não se revelou muito prolixo em alusões e representações familiares, sendo, no entanto, dos manuais com maior variedade tipológica, ao fazer representar 11 dos 23 tipos familiares. Ainda assim, assiste-se a um domínio muito desequilibrado da Família Tradicional (43%) face aos restantes tipos de família.

À semelhança do *Falas Português?*, a maioria das narrativas sucede em torno de um pequeno grupo de colegas que interagem em diferentes contextos, justificando as poucas ocorrências de representações familiares.

Não parece existir um grande enfoque na temática familiar, dado que o tema da família surge como campo lexical de outra unidade, ocorre minoritariamente como objeto central dos textos com representações familiares e 41% do total de representações correspondem a personalidades públicas, significando uma representação indireta do tema.

A par com o *Passaporte*, este é um dos manuais que mais personalidades públicas faz representar, alargando deste modo as possibilidades de variação tipológica, ao integrar, por exemplo, famílias de tipo Família Desagregada. Este aspeto tem particular importância em manuais dedicados a um público jovem, no qual o poder referencial pode desempenhar um papel mais efetivo. Também no que concerne ao papel das personagens protagonistas parece existir uma boa adequação, predominando o papel de Filho/a.

Apesar de mais diverso no que toca a tipos familiares dentro do conjunto de manuais não destinados a adultos, o manual, que diz privilegiar o intercâmbio cultural, poderia ser mais representativo de outras realidades familiares. A família surge, regra geral, secundarizada, aspeto

que, não sendo necessariamente negativo, poderia converter-se num espaço de representação sociocultural mais abrangente, retomando-se, uma vez mais, a necessidade de comprometimento contra o estereótipo num tema diretamente ligado ao projeto de construção individual.

Conclusão

Os principais objetivos deste trabalho passavam pela resposta às seguintes perguntas: **i)** qual a preponderância da temática familiar nos MPLE?; **ii)** que tipos de famílias são representadas nestes manuais?; **iii)** considerando a realidade social portuguesa, existe, ou não, uma perspetiva de comprometimento social quanto à temática da família nos MPLE?

Como ponto de partida, foi fornecido ao leitor um enquadramento que dá conta da importância do manual escolar enquanto objeto concreto de fixação do conhecimento, mas também enquanto fonte potencial de modelação de uma ideologia social, relevando-se a importância do permanente aperfeiçoamento. Num segundo momento, procurou-se demonstrar as mudanças ocorridas nas estruturas de organização familiar, tomando os dados sobre a família portuguesa como exemplo dessas transformações. Os dois primeiros capítulos foram redigidos com o propósito essencial de fundamentar as três perguntas de investigação que orientaram esta investigação.

No terceiro capítulo, procurou-se dar a conhecer ao leitor a metodologia de análise utilizada para a análise quantitativa levada a cabo, com vista a responder às perguntas de investigação previamente estabelecidas. Por fim, no quarto capítulo, realizou-se uma descrição dos resultados obtidos, permitindo uma reflexão e uma resposta às perguntas que motivaram esta investigação.

Cabe notar, em primeiro lugar, a dificuldade de estudo sobre um tema de cada vez mais difícil delimitação, dado o positivo alargamento que a noção de família tem vindo a adquirir. Em segundo lugar, destaque para a complexidade inerente à classificação de muitos dos textos com alusões familiares, particularmente os textos monomodais visuais, alguns dos quais criteriosamente excluídos enquanto representação, pela busca de uma visão imparcial sobre o tema. Uma terceira dificuldade prendeu-se com a determinação sobre os tipos familiares a que correspondem as representações de personalidades públicas, dado o diferente grau de mediatismo que cada uma delas assume no que respeita à vida familiar e à falta de informação sobre alguns aspetos relevantes para a determinação tipológica (e.g. situação doméstica).

Não obstante estas dificuldades, considera-se que o objetivo central deste trabalho foi cumprido, possibilitando conclusões relacionadas com a preponderância do tema da família nos manuais de PLE, assim como o desenvolvimento de uma reflexão sobre o compromisso dos MPLE

no sentido do aperfeiçoamento de conteúdos no âmbito de temáticas marcadas pela presença de estereótipos e ideologias sociais, como é o caso da temática da família, aqui analisada.

No que respeita ao tema da família nos manuais em estudo, verificou-se em todos uma confirmação inequívoca da sua preponderância, cada um deles integrando de forma efetiva, como proposto no *QECRL* (2011), aquele que é um dos conteúdos básicos de comunicação para este nível de competência linguística. A existência de manuais destinados a diferentes públicos veio contribuir para uma conclusão panorâmica sobre a relevância que a temática familiar assume no conjunto de amostras estudadas. Verificou-se que existe uma grande discrepância entre o número de alusões e representações efetivas da família nos manuais, aspeto que não deixa de ser compreensível, tendo em conta o caráter primário e transversal das relações familiares, que configuram, por isso, um dos temas óbvios na construção de segmentos textuais mais incompletos.

No que respeita ao tipo de famílias representadas, sob diferentes ângulos de análise, verificou-se um predomínio generalizado de tipos familiares de pendor tradicionalista, apesar de alguns avanços mais ou menos significativos na representação de tipos de família normalmente não representados, em particular no manual *Passaporte*. As famílias estrangeiras surgem representadas de forma equilibrada na generalidade dos manuais; contudo, cabe notar a inexistência de qualquer família marcada por uma relação afetiva homossexual, uma realidade minoritária que tem vindo a conquistar direitos e relevo social, ainda que muito marcada pelo estereótipo, e em relação à qual os manuais de língua, enquanto fontes e veículos de valores e ideologias socioculturais, deveriam desempenhar um papel de maior comprometimento.

Uma das conclusões mais interessantes deste estudo resulta da determinação do tipo de famílias consideradas nos textos com personalidades públicas, verificando-se que nestas representações, necessariamente vinculadas à narrativa do real, existe uma variedade tipológica muito mais ampla do que nas narrativas ficcionais, contribuindo para o enriquecimento dos manuais do ponto de vista do potencial de representação. Por outras palavras, isto significa que os excertos de realidade, ainda que de forma indireta, contrastam largamente com as personagens e narrativas ficcionais, admitindo-se a necessidade de inclusão de personagens mais vinculadas com realidade.

Considerando o que é dito no Capítulo 2 sobre o desenvolvimento das estruturas familiares, cabe notar uma falta de correspondência dos manuais com as múltiplas nuances que compõem a realidade familiar portuguesa, representando-se nos manuais, *grosso modo*, estruturas familiares

simplistas marcadas por dinâmicas estereotipadas e obedientes a uma narrativa social padronizada da vida doméstica e familiar. Apesar de em alguns dos textos existir um esforço notório de representação de outras realidades familiares que não as de pendor tradicionalista, sobretudo no manual *Passaporte*, os MPLE são, em geral, pouco comprometidos com a desagregação de estereótipos associados à família, contribuindo até, em muitas situações, para a sua perpetuação.

Propõe-se a participação de diferentes áreas do saber, como a sociologia, a estatística, a filosofia ou a economia, na produção de materiais didáticos mais realistas e comprometidos com problemáticas sociais básicas, contribuindo assim para a construção de um conhecimento com significado e potencial transformador, oposto a uma ficção, não raro, excessivamente marcada por modelos associados a uma ideia de felicidade social.

Devemos questionar-nos: que percepção tem um aluno estrangeiro sobre a família portuguesa baseando-se no que conhece dos manuais? Dir-se-ia que tem uma percepção nem sempre condizente com a realidade. Podemos dizer que os manuais, e os materiais didáticos em geral, se dividem em três graus de desenvolvimento: o primeiro, atrasado face à realidade; o segundo, subsidiário da realidade, epígono, um espelho fiel do enquadramento social vigente; e o terceiro, enquanto elemento de transformação social, vanguardista, eminentemente representativo e ideologicamente comprometido. Os MPLE situar-se-ão, atualmente, entre o primeiro e o segundo grau, existindo, por isso, um grande trabalho a fazer. De realçar o papel que o professor pode desempenhar em sala de aula, motivando um olhar crítico sobre os conteúdos socioculturais presentes nos manuais, independentemente da ideologia neles veiculada.

Conclui-se com a resposta à pergunta: “Qual é a importância da representação família no ensino e aprendizagem de uma LE?”. Se se entender a aprendizagem de uma língua como a interiorização do conjunto de regras que compõem o código linguístico, a resposta parece pouco evidente; contudo, se considerada como parte de um contexto ou conjunto de contextos (e.g. situacionais ou sociais) a resposta revela-se inevitavelmente límpida. Torna-se fundamental ter em conta que o ensino e aprendizagem de uma língua são indissociáveis de tudo o que com ela se faz em sociedade, sendo os recursos usados no processo de ensino e aprendizagem simultaneamente forma e conteúdo, partida e chegada do conhecimento linguístico, social e cultural. Os manuais, e outros materiais de aprendizagem, constituem reconhecidamente uma fonte inestimável de poder social, contribuindo para a sedimentação ou dissolução de estereótipos. O que está em causa é muito mais do que fazer dos manuais uma mimese do real, está em causa tomar vantagem do seu

potencial transformador, a partir de escolhas socialmente comprometidas. Tanto os professores como os alunos, como os próprios materiais de ensino e aprendizagem, devem cultivar valores universais integradores, representativos e motivados por um ímpeto insanável de problematização, sob pena de se fazer do ensino de língua estrangeira uma mera ferramenta para a fronteira que menos nos divide – a linguagem.

Referências Bibliográficas

- ABOIM, S. (2002). Perfis de coabitação em Portugal: percursos, contextos e orientações. *Actas do Colóquio Internacional Família, Género e Sexualidade nas Sociedades Contemporâneas*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 121-131.
- ABOIM, S. (2006). *Conjugalidades em mudança: percursos e dinâmicas da vida a dois*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- ABOIM, S. (2013). Família e atitudes sociais: Portugal no contexto europeu. *20 Anos de opinião pública em Portugal e na Europa*, 12-17. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- AGUIAR E SILVA, V. M. (1986). *Teoria da Literatura*. 7ªed. Coimbra: Livraria Almedina.
- ALLWRIGHT, R. L. (1981). What do we want teaching materials for?. *ELT Journal*, 36(1),5-18.
- AMARO, F. (2004). A família portuguesa. Tendências actuais. *Cidade Solidária*, 14, 2-5.
- ARABSKI, J., e WOJTASZEK, A. (Eds) (2011). *Aspects of Culture in Second Language Acquisition and Foreign Language Learning*. London: Springer.
- ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA (2005) *Constituição Da República Portuguesa*. [Consult.14 de abril de 2017]. Disponível em <http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>
- BASTO, J. (2015). *A Representação De Género Em Manuais Escolares Do Ensino Primário Do Estado Novo*. Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Artes e Design de Matosinhos.
- BELTRÃO, P. C. (1989). *Sociologia della famiglia contemporanea*. Roma: PUG.
- BORDALO, P., K. COFFMAN, N. GENNAIOLI, e A. SHLEIFER (2016). Stereotypes. *The Quarterly Journal of Economics*, 131(4), 1753–1794.
- BORNSTEIN, M .H. (Ed.) (1991). *Cultural approaches to parenting*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- BOZON, M. (2003). Sexualidade e conjugalidade: A redefinição das relações de género na França contemporânea. *Cadernos Pagu*, 20, 131-156.
- BOZON, M. (2012). As Minorias Sexuais São o Futuro da Humanidade?. *Passages de Paris*, 7, 23–33.
- BRUGEILLES, C. e CROMER, S. (2009). *Promoting Gender Equality through Textbooks: A Methodological Guide*.
- BUCHOLTZ, M. e HALI, K. (2005). Identity and Interaction: A Sociocultural Linguistic Approach. *Discourse Studies*, 7(4-5), 585–614.

- CANALE, M. e SWAIN, M. (1980). *Theoretical bases of communicative approaches to second language teaching and testing*. Oxford University Press.
- CANIÇO, H. (2014). *Os Novos Tipos De Família e Novo Método De Avaliação em Saúde da Pessoa – APGAR Saudável*, I. Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.
- CARVALHO, A. D. e FADIGAS, N. (2007). *O Manual Escolar no Século XXI–Estudo Comparado da Realidade Portuguesa no Contexto de alguns Países Europeus*. Porto: Observatório dos Recursos Educativos.
- CASTELEIRO, J. M. (Dir. e Coord.), OLIVEIRA, C., BALLMANN, M. J., COELHO, M. L. (2016). *Aprender Português 1. Português para Estrangeiros*. Lisboa: Texto Editores. (1.^a ed.). 7^a Tiragem.
- CHAVES, M. (2013). Direitos em doses homeopáticas: a situação jurídica das famílias homoafetivas em Portugal. *IV Colóquio Internacional de Doutorandos/as do CES*, 6-7 dezembro. Cabo dos Trabalhos.
- CHOPPIN, A (2004). História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. *Educação e Pesquisa*, 30(3), 549-566. São Paulo: FEUSP.
- CHOPPIN, A. (2008). Le manuel scolaire, une fausse évidence historique. *Histoire de l'éducation*, 117, 7-56.
- CIE.ORG.UK. (2017). *Implementing The Curriculum With Cambridge*. [online]. [Consult. 01 de janeiro de 2017]. Disponível em: <http://www.cie.org.uk/teaching-and-learning/implementing-the-curriculum-with-cambridge/>
- COELHO, S. (2015). *O desenvolvimento da competência intercultural em manuais de Português Língua Estrangeira*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- COSTA, R. P. (2011). *Pequenos e Grandes Dias. Os Rituais na Construção da Família Contemporânea*. Tese de Doutoramento em Ciências Sociais, área de especialização: Sociologia Geral, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL)
- COUNCIL OF EUROPE 2010. *Charter on Education for Democratic Citizenship and Human Rights Education*. Strasbourg: Council of Europe.

- DELGADO, A., WALL, K. (Eds.) (2014). *Famílias nos censos 2011: diversidade e mudança*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística / Imprensa de Ciências Sociais.
- DIAS, A. (2009). *Da pedagogia intercultural em manuais de LE para os níveis A1/A2*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- DIAS, M.O. (2000). A família numa sociedade em mudança problemas e influências recíprocas. *Gestão e Desenvolvimento*, 9, 81-102.
- DUARTE, A. (2013). *A Atração Da Educação: O Impacto do Estereótipo Nacional na Intenção de Escolha do Destino de Estudo no Contexto do Ensino Superior Europeu: O Caso de Portugal*. Tese de Doutoramento, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.
- EUROPEAN COMMISSION (2001). *Communication from the Commission: Making a European area of lifelong learning a reality*. Brussels: European Commission.
- FERREIRA, P. M. (2004). *Tendências de mudança no casamento em Portugal – uma sociografia dos últimos vinte anos*. Coimbra: Instituto de Ciências Sociais
- FFMS (2016). *Retrato de Portugal na Europa*. [Consult. 10 de dezembro de 2016]. Disponível em <http://www.pordata.pt/ebooks/EU2016v20161001/mobile/index.html#p=1>
- FFMS (2017a). Taxa bruta de nupcialidade - Portugal. *PORDATA – Portugal, População, Casamentos e Divórcios*. [Consult. 26 de junho de 2017]. Disponível em <http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+bruta+de+nupcialidade-530>
- FFMS (2017b). Idade média ao primeiro casamento, por sexo. *PORDATA – Portugal, População, Casamentos e Divórcios*. [Consult. 26 de junho de 2017]. Disponível em <http://www.pordata.pt/Portugal/Idade+m%c3%a9dia+ao+primeiro+casamento++por+sexo-421>
- FFMS (2017c). Casamentos entre pessoas do sexo oposto: total, por estado civil anterior do cônjuge do sexo feminino e forma de celebração. *PORDATA – Portugal, População, Casamentos e Divórcios*. [Consult. 26 de junho de 2017]. Disponível em <http://www.pordata.pt/Portugal/Casamentos+entre+pessoas+do+sexo+oposto+total++por+estado+civil+anterior+do+c%c3%b4njuge+do+sexo+feminino+e+forma+de+celebra%c3%a7%c3%a3o-2134>
- FFMS (2017d). Casamentos entre pessoas do sexo oposto: total, por estado civil anterior do cônjuge do sexo masculino e forma de celebração. *PORDATA – Portugal, População, Casamentos e Divórcios*. [Consult. 25 de junho de 2017]. Disponível em

<http://www.pordata.pt/Portugal/Casamentos+entre+peoos+do+sexo+oposto+total++por+estado+civil+anterior+do+c%3%b4njudge+do+sexo+masculino+e+forma+de+celebra% c3%a7%c3%a3o-2124>

- FFMS (2017e). Casamentos - Portugal. *PORDATA – Portugal, População, Casamentos e Divórcios*. [Consult. 26 de junho de 2017]. Disponível em <http://www.pordata.pt/DB/Portugal/Ambiente+de+Consulta/Tabela>
- FFMS (2017f). Número de divórcios por 100 casamentos. *PORDATA – Portugal, População, Casamentos e Divórcios*. [Consult. 26 de junho de 2017]. Disponível em <http://www.pordata.pt/Portugal/N%c3%b4mero+de+div%c3%b3rcios+por+100+casamentos-531>
- FFMS (2017g). Taxa Bruta de Natalidade. *PORDATA Portugal, População, Nascimentos e Fecundidade*. [Consult. 26 de junho de 2017]. Disponível em <http://www.pordata.pt/DB/Portugal/Ambiente+de+Consulta/Gr%C3%A1fico>
- FFMS (2017h). Idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho. *PORDATA Portugal, População, Nascimentos e Fecundidade*. [Consult. 26 de junho de 2017]. Disponível em <http://www.pordata.pt/Portugal/Idade+m%c3%a9dia+da+m%c3%a3e+ao+nascimento+d o+primeiro+filho-805>
- FFMS (2017i). Nados-vivos fora do casamento, com coabitação e sem coabitação dos pais (%). *PORDATA Portugal, População, Nascimentos e Fecundidade*. [Consult. 26 de junho de 2017]. Disponível em [http://www.pordata.pt/Portugal/Nados+vivos+fora+do+casamento++com+coabita% c3%a7%c3%a3o+e+sem+coabita% c3%a7%c3%a3o+dos+pais+\(percentagem\)+-620](http://www.pordata.pt/Portugal/Nados+vivos+fora+do+casamento++com+coabita% c3%a7%c3%a3o+e+sem+coabita% c3%a7%c3%a3o+dos+pais+(percentagem)+-620)
- FFMS (2017j). Nados-vivos de mães residentes em Portugal: total e de pais com filhos anteriores não comuns (%). *PORDATA Portugal, População, Nascimentos e Fecundidade*. [Consult. 26 de junho de 2017]. Disponível em <http://www.pordata.pt/Portugal/Nados+vivos+de+m%c3%a3es+residentes+em+Portugal +total+e+de+pais+com+filhos+anteriores+n%c3%a3o+comuns-2575>
- FFMS (2017k). Nados-vivos de mães residentes em Portugal: total e por nacionalidade da mãe (%). *PORDATA Portugal, População, Nascimentos e Fecundidade*. [Consult. 26 de junho de 2017]. Disponível em

<http://www.pordata.pt/Portugal/Nados+vivos+de+m%C3%A3es+residentes+em+Portugal+total+e+por+nacionalidade+da+m%C3%A3e-2512>

- HAMILTON, D. (1990). What is a textbook?. *Paradigm*, 3.
- HARPER, G.H. (1980). Textbooks: an under-used Source. *History of Education Society Bulletin*, 25, 31.
- HERSKOVITS, M. J. (1972). *Cultural relativism: Perspectives in cultural pluralism*. New York: Random House.
- HILLIARD A. D. (2014). A Critical Examination of Representation and Culture in Four English Language Textbooks. *Language Education in Asia*. 5(2), 238-252.
- HUMMEL, C. (1988). School Textbooks and Lifelong Education: An Analysis of Schoolbooks from Three Countries. UIE Monographs 12.
- HUTCHINSON, T., e TORRES, E. (1994). The textbook as agent of change. *ELT Journal*, 48(4), 315-328.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2010), *Módulo ICOR 2010 – Partilha de recursos no seio do agregado doméstico privado 2010: Documento metodológico*. Disponível em <http://smi.ine.pt/UploadFile/Download/528> Consultado a 04 de janeiro de 2017,
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2012a). *Censos 2011: resultados definitivos*, Lisboa: INE.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2012b). *Inquérito às Despesas das Famílias* Lisboa: INE.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2015), *Estatísticas Demográficas 2014*. Lisboa: INE
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2014). *25 de abril - 40 anos de estatísticas*. Lisboa: INE.
- JAGGER, G. E WRIGHT, C. (eds) (1999). *Changing Family Values*. London: Routledge.
- KALLEN, D. (1996). Aprendizagem ao longo da vida em retrospectiva. *Revista Europeia de Formação Profissional*, 8(9), 16-22.
- LIPPMANN, W. (1992). Stereotypes, public opinion, and the press. In: Cohen E.D. (ed.), *Philosophical issues in journalism*. New York: Oxford University Press.
- LITTLEJOHN, A. (1992). *Why are English Language Teaching materials the way they are?*. Doctoral dissertation, University of Lancaster.

- MARGOLIS, E. (2001). *The hidden curriculum in higher education*. New York & London: Routledge.
- MARTINS, R. M. e RODRIGUES, M. L. (2004). Estereótipos sobre idosos: uma representação social gerontofóbica. *Millenium*. Revista do ISPV, 29, 249-25.
- MEIRA, A. M. G. (2011) *Acção do contexto nos estereótipos: influência e limites*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa. Lisboa.
- MORGADO, J. C. (2004). *Manuais escolares: contributo para uma análise*. Porto: Porto Editora.
- MURDOCK, G. (1949). *Social structure*. New York: Free Press. [online]. Disponível em <https://archive.org/stream/socialstructurem00murd#page/n25/mode/2up>
- MURRAY, T.S., R. DESJARDINS, S. COULOMBE e J. F. TREMBLAY (2009). *The Economic Dimensions of Literacy in Portugal: A Review*. Lisboa: GEPE/Ministério da Educação.
- NELSON, H. L. (Ed.) (1997). *Feminism and Families*. New York: Routledge.
- NICHOLLS J. (2003). Methods in School Textbook Research, *International Journal of Historical Learning, Teaching and Research*, 3(2), 11-26.
- OATES, T. (2014). *Why textbooks count. A policy paper*. Cambridge: University of Cambridge.
- OLÁH, L. (2015). Changing families in the European Union: Trends and policy implications. In: *United Nations Expert Group Meeting “Family policy development: Achievements and challenges” in New York, May 14–15*.
- O'NEILL, R. (1982). Why use textbooks?. *ELT Journal*, 36(2), 104-111. Oxford: Modern English Publications.
- PARSONS, T. (1951). *The Social System*. London: Routledge & Kegan Paul Ltd.
- PERRENOUD, P. (1995). *Ofício de aluno e sentido do trabalho escolar*. Porto: Porto Editora.
- PETERSON, B., e COLTRANE, B. (2003). Culture in second language teaching. *Cal Digest*, 3(9), 1-6.
- PINGEL, F. (2010). *Guidebook on textbook research and textbook revision*. UNESCO.
- RAVEN, B. H. e FRENCH JR. R. P. (1958). Legitimate Power, Coercive Power, and Observability in Social Influence. *Sociometry*, 21(2), 83-97.
- REINDERS, H. e BALÇIKANLI, C. (2011). Do classroom textbooks encourage learner autonomy?. *Novitas-ROYAL (Research on Youth and Language)*, 5(2), 265-272.
- RICHARDS, J. C. (2006). *Communicative Language Teaching Today*. New York: Cambridge University Press.

- RISAGER, K. (1991). Cultural References in European Textbooks: An Evaluation of Recent Tendencies. In: D. BUTTJES. e M. BYRAM (Eds), *Mediating languages and cultures*. Clevedon: Multilingual Matters.
- RISAGER, K. (2012). Introduction: Intercultural Learning: Raising Cultural Awareness. In: M. EISENMANN E T. SUMMER (Eds.), *Basic issues in EFL Teaching and Learning*. Heidelberg: Universitätsverlag Winter GmbH.
- ROSA, M. J. e CHITAS, P. (2010). *Portugal: os números*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- ROUSSEL, L. (1992). O Futuro da Família. *Sociologia - Problemas e Práticas*, 11, 165-179.
- SANTOS, F. (2008). Perfis de Coabitação no Portugal Contemporâneo. *VI Congresso Português de Sociologia – Mundos Sociais: Saberes e Práticas*. Universidade Nova de Lisboa.
- SARACENO, C. (2003). *Sociologia da Família*. Lisboa: Editorial Estampa.
- SATRIS, S. (2000). *Taking Sides: Clashing Views on Controversial Moral Issues*. Guilford: Dushkin McGraw Hill.
- SHELDON, L. (Ed.). (1987). *ELT textbooks and materials: problems in evaluation and development*. Modern English Publications.
- SHELDON, L. (1988). Evaluating ELT Textbooks and Materials. *ELT Journal*, 42 (4), 237-246.
- SILVA, T. T. (2000). A produção social da identidade e da diferença. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. *Petrópolis: Vozes*, 73-102.
- SOUSA, M. R. (2012). *A representação do outro nos manuais escolares - uma abordagem multimodal*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- TORRES, A. (1996). *Divórcio em Portugal: Ditos e Interditos*. Oeiras: Celta Editora.
- TRONCOSO, C. R. (2010). The effects of language materials on the development of intercultural competence. In: TOMLINSON, B. e MASUHARA, H (Eds.). *Research for materials development in language learning: Evidence for best practice* (pp. 83–102). London: Continuum.
- TRONCOSO, C. R. (2012). Language teaching materials as mediators for ICC development: a challenge for materials developers. *Signo y pensamiento* 31(60), 130–154.
- UNESCO (2005). *A Comprehensive Strategy for Textbooks and Learning Materials*. Paris: UNESCO.

- UNESCO (2014). *Textbooks and Learning Resources: A Global Framework for Policy Development*. Paris: UNESCO.
- VARELA, A. (2008). *Função Pedagógica das Imagens nos Manuais de Português no Ensino Básico em S. Tomé e Príncipe*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- VENCATO, A. P. (2015). Estereótipos acerca de modelos não tradicionais de família em um curso de formação docente. *Áskesis*, 4(1), 9.
- WALL, K. (1993). Elementos sobre a Sociologia da Família em Portugal. *Análise Social*, 28(123-124), 999-1009.
- WEN-CHENG, W., CHIEN-HUNG, L. e CHUNG-CHIEH, L. (2011). Thinking of the Textbook in the ESL/EFL classroom. *English Language Teaching*, 4(2), 91-96
- ZEKOVIĆ, A. S. (2013). *Montenegrin Educational Policy and Sexual Orientation Representation of LGBT Topics in School Curricula and Textbooks*. Podgorica: Centre for Civic Education / Studio MOUSE.

Documentos de Enquadramento

- CONSELHO DA EUROPA (2001). *Quadro Europeu Comum de referência para as línguas – Aprendizagem, ensino, avaliação*. Porto: Edições Asa.
- DECRETO-LEI n.º 261/75. 1975. Ministério da Justiça – Gabinete do Ministro. Diário da República I Série. N.º122 (75-05-27), 733-735.
- DESPACHO n.º 11421/14 de 11 de setembro de 2014 do Ministério da Educação. Diário da República II série N.º 175 [Consult. 20 de março de 2017]. Disponível em http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ManuaisEscolares/2014_despacho_11421.pdf
- LEI n.º 2/16 de 29 de Fevereiro da Assembleia da República. Diário da República I Série. N.º41. [Consult. 01 de março de 2017]. Disponível em https://dre.pt/home/-/dre/73740375/details/maximized?p_auth=RNr6aFyg
- LEI n.º 47/06 de 28 de Agosto do Ministério da Educação. Diário da República I Série. N.º 165 [Consult. 20 de março de 2017]. Disponível em http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ManuaisEscolares/2006_lei_47.pdf

LEI nº 9/10 de 31 de Maio da Assembleia da República. Diário da República I Série. Nº105.

[Consult. 01 de março de 2017]. Disponível em

http://www.dgpj.mj.pt/sections/informacao-e-eventos/2010/lei-n-9-2010-de-31-de/downloadFile/file/L_9_2010.pdf?nocache=1275294938.33

Apêndices

Quadro 5: Páginas com Alusões ao Tema da Família

Manual		<i>Português XXI</i>	<i>Passaporte</i>	<i>Aprender Português</i>	<i>A. P. a Brincar</i>	<i>Falas Português?</i>	<i>Tu cá tu lá!</i>
Total de páginas	Nº	240	264	160	108	126	264
Páginas com Alusões	Nº	91	103	58	25	33	58
	%	37,91%	39,39%	36,25%	23,14%	26,19%	21,96%

Quadro 6: Total de Textos, Representações e Tipos Familiares nos Manuais de PLE

Manual	<i>Português XXI</i>	<i>Passaporte</i>	<i>Aprender Português</i>	<i>A. P. a Brincar</i>	<i>Falas Português?</i>	<i>Tu cá tu lá</i>
Textos com Representações da Família	24	34	25	12	6	17
Representações da Família	39	57	27	13	8	29
Tipos Familiares	44	94	28	13	8	37

Quadro 7: Tipos Familiares Representadas nos Manuais

Tipo	Português XXI		Passaporte		Aprender Português		A. P. a Brincar		Falas Português?		Tu cá tu lá!	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Família Unipessoal	3	7%	4	4%	4	14%	0	0%	1	13%	2	5%
Família Tradicional Alargada	2	5%	1	1%	2	7%	2	15%	1	13%	1	3%
Família Tradicional	9	20%	19	20%	10	36%	9	69%	2	25%	16	43%
Família Reconstruída	0	0%	11	12%	0	0%	0	0%	0	0%	2	5%
Família Múltipla	0	0%	1	1%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Família Monoparental com Descendência Emancipada	0	0%	1	1%	0	0%	1	8%	1	13%	1	3%
Família Monoparental	0	0%	5	5%	0	0%	0	0%	0	0%	1	3%
Família Hospedeira	2	5%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Família Estrangeira	5	11%	29	31%	1	4%	0	0%	0	0%	7	19%
Família Desagregada	1	2%	7	7%	0	0%	0	0%	0	0%	2	5%
Família de Coabitação sem Parentesco	0	0%	0	0%	1	4%	0	0%	0	0%	0	0%
Família de Coabitação com Parentesco	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Família Comunitária	0	0%	0	0%	1	4%	0	0%	0	0%	0	0%
Família com Filhos de Barriga de Aluguer	0	0%	3	3%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Família Adotiva	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Família Acordeão	0	0%	1	1%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Díade Tradicional com Descendência Emancipada	13	30%	3	3%	1	4%	1	8%	2	25%	3	8%
Díade Tradicional	6	14%	5	5%	5	18%	0	0%	0	0%	1	3%
Díade Homossexual com Filhos	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Díade Homossexual com Família Alargada	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Díade Homossexual com Descendência Emancipada	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Díade Homossexual	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Impossível de Identificar	3	7%	4	4%	3	11%	0	0%	1	13%	1	3%
Restantes Tipos	0	0%		0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
TOTAL	44	100%	94	100%	28	100%	13	100%	8	100%	37	100%

Quadro 8: Representações Familiares em Unidades Dedicadas ao Tema da Família

Manual	<i>Português XXI</i>	<i>Passaporte</i>	<i>Aprender Português</i>	<i>A. P. a Brincar</i>	<i>Falas Português?</i>	<i>Tu cá tu lá!</i>
Tema / Subtema	Subtema: <i>A Família</i>	Tema: <i>Tenho um Irmão</i>	Tema: <i>Relações Familiares e Habitação</i>	Tema: <i>A Família</i>	Subtema: <i>Família</i>	Subtema: <i>A Família: Graus de Parentesco</i>
Nº	1	6	4	3	1	1
% *	2,5%	10,5%	14,8%	23%	12,5%	3,4%

* face ao total de Representações por Manual

Quadro 9: Tipos Familiares nas Unidades Dedicadas ao Tema da Família

MANUAIS	<i>Português XXI</i>		<i>Passaporte</i>		<i>Aprender Português</i>		<i>A. P. a Brincar</i>		<i>Falas Português?</i>		<i>Tu cá tu lá!</i>	
	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	% *	Nº.	% *	Nº.	% *	Nº.	% *
Família Tradicional	0	0%	4	57,10%	3	50%	2	66,60%	1	50%	0	0%
Família Tradicional Alargada	1	100%	0	0%	2	33,30%	1	33,30%	1	50%	1	100%
Família Comunitária	0	0%	0	0%	1	16,60%	0	0%	0	0%	0	0%
Família Desagregada	0	0%	1	14,20%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Família Monoparental	0	0%	1	14,20%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Família Tradicional com Descendência Emancipada	0	0%	1	14,20%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Restantes Tipos	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
TOTAL	1	100%	7	100%	6	100%	3	100%	2	100%	1	100%

* face ao total de tipos representados de acordo com o critério

Quadro 10: Representação da Família em Textos Monomodais e Multimodais

	<i>Português XXI</i>		<i>Passaporte</i>		<i>Aprender Português</i>		<i>A. P. a Brincar</i>		<i>Falas Português?</i>		<i>Tu cá tu lá!</i>	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Representação Monomodal Verbal	16	66,67%	21	61,76%	19	76%	5	41,67%	2	33,30%	7	41,18%
Representação Monomodal Visual	0	0%	2	5,88%	2	8%	1	8,33%	0	0%	3	17,65%
Representação Multimodal Verbal e Iconográfica	8	33,33%	11	32,35%	4	16%	6	50,00%	4	66,60%	7	41,18%
TOTAL	24	100%	34	100%	25	100%	12	100%	6	100%	17	100%

Quadro 11: Tipos Familiares nos Textos Monomodais Verbais

Tipo	<i>Português XXI</i>		<i>Passaporte</i>		<i>Aprender Português</i>		<i>A. P. a Brincar</i>		<i>Falas Português?</i>		<i>Tu cá tu lá!</i>	
	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%
Díade Tradicional	4	15%	3	6%	4	19%	0	0%	0	0%	1	20%
Díade Tradicional com Descendência Emancipada	7	27%	1	2%	1	5%	0	0%	0	0%	1	20%
Família Acordeão	0	0%	1	2%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Família Comunitária	0	0%	0	0%	1	5%	0	0%	0	0%	0	0%
Família com Filhos de Barriga de Aluguer	0	0%	1	2%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Família de Coabitação sem Parentesco	0	0%	0	0%	1	5%	0	0%	0	0%	0	0%
Família Desagregada	1	4%	2	4%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Família Estrangeira	3	12%	13	27%	0	0%	6	50%	0	0%	0	0%
Família Hospedeira	1	4%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Família Monoparental	0	0%	4	8%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Família Monoparental com Descendência Emancipada	0	0%	1	2%	0	0%	1	8%	0	0%	0	0%
Família Múltipla	0	0%	1	2%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Família Reconstruída	0	0%	7	15%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Família Tradicional	6	23%	9	19%	6	29%	5	42%	0	0%	3	60%
Família Tradicional Alargada	1	4%	0	0%	2	10%	0	0%	0	0%	0	0%
Família Unipessoal	0	0%	2	4%	3	14%	0	0%	1	50%	0	0%
Impossível de identificar	3	12%	3	6%	3	14%	0	0%	1	50%	0	0%
Restantes Tipos	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
TOTAL	25	100%	48	100%	21	100%	12	100%	2	100%	5	100%

Quadro 12: Tipos Familiares nos Textos Monomodais Visuais

Tipo	Português XXI		Passaporte		Aprender Português		A. P. a Brincar		Falas Português?		Tu cá tu lá!	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Díade Tradicional	0	0%	0	0%	1	50%	0	0%	0	0%	0	0%
Díade Tradicional com Descendência Emancipada	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Família Acordeão	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Família Comunitária	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Família com Filhos de Barriga de Aluguer	0	0%	2	8%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Família de Coabitação sem Parentesco	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Família Desagregada	0	0%	2	8%	0	0%	0	0%	0	0%	2	12%
Família Estrangeira	0	0%	10	40%	0	0%	0	0%	0	0%	1	6%
Família Hospedeira	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Família Monoparental	0	0%	1	4%	0	0%	0	0%	0	0%	1	6%
Família Monoparental com Descendência Emancipada	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Família Múltipla	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Família Reconstruída	0	0%	3	12%	0	0%	0	0%	0	0%	2	12%
Família Tradicional	0	0%	7	28%	0	0%	1	100%	0	0%	8	47%
Família Tradicional Alargada	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Família Unipessoal	0	0%	0	0%	1	50%	0	0%	0	0%	2	12%
Impossível de identificar	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	1	6%
Restantes Tipos	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
TOTAL	0	0%	25	100%	2	100%	1	100%	0	0%	17	100%

Quadro 13: Tipos Familiares nos Textos Multimodais

Tipo	<i>Português XXI</i>		<i>Passaporte</i>		<i>Aprender Português</i>		<i>A. P. a Brincar</i>		<i>Falas Português?</i>		<i>Tu cá tu lá!</i>	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Díade Tradicional	2	11%	2	10%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Díade Tradicional Alargada	1	6%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Díade Tradicional com Descendência Emancipada	6	33%	2	10%	0	0%	1	17%	2	33%	2	13%
Família Acordeão	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Família Comunitária	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Família com Filhos de Barriga de Aluguer	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Família de Coabitação sem Parentesco	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Família Desagregada	0	0%	3	14%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Família Estrangeira	2	11%	6	29%	1	20%	0	0%	0	0%	6	40%
Família Hospedeira	1	6%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Família Monoparental	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Família Monoparental com Descendência Emancipada	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	1	17%	1	7%
Família Múltipla	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Família Reconstruída	0	0%	1	5%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Família Tradicional	3	17%	3	14%	4	80%	3	50%	2	33%	5	33%
Família Tradicional Alargada	0	0%	1	5%	0	0%	2	33%	1	17%	1	7%
Família Unipessoal	3	17%	2	10%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Impossível de identificar	0	0%	1	5%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Restantes Tipos	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
TOTAL	18	100%	21	100%	5	100%	6	100%	6	100%	15	100%

Quadro 14: Representação da Família Enquanto Objeto Central ou Secundário do Texto no Manuais

	<i>Português XXI</i>		<i>Passaporte</i>		<i>Aprender Português</i>		<i>A. P. a Brincar</i>		<i>Falas Português?</i>		<i>Tu cá tu lá!</i>	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Objeto Central	4	16,6%	13	38,2%	18	69,2%	7	58,3%	4	66,6%	7	41,1%
Objeto Secundário	20	83,3%	21	61,7%	8	30,7%	5	41,6%	2	33,3%	10	58,8%
Total	24	100%	34	100%	26	100%	12	100%	6	100%	17	100%

Quadro 15: Tipos Familiares em Textos cujo Tema da Família é Objeto Central nos Manuais

Tipo	Português XXI		Passaporte		Aprender Português		A. P. a Brincar		Falas Português?		Tu cá tu lá!	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Díade Tradicional	1	13%	2	8%	5	25%	0	0%	0	0%	0	0%
Díade Tradicional Alargada	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Díade Tradicional com Descendência Emancipada	2	25%	2	8%	0	0%	0	0%	2	33%	2	14%
Família Acordeão	0	0%	1	4%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Família Comunitária	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Família com Filhos de Barriga de Aluguer	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Família de Coabitação sem Parentesco	0	0%	0	0%	1	5%	0	0%	0	0%	0	0%
Família Desagregada	0	0%	3	13%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Família Estrangeira	1	13%	3	13%	1	5%	0	0%	0	0%	5	36%
Família Hospedeira	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Família Monoparental	0	0%	2	8%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Família Monoparental com Descendência Emancipada	0	0%	1	4%	0	0%	1	13%	1	17%	1	7%
Família Múltipla	0	0%	1	4%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Família Reconstruída	0	0%	2	8%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Família Tradicional	3	38%	6	25%	8	40%	5	63%	2	33%	5	36%
Família Tradicional Alargada	1	13%	1	4%	2	10%	2	25%	1	17%	1	7%
Família Unipessoal	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Impossível de identificar	0	0%	0	0%	3	15%	0	0%	0	0%	0	0%
Restantes Tipos	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
TOTAL	8	100%	24	100%	20	100%	8	100%	6	100%	14	100%

Quadro 16: A Representação de Personalidades Públicas nos Manuais

Manual	<i>Português XXI</i>	<i>Passaporte</i>	<i>Aprender Português</i>	<i>A. P. a Brincar</i>	<i>Falas Português?</i>	<i>Tu cá tu lá!</i>
Nº	0	27	2	0	1	12
%*	0%	47,3%	7,4%	0%	12,5%	41,3%

*face ao total de representações familiares

Quadro 17: Tipos Familiares em Textos com Personalidades Públicas

Tipo	<i>Português XXI</i>		<i>Passaporte</i>		<i>Aprender Português</i>		<i>A. P. a Brincar</i>		<i>Falas Português?</i>		<i>Tu cá tu lá!</i>	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Díade Tradicional	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Díade Tradicional Alargada	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Díade Tradicional com Descendência Emancipada	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Família Acordeão	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Família Comunitária	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Família com Filhos de Barriga de Aluguer	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Família de Coabitação sem Parentesco	0	0%	3	6%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Família Desagregada	0	0%	4	7%	0	0%	0	0%	0	0%	2	14%
Família Estrangeira	0	0%	23	43%	0	0%	0	0%	0	0%	1	7%
Família Hospedeira	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Família Monoparental	0	0%	2	4%	0	0%	0	0%	0	0%	1	7%
Família Monoparental com Descendência Emancipada	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Família Múltipla	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Família Reconstruída	0	0%	10	19%	0	0%	0	0%	0	0%	2	14%
Família Tradicional	0	0%	11	20%	1	50%	0	0%	0	0%	5	36%
Família Tradicional Alargada	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Família Unipessoal	0	0%	1	2%	1	50%	0	0%	1	100%	2	14%
Impossível de identificar	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	1	7%
Restantes Tipos	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
TOTAL	0	0%	54	100%	2	100%	0	0%	1	100%	14	100%

Quadro 18: Total de Personagens Protagonistas nos Manuais

Manual	<i>Português XXI</i>	<i>Passaporte</i>	<i>Aprender Português</i>	<i>A. P. a Brincar</i>	<i>Falas Português?</i>	<i>Tu cá tu lá!</i>
Nº	30	61	39	16	5	40

Quadro 19: O Papel das Personagens Protagonistas nos Manuais

Tipo	<i>Português XXI</i>		<i>Passaporte</i>		<i>Aprender Português</i>		<i>A. P. a Brincar</i>		<i>Falas Português?</i>		<i>Tu cá tu lá!</i>	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Avô/ó	2	4%	1	1%	0	0%	1	4%	0	0%	0	0%
Coabitante sem parentesco	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Colega de Casa	0	0%	0	0%	2	4%	0	0%	0	0%	0	0%
Companheiro/a	11	22%	36	33%	20	43%	2	7%	0	0%	15	20%
Cunhado/a	0	0%	1	1%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Filho/a	6	12%	9	8%	10	22%	13	46%	3	27%	20	26%
Filho/a Emancipado/a	10	20%	7	6%	1	2%	0	0%	0	0%	0	0%
Genro/ Nora	0	0%	1	1%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Hóspede Familiar	2	4%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Impossível de Identificar	3	6%	1	1%	2	4%	0	0%	0	0%	1	1%
Irmão/ã	1	2%	10	9%	7	15%	6	21%	3	27%	15	20%
Neto/a	2	4%	3	3%	1	2%	4	14%	3	27%	4	5%
Primo/a	1	2%	3	3%	1	2%	0	0%	1	9%	4	5%
Progenitor/a	7	14%	31	28%	1	2%	2	7%	0	0%	15	20%
Sobrinho/a	1	2%	3	3%	1	2%	0	0%	1	9%	2	3%
Sogra/a	2	4%	1	1%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Tio/a	1	2%	2	2%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
TOTAL	49	100%	109	100%	46	100%	28	100%	11	100%	76	100%